

ALFA
Revista de Lingüística

Editora
UNESP

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

José Carlos Souza Trindade

Vice-Reitor

Paulo Cezar Razuk

Presidente do Conselho Curador

João Carlos Souza Trindade

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Diretor-Presidente

José Castilho Marques Neto

Assesor Editorial

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Conselho Editorial Acadêmico

Alberto Ikeda

Antonio Carlos Carrera de Souza

Antonio de Pádua Pithon Cyrino

Benedito Antunes

Isabel Maria F. R. Loureiro

Lígia M. Vettorato Trevisan

Lourdes A. M. dos Santos Pinto

Raul Borges Guimarães

Ruben Aldrovandi

Tania Regina de Luca

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

ALFA
Revista de Lingüística
Processos Cognitivos e
Representações Lingüísticas

ISSN 0002-5216
ALFAD5

Alfa	São Paulo	v.47	n.2	p.1-176	2003
------	-----------	------	-----	---------	------

ALFA – Revista de Linguística
Departamento de Linguística – FCL-UNESP/Ar.
Rodovia Araraquara – Jaú, Km 1
CEP 14800-901 – Araraquara – SP
revistaalfa@fclar.unesp.br

Comissão Editorial

Arnaldo Cortina
Cristina Carneiro Rodrigues
João Batista Toledo Prado
Marco Antonio Domingues Sant'Anna
Renata Maria Facuri Coelho Marchezan
Sandra Aparecida Ferreira
Sebastião Carlos Leite Gonçalves
Sílvia Dinucci Fernandes

Editora responsável

Sílvia Dinucci Fernandes

Assessoria Técnica

Ana Cristina Jorge

Capa

Adriana Bessa Dammann

Revisão dos Abstracts

Bento Carlos Dias da Silva

Conselho Editorial

Alceu Dias Lima (UNESP), Angela Cecilia Souza Rodrigues (USP), Arnaldo Cortina (UNESP), Ataliba Teixeira de Castilho (USP), Beatriz Nunes de Oliveira Longo (UNESP), Bento Carlos Dias-da-Silva (UNESP), Christian Hudelot (LEAPLE-CNRS), Clélia Cândida A. S. Jubran (UNESP), Cristina Carneiro Rodrigues (UNESP), Daniel Leonard Everett (University of Manchester), Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Esmeralda Vailat Negrão (USP), Ester Miriam Scarpa (Unicamp), Francisco da Silva Borba (UNESP), Helena Hathsue Nagamine Brandão (USP), Ieda Maria Alves (USP), Ingedore G. V. Koch (Unicamp), Jacques Fontanille (Université de Limoges), Jacyntho Luis Brandão (UFMG), João Antônio de Moraes (UFRJ), João Azenha Junior (USP), João Wanderley Geraldi (Unicamp), John Robert Schmitz (Unicamp), José Luiz Florin (USP), Kanavillil Rajagopalan (Unicamp), Laurent Danon-Boileau (Université René Descartes – Paris V), Leda Bisol (PUC-RS), Leonor Scliar-Cabral (UFSC), Luís Antônio Marcuschi (UFPE), Luis Carlos Travaglia (UFUB), Maria Aparecida Caltabiano M. B. da Silva (PUC-SP), Maria Augusta Bastos de Mattos (Unicamp), Maria Bernadete M. Abaurre (Unicamp), Maria Celeste Consolin Dezotti (UNESP), Maria Helena Vieira Abrahão (UNESP), Maria do Rosário de F. V. Gregolin (UNESP), Maria Helena de Moura Neves (UNESP), Maria Luíza Braga (Unicamp), Maria Marta Pereira Scherre (UnB), Maria Tereza de Camargo Biderman (UNESP), Marilda de Couto Cavalcanti (Unicamp), Mary A. Kato (Unicamp), Rafael Eugênio Hoyos-Andrade (UNESP), Renata Maria Facuri Coelho Marchezan (UNESP), Roberto Gomes Camacho (UNESP), Rodolfo Ilari (Unicamp), Rosemary Arrojo (Unicamp), Silvana Mabel Serrani-Infante (Unicamp), Sírio Possenti (Unicamp), Vera Lúcia Paredes Pereira da Silva (UFRJ), Zélia Almeida Cardoso (USP).

Publicação semestral/Bi-annual publication

Solicita-se permuta/Exchange desired

ALFA: Revista de Linguística / Universidade Estadual Paulista. – Vol. 1 (1962) – Vol. 23 (1977); Vol. 24 (1980) – São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1962-1977; 1980 – Semestral Publicação suspensa de 1978-1979 Publica números especiais ISSN 0002-5216

Os artigos publicados na ALFA – Revista de Linguística são indexados por:

The articles published in ALFA – Revista de Linguística are indexed by

Banco de dados DARE – Unesco; Bibliographie Latinoamericaine D'Articles; BLL; Bibliography of Linguistic Literature; BLLDB; Bibliography of Linguistic Literature Data Base; Boletim Bibliográfico do Serviço de Documentação e Publicação. CENP – SP; Clase-Cich-Unam; Francis Data Base; MLA International Bibliography; Sociological Abstracts Sumários Correntes em Linguística; Sumários de Educação.

APRESENTAÇÃO

Este número da *ALFA: Revista de Lingüística* procurou reunir artigos de alguma maneira vinculados ao tema Linguagem e Cognição, cuja pertinência, para os estudos da linguagem, é atestada, em nossos dias, pela retomada que fazem as ciências cognitivas, em perspectiva absolutamente renovada, da discussão secular da relação entre linguagem e pensamento. Reforça-se, nesse quadro teórico, a importância de refletir sobre as línguas em uma perspectiva cognitiva, assim como de inserir no terreno da cognição pontos de vista e problemáticas da Lingüística.

Durante muito tempo, não se incluía nos estudos consagrados à faculdade da linguagem a questão da diversidade lingüística, ou seja, a questão da variabilidade das representações lingüísticas, particularmente dos mecanismos específicos de construção do sentido. Entretanto, há alguns anos, a diversidade lingüística vem suscitando efetivo interesse das ciências cognitivas na busca de um substrato conceptual, visando à relação entre invariantes da linguagem e variantes lingüísticas. A partir das línguas, no plural, a Lingüística Cognitiva procura apreender a linguagem, no singular. Isso porque a linguagem constitui uma face integral da cognição, que engloba aspectos da interação social, cultural, psicológica, comunicativa e funcional do ser humano; só pode ser compreendida e interpretada, portanto, no contexto de uma visão realista da aquisição, do desenvolvimento cognitivo e do processamento mental.

Esse campo da Lingüística mostra um pleno desenvolvimento; em especial, naquilo que é seu principal interesse: explicar as estruturas conceptuais e os processos cognitivos que governam a representação lingüística.

As produções de linguagem dão lugar a inúmeras modalizações, até mesmo simulações, que podem ser observadas no tratamento automático da linguagem e nas disciplinas formais (lógica, informática), que compõem os estudos a respeito da inteligência artificial.

Os artigos que fazem parte deste número oferecem reflexões inovadoras e significativas sobre a organicidade funcional dos níveis de análise lingüística na abordagem cognitivista; o conceito de campo nocional proposto por Culioli; a metaforização de Lakoff, a integração conceptual de Fauconnier; o léxico gerativo de Pustejovsky e, ainda, a elaboração de um dicionário eletrônico de sinônimos e antônimos.

A leitura dos artigos deixa ver que a pesquisa lingüística encontra vários pontos

de interação entre linguagem e cognição: elementos estruturais de caracterização de uma língua natural; princípios funcionais da organização lingüística; interface conceptual entre sintaxe e semântica; relação entre linguagem e pensamento.

Incluindo, em suas reflexões, questões sobre a universalidade e a especificidade da linguagem, ou seja, a articulação entre a diversidade das línguas e a universalidade da faculdade da linguagem, os artigos lançam foco em questões bastante relevantes: em qual nível de descrição se situa a invariância, cognitiva e lingüística, que permite a passagem de uma língua à outra?; como é possível exprimir, sob formas diversas, um sistema universal de conceitos? Sem dúvida alguma, essas e outras perguntas relativas à diversidade das línguas desencadeiam importantes reflexões na área das ciências cognitivas, neste momento em que as pesquisas a respeito das atividades mentais necessárias para a produção de linguagem avançam significativamente.

Sílvia Dinucci Fernandes

SUMÁRIO / CONTENTS

ARTIGOS ORIGINAIS / ORIGINAL ARTICLES

- Progressos da Linguística cognitiva e níveis de análise linguística
Advances in cognitive linguistics and levels of linguistic analysis
Antônio Suárez Abreu 9
- Causalidade, propriedade diferencial e construção de domínios nocionais
Causality, differential property and the construction of notional domains
Leticia Marcondes Rezende 21
- A escrita e as outras linguagens
Writing and the other languages
Maria Sílvia Cintra Martins 41
- Livrai-nos da lama, Dalai!
Save us from dirt, Dalai!
João Carlos Cattelan 59
- A homonímia no português: tratamento semântico segundo a estrutura
Qualia de Pustejovsky com vistas a implementações computacionais
Homonymy in Portuguese: the use of Pustejovsky's *Qualia* structure approach
to foster computational implementations
Claudia Zavaglia 77
- A construção de um *thesaurus* eletrônico para o português do Brasil
Construction of a Brazilian Portuguese electronic thesaurus
Bento Carlos Dias-da-Silva
Helio Roberto de Moraes 101
- A modalidade na literatura de auto-ajuda
Modality in self-help books
Anna Flora Brunelli 117

■ A perífrase conjuncional "só que": invariância e variantes	
The conjuncional Brazilian Portuguese periphrasis "só que": (in) variance	
<i>Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi</i>	139
■ Sêneca: a imagem da ascensão	
Seneca: the image of ascension	
<i>Cleonice Furtado de Mendonça van Raij</i>	153
ÍNDICE DE ASSUNTOS	163
<i>SUBJECT INDEX</i>	165
ÍNDICE DE AUTORES / <i>AUTHOR INDEX</i>	167

PROGRESSOS DA LINGÜÍSTICA COGNITIVA E NÍVEIS DE ANÁLISE LINGÜÍSTICA

Antônio Suárez ABREU¹

- RESUMO: Este artigo procura mostrar a importância do paradigma cognitivista e seus recentes progressos na descrição da linguagem humana, defendendo a manutenção dos chamados níveis de análise lingüística, como forma de tornar operacionais os procedimentos de descrição.
- PALAVRAS-CHAVES: Lingüística cognitiva; níveis de análise; espaços mentais; metáfora; *blendind*.

Relevância do modelo cognitivista

Os modelos tradicionais de descrição lingüística fazem uso dos chamados níveis de análise lingüística. O modelo da gramática tradicional utiliza três níveis: fonética, morfologia e sintaxe. Os modelos estruturalista e gerativista substituem o nível da fonética pelo da fonologia. Os estruturalistas utilizavam a fonologia como ponto de partida para a descrição e o gerativismo, a sintaxe. O modelo funcionalista inova, acrescentando os chamados níveis transfrásticos: texto, enunciação e discurso, uma vez que o caráter funcional da linguagem humana somente pode ser observado em um texto, em interação discursiva. Quando eu digo a alguém: – *Finalmente, meu pai conseguiu comprar o carro!*, só consigo descrever a funcionalidade do artigo definido que modifica o substantivo *carro*, se levar em conta um processo discursivo em que esse artigo tem a função de assinalar que o veículo em questão já era conhecido do meu interlocutor, previamente à construção desse texto. A Lingüística cognitiva, que nasce nos anos 80, a partir da tradição funcionalista, enfatiza, como pré-requisito para a descrição lingüística, o uso de um conhecimento prévio do mundo (*backstage, cognition*) de que fazem parte fatores biológicos, psicológicos, históricos e sócio-culturais, como afirma Langacker (1999, p.14, tradução nossa):

¹ Departamento de Lingüística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14900-901 – Araraquara – SP – Brasil. E-mail: tom_abreu@uol.com.br.

A maior parte dos linguistas basicamente funcionalistas e cognitivistas acredita que a linguagem é moldada e delimitada pelas funções para as quais serve e por uma variedade de fatores inter-relacionados: ambientais, biológicos, psicológicos, evolutivos, históricos, sócio-culturais.²

De fato, como entender, sem essas orientações, o seguinte trecho, parte de um artigo intitulado “De vento em popa”, de autoria da jornalista Eliana Cantanhêde (2003, p. 2):

Lula voltou ontem de Quito, no Equador, com o primeiro troféu da nova política externa [...]. Início de governo, novas políticas, teses, ações. E, evidentemente, críticas dos que vinham tocando o barco e agora se sentem subitamente fora. Acusam o novo governo, aliás, de ter desviado o leme do Itamaraty para o Planalto, onde o assessor internacional do PT e agora de Lula, Marco Aurélio Garcia, dá os rumos e pode gerar confronto com os EUA [...]. Hoje a turma está dividida entre os que aplaudem e os que temem as ousadias de Lula e Marco Aurélio, mas os dois lados acham que, em caso de necessidade, a solução está logo ali e se chama Celso Amorim. O chanceler está atuando em dobradinha com Garcia e tem cara de tímido, mas é bom de serviço. Se algo ratear, estará pronto para assumir o leme sozinho. Quanto aos marinheiros embaixadores e diplomatas em geral? Hoje, ainda há viúvas tucanas. Se der errado, eles se fortalecem. Se der certo, serão todos petistas desde criancinhas.

Inicialmente, é preciso que se entenda que, do ponto de vista histórico-institucional, o Ministério de Relações Exteriores é que tem a tradição de comandar o relacionamento entre o Brasil e os outros países. Isso configura um pré-requisito histórico e sócio-cultural. É preciso entender, também, que a autora do texto está utilizando uma metáfora de percurso no mar, para descrever o problema em questão. Daí expressões como *desviar o leme*, *tocando o barco*, *dar rumos*, *assumir o leme*, *marinheiros embaixadores e diplomatas em geral*. Isso configura um pré-requisito psicológico-cognitivo. É preciso que se entenda também que *Itamaraty* e *Planalto* são nomes dos palácios que abrigam, respectivamente o Ministério de Relações Exteriores e a chefia do Poder Executivo. Trata-se de um processo cognitivo denominado metonímia.³ É preciso, ainda, que se entenda a expressão *viúvas tucanas*. Trata-se de acionar o *frame* sócio-cultural do luto das viúvas pelo sentimento da perda do marido associado ao adjetivo *tucano* que se refere aos filiados ou simpatizantes do PSDB, partido que perdeu a eleição para presidente, em 2002. Na frase seguinte, estranhamente, a referência de *viúvas tucanas*, que está no feminino, é retomada no masculino: *eles se fortalecem*. É preciso

² No original: “Most basically, cognitive and functional linguistics believe that language is shaped and constrained by the functions it serves and by a variety of related factors: environmental, biological, psychological, developmental, historical, sociocultural”.

³ Há por trás dessa metonímia, uma outra, perdida na História. O nome *Itamaraty* vem de um antigo palácio carioca que, na época do Império, era residência do Conde de Itamaraty e que, depois de ter servido de sede ao governo republicano de Floriano Peixoto, foi transformado em local de funcionamento do Ministério de Relações Exteriores, no início do século XX, quando o Barão do Rio Branco era ministro. Esse procedimento de utilizar edifícios para denominar atividades governamentais é comum também em outras línguas. Exemplo disso é chamar o Ministério de Relações Exteriores da França de *Quai d'Orsay* e a presidência da república francesa de *Elisée*.

resolver esse estranhamento, vendo aí uma concordância *ad sensum*, feita por iconicidade, uma vez que as tais viúvas são, na verdade, os embaixadores e diplomatas ainda inconformados com a derrota sofrida pelo partido do governo.

Esse tipo de análise parece estar de acordo com o que diz Fauconnier (1999b, p. 96, tradução nossa), quando afirma que:

A linguagem é apenas a ponta de um espetacular iceberg cognitivo e, quando nos empenhamos em qualquer atividade de linguagem, seja ela comum ou artisticamente criativa, buscamos, inconscientemente, imensos recursos cognitivos, trazemos à lembrança inúmeros modelos e frames, estabelecemos múltiplas conexões, agregamos uma grande quantidade de informação, e nos empenhamos em mapeamentos criativos, transferências e elaborações.⁴

Diz mais além que: “Os construtos, operações e dinâmica cognitivos e o entendimento de sistemas conceituais tornaram-se o foco central da análise” (FAUCCONNIER, 1999b, p. 97, tradução nossa).⁵

Diz também que: “Isso significa estudar o discurso integralmente, a linguagem no contexto, inferências atualizadas por participantes em uma troca, *frames* utilizáveis, suposições implícitas e modelos interpretáveis, para citar apenas alguns” (FAUCCONNIER, 1999b, p. 97, tradução nossa).⁶

Tudo isso dito, ficam algumas perguntas: Por onde começar? Será que teremos de trabalhar sobre o caos? Como ficam os estudos estritamente gramaticais dentro desse modelo?

Progressos nos estudos da Lingüística cognitiva

Em primeiro lugar, é preciso dizer que os avanços sobre os estudos de modelos cognitivos, mapeamentos criativos e transferências, para citar apenas um exemplo, vêm sendo altamente significativos, o que, já de início, nos afastaria do caos. Basta lembrar o progresso feito no estudo da metáfora, nos últimos dez anos. De figura retórica e estilística, passou a ser vista como um processo cognitivo de grande importância para o funcionamento das línguas e da mente humana. Quanto à sua natureza, os estudos iniciais de Lakoff e Johnson, nos anos 80, culminaram com a atual teoria de *blending*, altamente promissora. Segundo Lakoff e Johnson (1980), em *Metaphors we live by*, a me-

⁴ No original: “Language is only the tip of a spectacular cognitive iceberg, and when we engage in any language activity, be it mundane or artistically creative, we draw unconsciously on vast cognitive resources, call up innumerable models and frames, set up multiple connections, coordinate large arrays of informations, and engage in creative mappings, transfers, and elaborations”.

⁵ No original: “The cognitive constructs, operations, and dynamics, and the understanding of conceptual systems have become a central focus of analysis”.

⁶ No original: “This means studying full discourse, language in context, inferences actually drawn by participants in an exchange, applicable frames, implicit assumptions and construal, to name just a few”.

táfora seria uma maneira de experienciar uma coisa a partir de uma outra coisa, ou seja, partir de um domínio de origem, como, por exemplo, o jogo, para falar de amor. Dessa maneira, podemos construir um texto, dizendo que, *no decorrer de um relacionamento, um dos amantes vem cometendo faltas demais e que, por isso, já está merecendo ser expulso do campo do jogo amoroso*. Aliás, Vinícius de Moraes utilizou, de maneira bastante criativa, essa metáfora em sua música *Regra Três* (TOQUINHO; MORAES, 2003), feita em parceria com Toquinho e cujo início apresenta os seguintes versos:

Tantas você fez que ela cansou
Porque você, rapaz
Abusou da regra três

A regra três do futebol trata do número de jogadores em campo e determina os critérios de substituição deles, durante uma partida. O ouvinte da música deve entender, portanto, que o rapaz em questão “substituiu” a namorada por outras, com exagero, ou seja, traiu a companheira diversas vezes.

A teoria de *blending* faz uma nova leitura do modelo anterior, dentro da TEORIA DOS ESPAÇOS MENTAIS, sobre os quais dizem Fauconnier e Turner (2002, p.40, tradução nossa): “Espaços mentais são pequenos pacotes conceituais construídos quando pensamos e falamos, com o propósito de entendimento específico e ação”.⁷

Um exemplo desses pacotes conceituais pode ser visto em uma pequena matéria da seção “Radar” em um número da revista Veja:

Culpa de São Pedro

Neste primeiro bimestre, o setor de bebidas está vendendo 10% a mais de cervejas e refrigerantes do que no ano passado. É uma boa notícia, mas não se trata exatamente de reativação da economia. Os responsáveis por tanta sede são o sol inclemente e os poucos dias de chuva desse verão em comparação com janeiro e fevereiro do ano passado (JARDIM, 2003, p.31).

Quando o leitor lê o título da matéria, já ativa, em sua mente, um espaço mental onde existe a crença popular de que São Pedro é responsável pelos fenômenos meteorológicos do planeta. Em função disso, apesar de a explicação do aumento de consumo de bebidas vir apenas na última frase, desde o início da leitura, ele é capaz de prevê-la.

Voltando à teoria de *blending*, segundo Fauconnier e Turner (2002), tanto o domínio de origem quando o domínio alvo, propostos por Lakoff e Johnson (1980), funcionam como espaços mentais de *inputs*, a partir dos quais é criado um terceiro espaço

⁷ No original: “Mental spaces are small conceptual packets constructed as we think and talk, for purposes of local understanding and action”.

mental denominado de *espaço genérico*, que contém os elementos estruturais e de organização mais comuns, compartilhados por ambos os *inputs* anteriores. No caso da música *Regra três* (TOQUINHO; MORAES, 2003), teríamos como *input 1* (jogo de futebol), algo como:

Número máximo de jogadores em campo = 11
Número mínimo = 7
Jogadores que podem ser substituídos = até o máximo de 3
Jogadores substituídos devem entrar pela linha central do campo
etc. etc.

O *input 2* (relacionamento amoroso) seria algo como:

Número de participantes: 2 (um homem e uma mulher)
Motivo da participação: amor = atração física, mental etc.
Objetivo: preservação da espécie, via procriação
Pode acontecer de um dos participantes, de maneira velada, arrumar outro parceiro, durante a relação, o que configura traição
etc. etc.

O espaço genérico seria algo como:

substituição de jogadores (até o número máximo de três)
arranjar outro parceiro, veladamente, durante o relacionamento

Finalmente, esse espaço genérico é projetado em um novo espaço denominado espaço *blend* que teria a seguinte configuração:

- o parceiro masculino substitui sua parceira, sem o conhecimento dela;
- essa substituição faz parte de uma regra implícita (machista, obviamente) fundamentada em dados histórico-culturais, a respeito do comportamento masculino.

Segundo Fauconnier e Turner (2002, p. 48), aquilo que existe no espaço *blend* não existe nem no *input 1*, nem no *input 2*. Não existe, no futebol, por exemplo, nenhuma situação em que um jogador seja substituído às escondidas, permanecendo o outro em campo; nem existe, no relacionamento amoroso, um conjunto de regras que permita a traição, sancionado por uma *World Relationship Association*⁸. Para entender melhor o que isso significa, podemos tomar como exemplo a origem dos tanques de guerra, cuja invenção também envolveu um processo de *blend*. O *input 1* foram os tratores agrícolas, que andavam sobre qualquer terreno e o *input 2* foram os canhões de

⁸ Semelhante à *World Football Association*.

artilharia. Juntando a idéia de movimentar-se sobre qualquer terreno com a idéia dos canhões, criou-se um veículo blindado, equipado com um canhão, capaz de deslocar-se em qualquer terreno. Nem no *input* 1 existe a idéia bélica, nem no 2, a de trabalho agrícola.

Esse mecanismo faz parte dos nossos processos cognitivos diários e está na origem de toda a criatividade humana. Concordo, pois, com Fauconnier (1999a, p.181, tradução nossa), quando diz que: “nas nossas ações diárias e na fala também realizamos um significativo *blending* criativo *on-line*”.⁹

Continuando a defesa da tese de que os avanços a respeito das “ferramentas cognitivas” são, de fato, consistentes, posso lembrar aqui uma posição mais recente de Lakoff e Johnson (1999), procurando demonstrar as origens cognitivas do processo de *blending*. Segundo eles, existem metáforas primárias, vinculadas a experiências subjetivas, ligadas à infância das pessoas:

Adquirimos um vasto sistema de metáforas primárias, automaticamente e inconscientemente, simplesmente por existirmos, nas maneiras mais comuns no mundo diário, desde os primeiros dias de vida. (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 47, tradução nossa)¹⁰

Exemplos de metáforas primárias podem ser encontrados, por exemplo, nas idéias de que *o afeto é tépido, quente* e que *o importante é grande*. Segundo os autores, o processo de *blending* envolveria, respectivamente:

a) O afeto é quente

Julgamento subjetivo: afeição

Domínio sensório-motor: temperatura

Exemplo: Ela me recebeu calorosamente.

Experiência primária: a percepção do calor, quando a criança é abraçada afetuosamente.

b) O importante é grande

Julgamento subjetivo: importância

Domínio sensório-motor: tamanho

Exemplo: Amanhã será um grande dia.

Experiência primária: quando criança, descobrir que as coisas grandes, como os pais, são importantes e podem exercer forças maiores sobre ela e dominar sua experiência visual.

⁹ No original: “in everyday action and speech we also perform a significant ‘creative’ on-line blending”.

¹⁰ No original: “We acquire a large system of primary metaphors automatically and unconsciously simply by functioning, in the most ordinary of ways in the everyday world from our earliest years”.

A partir da vivência das metáforas primárias, vão surgindo, após, as metáforas complexas, como as que subjazem ao artigo de Cantanhêde (2003) e à letra de Vinícius (TOQUINHO; MORAIS, 2003).

Aplicações da Lingüística funcional cognitiva na descrição lingüística

Peter Harder (1999) discute, em um instigante artigo, a questão do continuísmo ou não da Lingüística cognitiva, entendendo como continuísmo o abandono, no estudo da linguagem humana, das fronteiras e do método representados pelos níveis de análise lingüística. Segundo ele, não há como negar os benefícios da nova postura epistemológica, mas é preciso levar em conta uma autonomia parcial dos fatos lingüísticos em relação aos fatos sociais, biológicos ou históricos. Segundo ele:

A expressão-chave para esse desafio será 'autonomia parcial', entendida como fato central a respeito da relação entre domínios relacionados: fatos cognitivos são parcialmente autônomos em relação a fatos brutos; fatos lingüísticos são parcialmente autônomos em relação a fatos da experiência; fatos sintáticos são parcialmente autônomos em relação a fatos relacionados ao sentido de elementos e fatos sociais são parcialmente autônomos em relação a fatos mentais. Essa expressão implica também que os domínios em questão são parcialmente não-autônomos (HARDER, 1999, p. 196, tradução nossa).¹¹

Argumenta ele, por analogia, que se trata de fazer algo semelhante a levar em conta a diferença funcional entre órgãos em um corpo biológico. É claro que todos eles são compostos de átomos e moléculas, mas podemos, perfeitamente estudar, separadamente, a organização particular de cada um deles e suas relações, assim como podemos estudar a sintaxe, em sua organização e relações. Afinal de contas, diz Harder (1999, p197, tradução nossa), "[...] mas você não pode ter corações e pernas e estômagos flutuando aleatoriamente, combinando-se ocasionalmente, formando um animal, como um todo".¹²

Tomemos como exemplo dessa posição, um tópico dentro do estudo dos substantivos compostos em português, no nível de análise da morfologia. Vejamos, inicialmente, os seguintes exemplos:

¹¹ No original: "The key phrase for this endeavor will be 'partial autonomy', understood as a central fact about the relationship between related domains: cognitive facts are partially autonomous of brute facts; linguistic facts are partially autonomous of experiential facts; syntactic facts are partially autonomous of facts about the meaning of elements and social facts are partially autonomous of mental facts. This phrase implies also that the domains in question are partially non-autonomous".

¹² No original: "but you cannot have hearts and legs and stomachs drifting around, occasionally combining into a whole animal".

cirurgião-dentista	salário-família
carro-bomba	hora-aula
testemunha-bomba	efeito-cascata
palavra-chave	vôo-demonstração
funcionário-fantasma	caneta-tinteiro
programa-piloto	cavalo-vapor
operação-padrão	tiquete-alimentação

A primeira observação é que os substantivos da coluna da direita, quando pluralizados, aparecem na mídia escrita com marcação apenas no primeiro elemento:

salários-família
horas-aula
efeitos-cascata
vôos-demonstração
canetas-tinteiro
cavalos-vapor
tiquetes-alimentação

Já os substantivos da coluna da esquerda, na maioria das vezes, recebem a marca de plural em ambos os elementos. Algumas poucas vezes, apenas o primeiro elemento a recebe.¹³ A maioria dos dicionários e gramáticas dá como adequados os dois plurais.

O motivo por que os substantivos da coluna da direita recebem a marca de plural apenas no primeiro elemento está ligado ao fato de que existe sempre, entre os dois elementos, um nexos de subordinação, em que se subentende, cognitivamente, uma preposição entre um e outro. Trata-se da aplicação do princípio de que a preposição, em português é uma barreira para a concordância. O plural de uma frase como *A mesa de mármore é grande* será *As mesas de mármore são grandes* e não **As mesas de mármore são grandes*. Da mesma maneira que, aplicando esse princípio, fazemos o plural de *pé-de-cabra* como *pés-de-cabra*, fazemos também o plural desses substantivos como:

salários (para) família
horas (de) aula
efeitos (de) cascata
vôos (de) demonstração
canetas (com) tinteiro
cavalos (de) vapor
tiquetes (para) alimentação

¹³ Essas informações foram obtidas por mim, levantando a pluralização desses substantivos em edições atuais de jornais e revistas brasileiros, via Internet. O substantivo *palavra-chave* tem como plural mais comum no meio acadêmico: *palavras-chave*.

Nos substantivos da coluna da esquerda, entretanto, temos de levar em conta outros fatores de ordem cognitiva. Existe entre cada um dos dois elementos, um nexo de coordenação e não de subordinação, resultado de um processo cognitivo de predicação. Um *cirurgião-dentista*, cognitivamente, é um *cirurgião que é dentista*, ou seja, *cirurgião e dentista*. Um *carro-bomba* é um *carro que é bomba*, *carro e bomba*. Na maioria desses casos, temos também um processo metafórico de *blend*, como em *funcionário-fantasma*, um *funcionário que é fantasma*, portanto *funcionário e fantasma*; *palavra-chave*, uma *palavra que é chave*, portanto, *palavra e chave*; *célula-tronco*, uma *célula que é tronco*, portanto, *célula e tronco*.

Não havendo nexo de subordinação e não havendo, portanto, preposição implícita, a maneira natural de pluralizar esses substantivos, cognitivamente, é pôr ambos os elementos no plural:

cirurgiões que são dentistas → cirurgiões e dentistas → cirurgiões-dentistas
 funcionários que são fantasmas → funcionários e fantasmas → funcionários-fantasmas
 palavras que são chaves → palavras e chaves → palavras-chaves
 células que são troncos → células e troncos → células-troncos

Vejam-se, a propósito, exemplos desses dois últimos plurais na mídia eletrônica:

Busca por *palavras chaves*

Outra maneira para efetuar buscas no banco de dados é uma busca por *palavras chaves*, permitindo acesso a dados obtidos, por exemplo, com um determinado instrumento ou dentro de uma região limitada de massa de ar. Um link na Página de Bem-vindo leva para um formulário estruturado em três partes:¹⁴

Filtragem por *palavras-chaves* do E-mail Protegido

Este filtro é destinado ao bloqueio de mensagens indesejadas, por meio de *palavras-chaves*. Você pode, inclusive, adicionar frases como “aumente sua renda” ou “trabalhe em casa” (confira abaixo mais algumas sugestões), além de escolher os campos nos quais deseja que o E-mail Protegido.¹⁵

Alguns dos pacientes que retiraram as *células troncos* já estão sendo chamados para fazer a infusão das células, já trabalhadas em laboratório.¹⁶

Células-troncos: São células presentes sobretudo no embrião, capazes de se transformar em qualquer outra célula especializada necessária ao funcionamento dos órgãos (fígado, cérebro etc) ou tecidos (músculos, ossos etc).¹⁷

¹⁴ <http://www.lna.br/~databank/docs/bolsab/node11.html>

¹⁵ <http://informatica.terra.com.br/interna/0,5862,01113103-EI928,00.html>

¹⁶ http://www.spsul.com.br/itap/edneimiguel/erika_celulatronco.htm

¹⁷ <http://www.ambafrance.org.br/abr/label/label49/dossier/01.html>

As palavras da coluna da direita não apresentam essa propriedade cognitiva, uma vez que não podemos, por exemplo, dizer que um *salário-família* é um *salário que é uma família*, ou que uma *hora-aula* é uma *hora que é uma aula*.

O fato de as palavras da primeira coluna aparecerem, às vezes, pluralizadas com marcação apenas no primeiro elemento, na mídia, e os dicionários da língua admitirem os dois plurais explica-se pelo fenômeno da hipercorreção ou “insegurança linguística”, estudado pela sócio-linguística.

Uma outra curiosidade: recentemente, em alguns órgãos de comunicação, a expressão *perigo de vida* tem aparecido mudada para *perigo de morte*. A alegação é que o perigo é de morrer e não de viver. Esquecem-se os autores dessa mudança de que o que subjaz, cognitivamente, à expressão *perigo de vida* é *perigo de perder a vida*, um eufemismo típico da língua portuguesa, que é possível verificar em qualquer estudo de história da língua.

Concluindo, a abordagem funcional-cognitiva de uma língua, que consiste na exploração dos fenômenos biológicos, mentais, sócio-culturais, históricos ligados a ela, vem progredindo de maneira bastante consistente e nada impede que esse trabalho seja feito, respeitando a organicidade e a metodologia consagrada dos chamados níveis de análise linguística.

ABREU, A. S. Advances in cognitive linguistics and levels of linguistic analysis. *Alfa*, São Paulo, v.47, n.2, p. 9-19, 2003.

- **ABSTRACT:** *This paper looks at the Cognitive Linguistics framework and its contribution to the description of language. It shows that the maintenance of the so-called levels of linguistic analysis is methodologically necessary for rendering the descriptive procedures operational.*
- **KEYWORDS:** *Cognitive linguistics; levels of analysis; mental spaces; metaphor; blending*

Referências bibliográficas

- CATANHÊDE, Eliane. De vento em popa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 jan. 2003. Caderno A, p. 2.
- FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. *The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basic Books, 2002.
- FAUCONNIER, Gilles. *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999a.
- _____. Methods and generalizations. In: JANSSEN, Theo; REDEKER, Gisela (Ed.). *Cognitive linguistics: foundations, scope, and methodology*. New York: Mouton & De Gruyter, 1999b. p. 95-127.
- HARDER, Peter. Partial autonomy, ontology and methodology in cognitive linguistics. In: JANSSEN, Theo; REDEKER, Gisela (Ed.). *Cognitive linguistics: foundations, scope, and methodology*. New York: Mouton & De Gruyter, 1999. p. 195-222.
- JARDIM, Lauro. Culpa de São Pedro. *Veja*, São Paulo, v.36, n.9, 5 mar. 2003. Radar, p.31.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western thought*. New York: Basic Books, 1999.

_____. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LANGACKER, Ronald W. Assessing the cognitive linguistic enterprise. In: JANSSEN, Theo; REDEKER, Gisela (Ed.). *Cognitive linguistics: foundations, scope, and methodology*. New York: Mouton & De Gruyter, 1999. p.13-59.

TOQUINHO; MORAES, Vinícius. Regra Três. Disponível em:

<<http://www.na-cp.mpb.br/~murgel/MPBNet,musicos/vinicius.de.moraes/letras/>>.

Acesso em: 19 jan. 2003.

CAUSALIDADE, PROPRIEDADE DIFERENCIAL E CONSTRUÇÃO DE DOMÍNIOS NOCIONAIS.

Leticia Marcondes REZENDE¹

- **RESUMO:** Este texto apresenta um recorte de um estudo mais amplo que teve como preocupação inicial a relação entre nominalização e transitividade em língua portuguesa. Tendo como suporte teórico a Teoria das Operações Enunciativas de A. Culioli (1990, 1999a, 1999b), caminhamos de uma análise estática e descritiva de língua, na qual essas questões têm visibilidade, para um estudo que levasse em consideração a articulação entre linguagem e línguas naturais. Esse segundo enfoque diluiu a especificidade dessas duas questões gramaticais e as direcionou para espaços de reflexão mais abstratos e comuns a qualquer problema gramatical tais como causalidade, propriedade diferencial e construção de domínios nocionais.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Causalidade; propriedade diferencial; construção de domínios nocionais; transitividade; nominalização.

Introdução

Iniciamos o texto com um esquema abstrato de relação entre noções² conhecido como léxis³ e definimos a causalidade como um circuito de forças que perpassa tal esquema gerando transformações e oferecendo resultados. Em consequência, falamos em propriedade transitiva da léxis, reversibilidade, passiva e negação. Finalizamos com uma questão central: o diálogo que existe entre cada situação discursiva específica (instável) e a relação predicativa ou lógica (estável). O enunciado apresenta um terceiro plano, como resultado desse diálogo, que redefine o domínio nocional provisoriamente dado pelos interlocutores. Oferecemos vários exemplos nos quais explicações causais estão fazendo o papel de redefinição nocional. Geralmente as explicações cau-

¹ Departamento de Didática – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil.
E-mail: leticia@fclar.unesp.br.

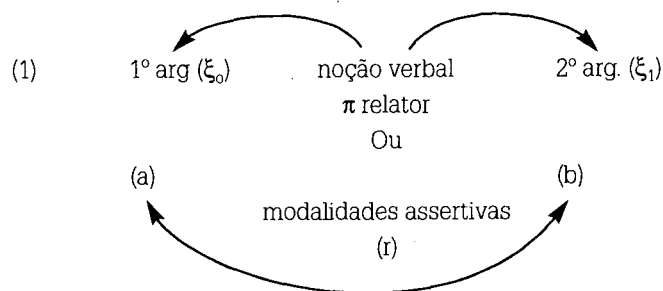
^{2 e 3} Não traduzimos o termo **léxis** do francês mas o adaptamos ao Português, acentuando-o. Para a compreensão dos conceitos de **noção** e de **léxis** presentes neste texto ver Culioli (1990, p. 47-65, 78, 79, 204; 1999a, p. 24, 34, 100, 130; 1999b, p. 17-33). Para uma comparação do conceito de léxis com outras teorias ver Desclés (1995).

sais (advérbios, orações subordinadas, nominalização) são elementos topicalizados ou tematizados. Mas esses termos (advérbio, oração subordinada, nominalização, tópico ou tema) não encontram espaço em nossa reflexão. Essa reflexão teoriza exatamente a existência desse terceiro plano de construção do enunciado, responsável pelo deslocamento de níveis mais estáveis (relações primitiva e predicativa) e pela criação de instabilidade, e, nesse caso, o tópico ou tema se encontram naturalmente integrado ao modelo teórico. Esses termos estão presentes em nosso texto como um tributo que precisamos pagar aos estudos gramaticais e não sabemos o quanto esse remetimento a termos conhecidos facilitam ou dificultam o diálogo com os nossos leitores.

A léxis: ponto zero da asserção (discurso), da orientação (semântica) e da ordenação (sintaxe)

A asserção tem um papel fundamental enquanto operação e marca vivas do sujeito enunciadador, sujeito que fala, que relaciona, por meio de uma analogia com o seu mundo experiencial, as duas partes fundamentais de um enunciado: a argumental ou designativa e a predicativa ou proposicional. Na língua portuguesa, as formas verbais finitas ou pessoais trazem a marca, por excelência, da asserção, além de constituírem, enquanto noções semânticas que são, parte do predicado ou do segundo argumento (ξ_1) primeiramente. Mas, a partir da propriedade transitiva da léxis, tais noções podem também fazer parte do primeiro argumento (ξ_0).

Léxis: esquema abstrato e propriedade transitiva



A propriedade transitiva presente no esquema (1) diz o seguinte: a partir de uma relação entre a/r e r/b, devemos estabelecer uma relação entre a/b. Essa propriedade aplicada à léxis, contendo noções nos lugares formais, oferece um resultado ou projeção um eventual, possível ou provável resultado. Ele ou sua projeção podem ser reversíveis. Isso quer dizer que o resultado pode evidenciar ou um predomínio ou uma projeção de predomínio de /a/ sobre r/b, ou um predomínio ou uma projeção de predomínio de /b/ sobre r/a.

A propriedade transitiva cria um circuito causal entre os termos da léxis. Chama-

remos esse circuito de causalidade ou transitividade (tomando o cuidado de entendermos esse segundo conceito de um modo mais abstrato do que ele costuma ser compreendido). Em outras palavras: em nossa abordagem há sempre transitividade, mesmo quando não há transitividade (agora, no sentido mais usual desse termo). Esse conceito mais abstrato de transitividade, enquanto sinônimo de causalidade, vai nos permitir um posicionamento diferente das abordagens que classificam os verbos ou os processos em transitivos, intransitivos, bitransitivos (presentes na tradição gramatical) ou, mesmo, das propostas mais atuais em Linguística, que oferecem escalas ou gradações³ refinadas da variação do fenômeno da transitividade. A ausência do conceito de linguagem, ou o reducionismo que tem sofrido esse conceito na maioria dos trabalhos em Linguística descritiva, fazem que as análises sejam feitas tomando-se por base unidades estáticas de língua e impedindo de transformar o conceito de transitividade no conceito de causalidade.

A reversibilidade é o corolário da causalidade, pois toda a força desencadeada por uma origem deve caminhar para uma finalização e apresentar, portanto, um resultado que poderá ser avaliado como bom ou como ruim. O resultado pode não acontecer ou porque o impulso na origem não tem força suficiente (e a força precisará sempre ser medida em relação ao empreendimento que se tem pela frente, ao trabalho que se deve fazer, o que significa que é uma força dada pelo contexto de relação e não uma força absoluta), ou porque o objetivo é suficientemente forte (isso também em relação) para reagir e colocar resistência ao processo desencadeado. A reversibilidade apenas é uma transitividade derivada e não original. Mas, se trabalhamos com jogos de espelhos infinitos entre identidade e alteridade, será que podemos continuar também falando em transitividade original e derivada (reversibilidade)?

A reversibilidade não pode ser confundida com a construção e o valor da passiva.

Tomando o enunciado:

(2) O menino comeu a maçã.

A forma reversível seria:

(3) A maçã comeu o menino.

A forma passiva seria:

(4) A maçã foi comida pelo menino.

³ Hopper e Thompson (1980) falam em maior ou menor grau de transitividade, dependendo de alguns fatores, tais como: um ou mais participantes, perfectividade do verbo, intencionalidade, modalidade, individuação e afetamento do objeto etc. Lazard (1995) propõe uma concepção de transitividade *escalar* e fala também em um conjunto de fatores cujo maior ou menor grau de presença afeta a transitividade: definitude, intenção, tema etc. Ele propõe um conceito de distância actancial, que seria a distância entre o verbo e seus complementos e chama a atenção para a proximidade do objeto e dos advérbios, dizendo que em árabe clássico eles são marcados pelo mesmo caso. Em nossa perspectiva, o *objeto* e o *advérbio* quantificam, em ocorrências singulares (quantitativo preponderante), ocorrências genéricas (qualitativo preponderante) ou ocorrências mistas (instabilidade entre quantitativo e qualitativo), a noção verbal

ou

(4 a) A maçã comida pelo menino... tal e tal.

Precisamos, para o nosso trabalho sobre nominalização, em particular, e sobre a construção dos nomes, em geral, distinguir cuidadosamente (3) e (4).

Reversibilidade e passiva

Cognitivamente, quer dizer, do ponto de vista da linguagem, não podemos chegar a (4) sem ter passado por (3) e por sua negação. É exatamente porque a maçã não comeu o menino, ou não lhe fez resistência, inclusive e sobretudo o atraiu, deixando, facilitando... que o menino comeu a maçã, e temos, então, a maçã comida pelo menino.

Reversibilidade

Fazemos sempre análises adultocêntricas e etnocêntricas. Somos incapazes de ter a visão ingênua de mundo que a criança que está aprendendo uma língua (quer dizer, inserindo-se em uma cultura) possui. Para a dimensão da linguagem, essa visão ingênua na qual os objetos não estão categorizados ou tipificados é muito importante. Para esse mundo, os objetos podem se apresentar como animados. Somos nós, adultos, que os desalmamos. A visão ingênua também é importante para que possamos perceber que é por meio da relação sujeito, linguagem e mundo que se constroem as categorias. Essa relação do sujeito com o mundo e o processo de construção de categorias ficam depositados nas marcas de uma língua. Precisaremos mostrar o modo pelo qual os enunciados exibem esse processo.

Tomemos o enunciado:

(2) O menino comeu a maçã.

Podemos dizer que nesse enunciado há uma identificação entre *menino* de um lado e *maçã* de outro. De um certo modo, *menino* define *maçã*, sendo que *maçã* é um termo que remete a uma noção que é possível de () *ser comida por menino*. De modo simétrico, enquanto operação, mas podendo oferecer como resultado dissimetrias, *menino* é um termo que remete a uma noção possível de () *comer maçã*.

Como não é só *menino* que come *maçã* e como *maçã* é comida por outros indivíduos que não sejam *menino*, não temos uma identificação estrita e total entre esses dois termos, mas uma identificação parcial (dissimetria), que supõe também uma diferença. Essa diferença entre os termos possibilita a existência da própria predicação. Uma identificação estrita e total levaria ao remontamento dos dois termos e não haveria necessidade da predicação. A predicação sempre exige que uma diferença mínima entre os termos relacionados seja colocada. Os termos, mesmo quando identificados

por meio da predicação, possuem propriedades e, portanto, combinatórias diferentes em outros contextos. Temos como resultado o valor de *pertencer a*.

Se no caso do enunciado positivo (2) *o menino comeu a maçã* podemos dizer que a predicação acaba por oferecer uma definição possível, embora não exclusiva de *menino*, como *aquele que comeu maçã* e de *maçã*, como *a entidade que tem a propriedade de ter sido comida pelo menino*, no enunciado negativo temos uma situação diferente. Por exemplo:

(5) O menino não comeu a maçã.

(5) possui vários caminhos a partir dos quais podemos lhe atribuir um valor.

Desse modo:

a) podemos definir também os termos *menino* e *maçã* pela negativa.

Assim, teríamos uma asserção negativa

(6) Há o menino que não comeu a maçã.

(7) Há a maçã não comida pelo menino.

Trata-se de uma negação semelhante aos prefixos negativos. Por exemplo, quando dizemos

(8) Há incerteza no ar
que quer dizer

(9) Há não-certeza no ar

b) podemos ter uma negação de existência

Podemos, nesse caso, dizer que se trata de uma negação de ausência de existência e, desse modo, eu posso dizer

(10) O menino não comeu a maçã porque não havia maçã para ser comida.

ou

(11) O menino não comeu a maçã porque não havia menino para comer a maçã.

A negação de ausência de existência (o vazio) fica difícil para esse enunciado em razão da presença do artigo definido que pressupõe uma predicação de existência para menino e para maçã, embora possamos, com o auxílio de uma nova predicação, forçar a desmontagem dessa predicação de existência, como fizemos em (10) e (11).

c) podemos ter uma negação aspecto-modal

■ do lado de menino, podemos ter

(12 a) O menino não comeu a maçã porque ele não quis / porque ele não pôde / porque ele não conseguiu / porque ele não deve / porque ele está com a boca machucada / porque a sua mãe a escondeu / porque seu irmão a comeu / etc.

■ do lado de maçã, podemos ter

que facilita ou dificulta. Mas ela pode também criar bloqueio ou ineficácia por meio de facilidades e liberar por meio de dificuldades.

O termo *terceiro argumento* não é bom. A nova explicação causal tem a mesma natureza da origem e do objetivo da relação primitiva. Todos os três termos são portadores de um impulso de força e altamente predicativos, pois assim como da fonte da natureza brota água, da fonte da linguagem brotam atos proposicionais ou predicado (aquilo que poderia vir a ser dito e ter, então, a existência). Só temos a constituição de argumentos ou de designações quando temos a função proposicional (asserção) que, então, orienta (semanticamente) ordena (sintaticamente) e hierarquiza (sintático-semanticamente) as unidades do enunciado. Estamos mostrando os processos constitutivos do enunciado e, desse modo, não podemos falar em terceiro argumento, e também nem em primeiro e nem em segundo. Além do mais, toda a reflexão na qual estamos inseridos tenta exatamente organizar a relação enunciativa ou esse terceiro plano de organização dos enunciados. O nosso interesse é pelo diálogo que existe entre cada situação discursiva específica (instável) e a relação prediativa ou lógica (estável). Esse terceiro plano de organização dos enunciados pode ser aproximado do que Fauconnier, estudando a metáfora, chama de integração conceitual:

[...] uma projeção seletiva opera a partir dos espaços iniciais em direção a um espaço integrante. Essas operações são dinâmicas e o sistema inteiro pode evoluir. Em particular o espaço integrante se desenvolve com uma estrutura emergente própria que pode permitir por retroprojeção inferências novas, até mesmo uma reconceitualização mais radical (FAUCONNIER, 1997, p. 182).

O terceiro plano redefine o domínio nocional provisoriamente dado pelo locutor em face de seu interlocutor. Vejamos, a seguir, alguns exemplos.

Explicações causais:

Sintagmas nominalizados, tematizados como explicação causal

- (14) A fome do menino fez que ele comesse a maçã.
- (15) A permissão da mãe fez que ele comesse a maçã.
- (16) A sua boca machucada não permitiu que ele comesse a maçã.
- (17) A força do pai fez que ele comesse a maçã.
- (18) O azedume da maçã impediu que o menino a comesse.

Temos para 14, 15, 16, 17, 18 um estado inicial dado por uma relação primitiva (menino, comer, maçã). A relação entre os termos, no entanto, não se efetua para esses enunciados em uma hipotética relação prediativa <*λ>, levando em consideração apenas as propriedades adequadas e esperadas das noções presentes na relação. Não

há transformação, não há estados resultantes. Para que o processo de transformação, então, se inicie (mesmo que não se finalize), é necessário que alguma propriedade dos termos em relação se destaque, por exemplo, a presença de uma intensificação (gradação) de algumas das propriedades dos termos (um excesso, uma ausência etc). Desse modo, a força causal, que vai permitir que o processo deslanche, está em uma relação complexa de interioridade e de exterioridade com os termos da relação primitiva e tal força, integrando ou desintegrando propriedades, vai sempre permitir defini-los, enquanto noção que são. Vemos que a sobreposição das duas relações (predicativa e enunciativa) permite organizar domínios nocionais. Ou, em outras palavras, permite ver como as representações estão organizadas e como se movimentam em uma cultura dada. Esses problemas estão relacionados aos problemas mais conhecidos, tais como: propriedades primeiras e secundárias, essenciais e acidentais, sintéticas e analíticas, necessárias e contingentes etc. Como não estamos trabalhando com a língua na sua dimensão estática, não podemos trabalhar com essas polarizações ou classificações. Na perspectiva dinâmica, que é a nossa, precisamos mostrar a trajetória desses valores polares, as suas oscilações e as suas neutralizações, ou os seus recomeços.

Temos, pois, para esses cinco enunciados uma distância entre as propriedades das noções contidas na relação primitiva e as propriedades que essas mesmas noções apresentam em uma ocorrência específica. Quer dizer, existe nesses enunciados uma inadequação de propriedades e os enunciados são construídos em razão disso. As propriedades que estão em falta, em excesso, inadequadas, anormais são as que vão impedir ou facilitar o desencadeamento do processo e a transformação e o estado resultante, se for o caso.

Há, pois, nesses enunciados, uma distância entre o ponto para o qual a possível representação da relação predicativa aponta ou direciona e o ponto para o qual a representação construída por meio da relação enunciativa realmente pôde chegar. O significado desses enunciados resulta do espaço que se pode visualizar, medir entre esses dois pontos.

Esses cinco enunciados estão em relação parafrástica com vários enunciados possíveis de serem derivados da léxis < *menino*, *comer*, *maçã* >. No enunciado positivo (2) *o menino comeu a maçã* todos os obstáculos, enquanto alteridade, presentes nos enunciados de 14 a 18 foram levados em consideração e desconsiderados.

A atividade metafórica, os processos de adequação cultural e organização de domínios nocionais: do impossível gera-se o possível

A predicação é o múltiplo, que ao mesmo tempo é uno, e ela é também o uno, que ao mesmo tempo é múltiplo. Culioli, tentando mostrar a história do conceito de noção, cita Hegel (apud CULIOLI, 1997, p.12), que teria definido a noção como sendo "a multiplicidade desenvolvida e ao mesmo tempo a unidade reencontrada".

Predicação é sinônimo de fala. Desse modo, toda a predicação é uma fragmentação que caminha para a dispersão da representação ou para a sua agregação (o exemplar, o tipo). O máximo de agregação que podemos imaginar para a predicação *o menino comeu a maçã* seria *o menino-maçã* ou a *maçã-menino*, mas o hífen é uma predicação ainda muito frágil, mas ainda predicação. Desse modo, os predicados-origens, primeiros e causais, se constituem em designação por meio de um jogo de espelho de identidade e alteridade. A alteridade pode facilitar ou dificultar a agregação (uno) ou a dispersão (múltiplo) da representação, pois ora pode ser a agregação que esteja estabilizando a representação, ora pode ser a dispersão, que, desestabilizando, pode estar agregando ou estabilizando. Mesmo na dispersão, temos sempre construção, jamais desconstrução.

O enunciado (3) *a maçã comeu o menino* pode parecer uma brincadeira (e esse significado metafórico, que resulta de uma dissimetria ou instabilidade totais (dadas cognitivamente) e de uma simetria ou estabilidade nascente ou crescente (dadas culturalmente)) mas é um enunciado importante para as nossas análises. Isso porque:

- para que o menino tenha comido a maçã, ela se apresentou com propriedades atraentes para ser comida. Por exemplo, se eu tenho a expressão *frutas comestíveis*, *comestíveis* é propriedade apenas de frutas ou também do sujeito que as come? Em *o frescor do vento*, *frescor* é propriedade apenas do vento ou também da percepção do sujeito que o sente? Em *a sala é grande*, *grande* é propriedade apenas de *sala* ou resulta da experiência do sujeito em relação a um conjunto de salas com tamanhos diversificados, a partir do qual o sujeito avalia o que é ser *uma sala grande*? Ainda em *aquela maçã está tão apetitosa que eu não estou resistindo*, *apetitosa* é propriedade apenas de maçã, ou é uma propriedade que resulta da interação sujeito e objeto? E em: *Na fita de vídeo, tem esgrimistas, aquelas coisas, nada a ver, nada a ver* é propriedade de *aquelas coisas* ou também resulta, como nos casos anteriores, da interação sujeito e objeto?
- é no espaço aberto que foi deixado pela não-ocorrência do enunciado (2) *o menino comeu a maçã*, quer dizer, pela ocorrência do enunciado negativo (5) *o menino não comeu a maçã* que podemos reconstruir os pontos em paralelo de um processo de construção de valores, um verdadeiro leque de famílias parafrásticas.

É, portanto, no espaço formal não preenchido pelo empírico (2) e a sua negação (5) que se obtêm enunciados completamente ou parcialmente reversíveis. Em outras palavras: é no espaço da reversibilidade que se obtém toda a possibilidade de construção da alteridade [o outro-outro (sujeito ou objeto), o outro-mesmo], facilitando... dificultando. Quando se força a operação de reversibilidade para os fenômenos, e neste caso, para os enunciados, obtém-se a percepção dos fenômenos, dos significados, dos valores, por todos os ângulos, inclusive os mais inusitados possíveis. É desse conjunto de valores percorridos (todo) que a relação de causa e de efeito, ou a inserção do sujeito (parte) no mundo serão mais apuradas.

Tomando-se o enunciado negativo (5) *o menino não comeu a maçã*, deriva-se o enunciado metafórico, porque não usual, (3) *a maçã comeu o menino*, cuja negação, por sua vez, (19) *a maçã não comeu o menino* subjaz à construção de toda alteridade possível.

O enunciado (3) *a maçã comeu o menino* e o enunciado (2) *o menino comeu a maçã*, (que fornece uma definição de *menino* e de *maçã*), mostram-nos que a linguagem, enquanto forma, plasticidade, criatividade, fornece muito mais pontos do que uma língua-cultura acaba cristalizando; mostram-nos, ainda, que mesmo os pontos já cristalizados e as possibilidades ainda de cristalização precisam passar, para extrair os seus significados e valores, pelo avesso daquilo que está culturalmente construído: do impossível geramos o possível.

Os enunciados negativos (5) (a negação do possível culturalmente) e (19) (a negação do impossível culturalmente) abrem um leque de possibilidades: o mundo da imaginação, da fantasia, do sonho, dos desejos, da proibição. Em síntese: os enunciados negativos (5) e (19) abrem-se para o mundo daquilo que não está ainda adequado para o mundo das coisas possíveis de serem construídas.

Negação e reversibilidade

Pode-se dizer que toda combinação de léxis ou a existência de dois planos nos enunciados, criando um terceiro plano, seja por processos de coordenação, subordinação, seja por processos de tematização ou topicalização, ocupa:

1º o lugar do enunciado negativo;

2º o lugar da reversibilidade.

Tentaremos exemplificar, na seqüência, os pontos contínuos (em família) de construção de alguns enunciados importantes para o nosso estudo.

Nominalização e tematização do terceiro argumento ou a (anti)causa: o valor de concessão

(20) O menino comeu a maçã embora ela estivesse verde.

O valor de concessão é construído tendo por base uma negação de possibilidade de existência que não foi respeitada (proibição).

Antes da construção do valor de concessão, temos justapostos dois preconstitutos:

(20a) O menino		não deve comer a maçã verde não pode
(20b) A maçã verde		não deve comer o menino não pode

Queremos mostrar com nossa argumentação como o enunciado com valor de concessão é derivado de uma reversibilidade possível cognitivamente, mas impossível muitas vezes culturalmente ou, então, com um valor não usual ou metafórico. Desse modo, o enunciado *O menino comeu a maçã embora ela estivesse verde* significa:

- (20c) O estado-de-ser verde- da maçã impedia que o menino [] comesse [a maçã]
ou
(20d) A *verdura* da maçã impedia...

Vemos que nessas construções metalingüísticas, quer dizer explicativas, é a *maçã* com a propriedade de *estar verde* que tem a força causal. O valor da concessiva é construído não respeitando essa força causal, quer dizer, ele se constitui como uma anticausa.

A oração subordinada concessiva explicita um jogo de força ou de causas e de orientação e ordenação dessas forças não respeitadas. O *objetivo* da relação primitiva <menino, comer, maçã < maçã estar verde>> se apresentava como um obstáculo *o verde da maçã* para que a força da *origem, menino*, fosse desencadeada, mas, mesmo assim, a ação é desencadeada.

Ainda podemos dizer que *menino* define *maçã* como um termo que remete a uma noção possível de ser comida pelo menino; e *maçã* define *menino* como um termo que remete a uma noção possível de comer *maçã*. Já a propriedade diferencial de *maçã*, que é *estar verde*, desequilibra a organização nocional que esses dois termos em relação delimitam. A propriedade *estar verde*, que foi destacada na subordinada concessiva, gera inadequação nocional (cultural) ou inicia uma instabilidade tentando reorganizar o domínio nocional dos termos envolvidos.

Em síntese: o enunciado (20) *o menino comeu a maçã embora ela estivesse verde* passa ou deriva de (19) *a maçã não comeu o menino* ou melhor deriva de (20e) *o verde-da-maçã não teve força suficiente para impedir que o menino comesse a maçã com o verde-dela*.

Os enunciados 2, 5, 3, 19, 20, a, b, c, d, estão em relação parafrástica e oferecem pontos contínuos ou um todo de construção de valores.

Nominalização e tematização do terceiro argumento ou causa: construções adverbiais e advérbios

A discussão feita no item anterior continua sustentando os exemplos deste item. Queremos mostrar aqui o parentesco também entre outras construções gramaticais e a nominalização enquanto um processo de tematização do terceiro argumento ou de um termo mais causal, mais origem do que os termos presentes na relação primitiva (semântica) e na predicativa (sintática) dos enunciados. Queremos mostrar, sobretudo, como é este terceiro argumento que abre espaço para uma alteridade cuja força vem exatamente ocupar o espaço de uma força original que não pôde ser desencadeada.

Essa força segunda, sobreposta, mais causal que a primeira, é sempre representada por uma propriedade diferencial. Isso quer dizer que as noções em ocorrência (origem e objetivo) que representam as forças primeiras não puderam desencadear o processo porque não correspondem às noções-tipo. A propriedade diferencial, representando inadequação das noções em ocorrência às noções-tipo correspondentes, pode estar criando vários níveis de instabilidade: instabilidade decrescente ou estabilidade crescente; instabilidade crescente ou estabilidade decrescente. Sempre quando a propriedade diferencial aproxima-se da estabilidade ou da adequação nocional, teremos, para os enunciados, processos discretos, valores nominais ou quantitativos preponderantes. Ao contrário, sempre que a propriedade diferencial estiver criando instabilidade ou inadequação nocional, teremos, para os enunciados, processos densos ou compactos e valores predicativos ou qualitativos preponderantes.

A propriedade diferencial, enquanto alteridade que facilita ou dificulta o desfecho do processo, pode se constituir, como já dissemos no parágrafo anterior, em processos de natureza qualitativa, e nesse caso, serão marcas de aspecto e modalidade que recobrirão tais processos, ou de natureza quantitativa, e nesse caso, serão marcas extensivas e intensivas que recobrirão tais processos.

Construiremos, a seguir, cinco blocos de exemplos. No primeiro, colocaremos as construções gramaticais das quais estamos partindo; os outros quatro blocos são metalingüísticos, quer dizer, se constituem em manipulações explicativas. Desse modo, no segundo bloco, apresentaremos processos de tematização da causa; no terceiro, traçaremos parentescos entre a nominalização e valores adverbiais. No quarto, mostraremos o parentesco entre valores adverbiais e complemento agentivo. No quinto, tentaremos explicitar o que são para essas construções a alteridade primeira e a mais primeira ainda.

1º bloco: adverbiais e advérbio (ponto de partida)

- 21 - O menino comeu a maçã embora ela estivesse verde.
- 22 - O menino vai comer a maçã se ela estiver madura.
- 23 - O menino vai comer a maçã quando ela estiver madura.

- 24 - O menino comeu a maçã porque ela estava madura.
- 25 - A maçã precisa estar madura para que o menino possa comê-la.
- 26 - O menino comeu a maçã vorazmente.
- 27 - O menino comeu a maçã lentamente.
- 28 - O menino comeu a maçã sem culpa.
- 29 - O menino comeu a maçã tranqüilamente.
- 30 - O menino comeu a maçã agradecidamente.
- 31 - O menino comeu a maçã obrigado.
- 32 - O menino comeu a maçã espontaneamente.

2º bloco: tematização da causa e a nominalização

- 21a - O estar-verde da maçã não impediu que o menino comesse a maçã.
O menino comeu a maçã apesar do estar-verde da maçã
* a verdura da maçã.
- 22a - O estar-maduro da maçã será uma *condição* necessária para poder comê-la.
- 23a - O estar-maduro da maçã será um *momento* que deverá ser esperado para poder comê-la.
- 24a - O estar-maduro da maçã fez que o menino comesse a maçã
* a madureza
* a maturidade
* a maturação
- 25a - O estar-maduro da maçã será necessário para que o menino possa comê-la.
- 26a - A voracidade com que o menino comeu a maçã mostrou / revelou / evidenciou / fez etc.
- 27a - A lentidão com que o menino comeu a maçã mostrou / revelou / evidenciou / fez etc.
- 28a - A não-culpabilidade do menino ao comer a maçã mostrou / revelou / evidenciou / fez etc.
- 29a - A tranqüilidade com que o menino comeu a maçã mostrou / revelou / evidenciou / fez etc.
- 30a - A gratidão com que o menino comeu a maçã mostrou / revelou / evidenciou / fez etc.
- 31a - A obrigação do menino em comer a maçã mostrou / revelou / evidenciou / fez etc.

32a - A espontaneidade do menino ao comer a maçã mostrou / revelou / evidenciou / fez etc.

**3º bloco: causa tematizada, nominalização e valores adverbiais
(o modo de ser da representação)**

- 21b - O modo de ser /inadequado⁵/ da maçã não impediu que o menino a comesse.
- 22b - O modo de ser /adequado⁶/ da maçã será uma *condição* necessária para que ela possa ser comida.
- 23b - O modo de ser /adequado/ da maçã será obtido em um *momento* que deverá ser esperado para que ela possa ser comida.
- 24b - O modo de ser /adequado/ da maçã fez que o menino a comesse.
- 25b - O modo de ser /adequado/ da maçã será necessário para que o menino possa comê-la.
- 26b - O modo de ser de /o menino comeu a maçã/ /em excesso, e, portanto, inadequado/ mostrou, revelou, evidenciou, fez... /vorazmente/.
- 27b - O modo de ser de /o menino comeu a maçã/ /em falta, e, portanto, inadequado/ mostrou, revelou, evidenciou, fez... /lentamente/.
- 28b - O modo de ser de /o menino comeu a maçã/ /não em excesso, e, portanto, adequado/ mostrou, revelou, evidenciou, fez... /sem culpa/.
- 29b - O modo de ser de /o menino comeu a maçã/ /não em excesso, e, portanto, adequado/ mostrou, revelou, evidenciou, fez... /tranquilamente/.
- 30b - O modo de ser de /o menino comeu a maçã/ /em falta, e, portanto, adequado/ mostrou, revelou, evidenciou, fez... /agradecidamente/.
- 31b - O modo de ser de /o menino comeu a maçã/ /em excesso, e, portanto, inadequado/ mostrou, revelou, evidenciou, fez... /obrigado/.
- 32b - O modo de ser de /o menino comeu a maçã/ /não em falta, não em excesso, e, portanto, adequado/ mostrou, revelou, evidenciou, fez... /espontaneamente/.

4º bloco: valores adverbiais e complemento agentivo

- 21c - O menino não deixou de comer a maçã *pelo modo de ser dela* / estar verde/.
- 22c - O menino poderá comer a maçã desde que o modo de ser dela / estar madura/ permita isso. Se essa condição não for preenchida, o menino está impedido de comer a maçã *pelo modo de ser dela*.

⁵ inadequado – estar verde.

⁶ adequado – estar madura.

- 23c - O menino poderá comer a maçã em um momento em que o modo de ser dela permita isso. Antes desse momento, o menino está impedido de comer a maçã *pelo modo de ser dela*.
- 24c - O menino comeu a maçã *pelo modo de ser dela*.
- 25c - O menino poderá comer a maçã *pelo modo de ser dela*.
- 26c - Tal fato aconteceu...
Ficou evidente tal coisa *pelo modo* (em excesso) como o menino comeu a maçã.
- 27c - Tal fato aconteceu...
Ficou evidente tal coisa *pelo modo* (em falta) como o menino comeu a maçã.
- 28c - Tal fato aconteceu...
Ficou evidente tal coisa *pelo modo* (não em excesso) como o menino comeu a maçã.
- 29c - Tal fato aconteceu...
Ficou evidente tal fato *pelo modo* (não em excesso) como o menino comeu a maçã.
- 30c - Tal fato aconteceu...
Ficou evidente tal fato *pelo modo* (não em falta) como o menino comeu a maçã.
- 31c - Tal fato aconteceu...
Ficou evidente tal fato *pelo modo* (em excesso) como o menino comeu a maçã.
- 32c - Tal fato aconteceu...
Ficou evidente tal fato *pelo modo* (adequado) como o menino comeu a maçã.

5º bloco: força ou causa sobreposta (e portanto mais forte) à força ou causa original. Processo de adequação nocional (cultural?)

✓ força ou causa original /menino – comer / maçã /

- força ou causa sobreposta, mais causal e mais origem do que a força original que ficou enfraquecida
- O modo de ser inadequado da maçã que está verde ou *não está ainda madura* para os enunciados 21d, 22d, 23d, 24d.
- O modo de ser adequado da maçã *que está madura* para o enunciado 25d.

✓ força ou causa original / menino – comer – maçã/

- força ou causa sobreposta
 - em excesso (voracidade) - 26d
 - em falta (lentamente) - 27d
 - não em excesso, nem em falta, portanto, adequada (sem culpa) - 28d
 - não em excesso, nem em falta, portanto, adequada (tranquilamente) - 29d
 - não em excesso, nem em falta, portanto adequada (agradecidamente) - 30d
 - em excesso (obrigado) - 31d nem em excesso, nem em falta, portanto, adequada (espontaneamente) - 32d

De que modo tais advérbios, além, aquém e dentro da expectativa (adequado) remetem à alteridade?

Menino é um termo da língua que remete a uma noção que possui a propriedade de ser animado. Os advérbios presentes marcam o jogo de força ou pressão exercidos sobre a entidade animada *menino*. Essa pressão pode ser feita pelo menino mesmo, enquanto outro, ou, por uma outra força diferente dele, um outro agente, se for animado, ou uma causa, se for inanimado.

Qual é a outra força diferente dele? Ou de que modo os advérbios remetem à alteridade?

O advérbio *vorazmente* pode ser resultado de uma falta de controle do agente *menino* sobre si próprio, por exemplo, ele não controla a sua fome; *lentamente*, ao contrário, pode revelar, no caso de *comer*, controle do sujeito sobre si próprio, por exemplo, para poder saborear o alimento, ou, então, come-se *lentamente* porque a boca está machucada; *sem culpa* pode ser resultado da superação de um obstáculo criado pelo próprio agente e por um outro; *agradecidamente* e *obrigado*, com certeza, remetem a um outro que lhe deu a maçã ou que o obrigou a comê-la, respectivamente; *tranquilamente* e *espontaneamente* pressupõem, sem dúvida, um diálogo, um conflito, uma espessura dialógica, nos quais outros ritmos de comer são comparados e levados em consideração⁷. Por exemplo, se temos uma criança comendo espontaneamente, pode ser que ela coma desse modo não por superação dos outros ritmos, mas por naturalidade. No entanto, a palavra *espontaneamente*, presente em um enunciado, resulta, sem dúvida, de procedimentos avaliativos, apreciativos, feitos por quem enuncia, mesmo quando se diz: *a criança come espontaneamente*.

A propriedade diferencial (a alteridade) facilita e permite a finalização do processo

⁷ Se eu tenho apenas *Ele comeu a maçã* precisamos supor que os ritmos de comer foram levados em consideração e desconsiderados. Poder medir a velocidade do ato de comer é uma propriedade semântica presente em potencial na relação primitiva das noções e projetada para outros níveis de construção.

desencadeado e a obtenção de estados resultantes. Essa mesma propriedade pode dificultar e impedir a finalização do processo desencadeado e a obtenção de resultado.

Conclusão

O estudo que desenvolvemos defende que o estado resultante ou finalização oferecem valores polares (a asserção positiva e a negativa) e que esses valores são apenas dois entre os inúmeros valores que enunciados em transformação oferecem. Ou ainda: são apenas dois valores de um contínuo de construção de representação (as modalidades assertivas). Podemos dizer que, nos valores polares, chega-se a uma finalização ou porque a alteridade, enquanto obstáculo, foi levada em consideração, superada, e desconsiderada ou porque foi desconsiderada não por superação, mas simplesmente suprimida ou anulada. Os valores polares representam a contração em um ponto, ou em um único valor (é ou não é) da espessura dialógica, ou valores em conflito ou em contradição (é e não é, ao mesmo tempo), criada pelas marcas aspecto-modais que dilatam o predicado e que são exatamente as propriedades diferenciais das quais estamos falando.

Precisamos questionar o fato de que são apenas os valores polares, quer dizer, construídos (asserção positiva ou negativa) que podem ser julgados, avaliados. A argumentação que se faz normalmente é a de que somente nesses dois valores temos coincidência entre a ação e a fala e que são, portanto, os únicos valores nos quais quem fala pode se responsabilizar pela representação que constrói (verdade e falsidade, positivo e negativo etc.).

Pensamos, sendo coerente com a nossa reflexão, que a responsabilidade pela representação, e, portanto, a possibilidade de julgamento, avaliação, atribuição de valores ou significados se distribuem em todos os pontos do contínuo de construção de representação que vai da instabilidade à estabilidade, e vice-versa. Há sempre estabilidade provisória dentro de uma instabilidade de princípio (informação verbal)⁸. Os valores polares não são estáticos mas resultam de uma instabilidade estabilizada e que pode novamente desestabilizar-se. Há só trajetória e caminho, modos de ser da representação, mesmo na representação estável. Na representação em construção é mais fácil visualizar o conflito de forças, valores, responsabilidades. Há performatividade (ação), e, portanto, valor, significado, responsabilidade em conflito (intersubjetividade) em todos os pontos de um contínuo de construção dos enunciados. Na representação em construção visualizamos o próprio processo de julgamento, avaliação, apreciação, mensuração.

⁸ Notas do curso de A. Culioli. École Normale Supérieure, Paris, 1995.

REZENDE, L. M. Causality, differential property and the construction of notional domains. *Alfa*, São Paulo, v.47, n.2, p.21-39, 2003

- **ABSTRACT:** *This paper is part of a broader research that initially aimed at studying the relationship between nominalization and transitivity in Portuguese. Based on Culioli's (1999, 1999a, 1999b) Theory of the Enunciative Operations, it departed from a static and descriptive analysis of language, in which nominalization and transitivity are both stressed, towards a study that takes into account the articulation between language and natural languages. The departure from the static and descriptive analysis downgraded these two grammatical questions by inserting them into more abstract spaces of analysis proper to any grammatical problem such as causality, differential property and the construction of notional domains.*
- **KEYWORDS:** *Causality; differential property; notional domain construction; transitivity; nominalization.*

Referências bibliográficas

- BERNARD, G. Modéliser la transitivité verbale. In: BOUSCAREN, J.; FRANCKEL, J.J.; ROBERT, S. (Org). *Langues et langage: problèmes et raisonnement en linguistique*. Mélanges offerts à Antoine Culioli. Paris: PUF, 1995. p.5-16.
- CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation: opérations et représentations*. Paris: Ophrys, 1990. v.1.
- _____. A propos de la notion. In: RIVIERE, C.; GROUSSIÉ, M. L. (Org.). *La notion*. Paris: Ophrys, 1997. p.9-24.
- _____. *Pour une linguistique de l'énonciation: formalisation et opérations de repérage*. Paris: Ophrys, 1999a. v.2.
- _____. *Pour une linguistique de l'énonciation: domaine notionnel*. Paris: Ophrys, 1999b. v.3.
- DESCLÉS, J. P. Schéma de lexis. In: BOUSCAREN, J.; FRANCKEL, J. J.; ROBERT, S. (Org). *Langues et langage: problèmes et raisonnement en linguistique*. Mélanges offerts à Antoine Culioli. Paris: PUF, 1995. p.57-71.
- FAUCONNIER, G. Manifestations linguistiques de l'intégration conceptuelle. In: FUCHS, C.; ROBERT, S. (Org.). *Diversité des langues et représentations cognitives*. Paris: Ophrys, 1997. p. 182-193.
- HOPPER, P.J.; THOMPSON, S.A. Transitivity in grammar and discourse. *Languages*, Baltimore, n.56, n.4, p.251-299, 1980.
- LAZARD, G. La notion actancielle. In: BOUSCAREN, J.; FRANCKEL, J. J.; ROBERT, S. (Org). *Langues et langage: problèmes et raisonnement en linguistique*. Mélanges offerts à Antoine Culioli. Paris: PUF, 1995. p.135-146.

A ESCRITA E AS OUTRAS LINGUAGENS

Maria Sílvia Cintra MARTINS¹

- RESUMO: O presente artigo tem como objetivo propor uma ampliação da reflexão em torno do acesso à linguagem escrita. Nosso enfoque centra-se em crianças que se encontram no limiar da idade escolar e se baseia em algumas idéias centrais defendidas por psicólogos pertencentes à Escola de Vigotski a respeito da escrita e da exploração pedagógica do faz-de-conta infantil. A partir delas e do ponto de vista da Lingüística, propomos entender o faz-de-conta infantil como uma dentre outras linguagens que devem ser exploradas quando se tem como meta a aquisição da linguagem escrita. Simultaneamente, propomos que a escrita seja mais enfaticamente enfocada como uma linguagem, e não como transcrição da língua falada, ou, mesmo, como uma representação de segundo grau, apenas. Nesse sentido, compreendemos, na linha da Teoria da Enunciação de Antoine Culioli (1990), que o ser da linguagem abrange outras dimensões, além da representação propriamente dita.
- PALAVRAS-CHAVE: Aquisição da linguagem; escrita; oralidade; internalização; faz-de-conta; escolaridade.

Pretendemos desenvolver uma reflexão em torno das relações entre pensamento e linguagem, e entre linguagem e escrita, de modo a ampliar o escopo da conceituação que se formou, nos últimos trinta anos, a respeito do processo de alfabetização.

É com base no construtivismo piagetiano, adotado por Ferreiro em pesquisas desenvolvidas na Argentina e no México (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985), que se costuma desenvolver a linha de trabalho que leva em consideração as diversas etapas de formação de hipóteses, por parte das crianças, a respeito do processo de alfabetização. Nesse sentido, é comum que se levantem duas perguntas básicas a serem respondidas, quando se busca compreender como se dá a alfabetização, de tal modo a interferir em sua aquisição de forma competente.

"O que a escrita representa?" Esta primeira pergunta visa chamar a atenção para

¹ Departamento de Letras – UFSCAR – 13564-060 – São Carlos – SP – Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa Estudos Marxistas em Educação – UNESP – Ar. E-mail: msilviam@power.ufscar.br.

o fato de que a escrita é um simbolismo de segundo grau, ou seja, a escrita não representa diretamente o mundo da realidade objetual; em vez disso, representa a linguagem oral que já é, por si mesma, uma forma de representação.

“Qual a estrutura do modo de representação da escrita?” Com base nesta segunda pergunta, trata-se de apontar para as diversas hipóteses pelas quais a criança passa antes de atingir o grau alfabético próprio da linguagem escrita adulta.

Nesse sentido, cabe observar que a criança passa, num primeiro momento, por um período de indecisão entre o desenho e a escrita propriamente dita, uma vez que parte de representações icônicas e, apenas gradativamente, o predomínio do desenho vai cedendo espaço para o simbolismo gráfico de base alfabética. Este estágio é denominado pré-silábico.

À medida que avança em suas hipóteses a respeito do que a escrita representa, a criança transita para estágios às vezes híbridos em que, num primeiro momento, as letras passam a representar sílabas, de modo que, por exemplo, para representar a escrita de “gato”, a criança escreverá “AO”: neste caso, cada unidade gráfica diz respeito a uma unidade percebida pela pronúncia de uma sílaba.

O nível alfabético desponta como uma fase final de um longo percurso no qual o professor poderá exercer influência, desde que se dê conta de todo esse trajeto e de seu significado em termos cognitivos.

É nesse âmbito, aliás, que se insere a proposta de um rico *“ambiente alfabetizador”*: é necessário pôr a criança, seguidamente, em contato com o mundo letrado, motivá-la, ajudá-la na construção de suas hipóteses, de forma a evitar estagnações em determinados estágios e, ainda, com as devidas cautelas, provocar acelerações. Compreende-se, dessa maneira, que o educando deva sentir *“necessidade”* de se alfabetizar: vê-se a *“necessidade”* como mola propulsora do processo de aprendizagem, no sentido da necessidade que o educando passa a sentir de se inserir no mundo letrado.

É interessante notar, de toda a maneira, que, embora, via de regra, se proponha o acesso da criança a recursos diversificados, com a exploração de jogos e do trabalho em torno de projetos, o enfoque centraliza-se, na maioria dos casos, na aquisição da linguagem escrita, sem muita ênfase nas demais linguagens, e, de resto, sem a compreensão adequada da escrita enquanto linguagem, e não como transcrição ou representação da fala, apenas. Cabe, ainda, observar um universo cognitivo que se centra, preferencialmente, no aspecto intelectual, ou seja, na formação de hipóteses racionais a respeito da escrita.

Nesse sentido, o sujeito piagetiano a quem Ferreiro se refere é fundamentalmente um sujeito cognoscente:

[...] o sujeito cognoscente, o sujeito que busca adquirir conhecimento, o sujeito que a teoria de Piaget nos ensinou a descobrir. O que quer isto dizer? O sujeito que conhecemos através da teoria de Piaget é um sujeito que procura ativamente compreender o mundo que o ro-

deia, e trata de resolver as interrogações que este mundo provoca (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985, p.26).

Essa tendência evidencia-se, por exemplo, quando se aponta para um trabalho pedagógico em que o educador convoca suas crianças para a lousa onde lhes pede que escrevam certas palavras e mostrem “com o dedinho” que seqüências representam quais sonoridades. Muitas vezes, as próprias crianças se dão conta de certas contradições e se corrigem, quando, por exemplo, o percurso do “dedinho” fica aquém ou além dos símbolos gráficos. Outras vezes, é o educador quem as provoca, através de perguntas que trazem à tona as inadequações entre a linha da fala e a da escrita.

Admite-se, de toda a maneira, na linha de trabalho baseado no construtivismo, assim como no que vem se denominando o pós-construtivismo, que o trabalho pedagógico com as crianças em fase de alfabetização não se restringe a isso, aludindo-se a toda uma outra amplitude – e é esta que, de alguma forma, vamos tentar explorar, dentro da certeza dos acertos presentes na teorização que vimos expondo, porém na convicção de que é necessário ampliar a reflexão em torno das perguntas propostas, de forma a fornecer base teórica consistente para a necessidade da inserção do trabalho com a linguagem escrita dentro do âmbito das múltiplas linguagens infantis.

Já nos chegam ecos das “*Cem Linguagens da Criança*”, fruto da experiência italiana em Reggio Emilia (EDWARDS; GANDINI; FORMAN, 1999), que leva em consideração, não só o construtivismo piagetiano, mas, também, as conceituações do psicólogo russo Vigotski e do educador francês Freinet. Compreendemos, no entanto, que cabe explicitar os fundamentos teóricos que estão por trás da necessidade da exploração dessas múltiplas linguagens, e extrair deles todas as suas conseqüências, para que não aportem em nossas praias como mais um dos múltiplos modismos em educação que, muitas vezes por serem mal compreendidos, não podem ser aplicados com a necessária eficiência. Além disso, a falta de fundamentação teórica explícita costuma conduzir a uma colagem muitas vezes inadequada de conceituações contraditórias: forma-se uma colcha de retalhos em que fiapos de teorização vigotskiana convivem, sem conflito, com o construtivismo piagetiano, para fornecer um exemplo apenas.

A nova edição para a língua portuguesa, datada do ano de 2001, da obra principal de Vigotski, agora com o título “*A Construção do Pensamento e da Linguagem*”, traz uma versão mais detalhada e completa do pensamento do psicólogo russo. No entanto, sem a necessária percepção da complexidade teórica desse pensamento, esta versão mais prolixa terá pouco a acrescentar. É certo que uma edição mais bem cuidada é sempre proveitosa para o pesquisador atento e disposto a ingressar num mundo teórico que envolve uma lógica de pensamento diferente da racionalidade a que está acostumado; mas também é certo que, sem a percepção dessa lógica de base, poucos avanços poderão ser feitos no sentido de superarmos a visão mais superficial que assimilamos a respeito desse pensamento.

Normalmente, o que temos feito é adicionar ao construtivismo piagetiano uma vi-

sada voltada para a socialização, para a interação, enfatizando a aprendizagem coletiva e compartilhada: *"ninguém aprende sozinho"* é um lema presente em qualquer manual que se queira moderno.²

Vamos propor um aprofundamento na teorização vigotskiana, primeiro no sentido de compreender melhor o que são as tais etapas de alfabetização à luz desse pensamento; num segundo momento, no sentido de ampliar nossa compreensão da escrita enquanto linguagem.

Vimos que a conceituação provinda da escola piagetiana prevê a travessia de um percurso que envolve diferentes hipóteses com relação à representação escrita e compreendemos que a constatação da existência dessas etapas de aprendizagem decorreu da observação de como as crianças aprendem a escrever. Adquirimos, com isso, a valorização de diferentes formas de representação, que deixam de ser consideradas simplesmente discrepantes, para serem compreendidas como passos construtivos, rumo à etapa final do nível alfabético de escrita.

Embora fique clara a existência dessas etapas, percebemos, no entanto, que falta, ainda, uma explicitação de por que, afinal, as coisas se dão assim e não de outra maneira, de modo a termos uma visão mais global do universo cognitivo infantil, que sirva como pano de fundo explicativo, tanto para as etapas que a criança atravessa no processo de sua alfabetização, como para a elaboração geral de sua linguagem.

Piaget (1959) faz referência ao pensamento sincrético infantil, de caráter sintético, e à evolução gradual, primeiro para o pensamento por complexos, depois para a elaboração de operações formais, fato que já dá, em parte, conta do que se passa no universo cognitivo infantil na passagem da idade pré-escolar para a escolar, e nos ajuda a compreender, também em parte, a ocorrência primeira do nível silábico de representação gráfica, a ser substituído pelo nível alfabético, analítico por natureza. Ou seja, essa manifestação gráfica que se revela na escrita e faz com que a criança pareie uma expressão sonora de base silábica com uma letra apenas, para somente mais tarde ser capaz de parear fonema com grafema, tem a ver com sua transição cognitiva global, a partir de um pensamento sintético para um pensamento analítico.

Se comparamos, no entanto, essa forma de ver as coisas dentro do enfoque piagetiano com seu contraponto vigotskiano, deparamo-nos com uma complexidade muito maior a envolver os fatos e a interligá-los, o que traz à tona o caráter relativamente discreto e analítico da visão piagetiana, que prevê uma certa linearidade no transcurso das etapas e não põe em cena a inter-relação complexa entre as diferentes linguagens. Quando a criança que já ensaia transitar para o nível alfabético apresenta um tipo de retrocesso rumo ao nível silábico, isso é chamado apenas de hesitação – o que denun-

² O professor Newton Duarte alerta-nos contra esse perigo de apenas adicionar "uma pitada social no construtivismo": "[...] não se trata de passar a um construtivismo social ou de trazer o social para o construtivismo, pois entendemos que o construtivismo piagetiano já contém um modelo do social e esse modelo se respalda no modelo biológico da interação entre organismo e meio ambiente. Não se trata de que PIAGET tenha desconsiderado o social, mas de como ele o considerou" (DUARTE, 1996, p.88).

cia o fato de que são enfocados elementos de superfície, sem serem devidamente compreendidos os mecanismos lingüísticos e cognitivos subjacentes.

Vigotski (2001), em contrapartida, aponta para a relação complexa, dialética e processual, que se dá entre linguagem e pensamento. Já prestamos atenção suficiente para os momentos em que afirma que, em princípio, pensamento e linguagem são processos independentes, cujas linhas de desenvolvimento se cruzam e voltam a se separar? Já prestamos atenção suficiente, quando postula uma dialética entre termos antagônicos, que apresentam trajetória diferenciada e se complementam dentro desse antagonismo? Já nos detivemos para ler e reler e tentar compreender o trecho em que afirma que a criança faz uso da linguagem, num primeiro momento, dentro de uma compreensão global, e que só paulatinamente vai tendo uma compreensão mais analítica das partes? Já abrimos suficientemente os olhos quando passamos pelo trecho em que afirma que justamente por serem antagônicos é que os processos que envolvem pensamento e linguagem se dialetizam: o pensamento atravessa um percurso que vai do particular para o geral, enquanto que a linguagem atravessa o percurso oposto, do geral para o particular?

É muito difícil, na verdade, captar toda a complexidade desse pensamento e as inúmeras conseqüências que envolve; daí nos determos, com freqüência, em aspectos mais palpáveis dessa conceituação, como naquele que diz respeito à socialização. No entanto, é aí, nesse movimento processual e dinâmico entre pensamento e linguagem e entre o todo e suas partes, que reside o pano de fundo para aquilo que a criança manifesta na superfície do papel no processo de aquisição da escrita.

Mas que diferença faz saber ou não saber disso, se na prática estamos diante de letras que reproduzem sílabas antes de representarem fonemas?

Faz diferença, porque aponta para um processo global, que não diz somente respeito à escrita e que, portanto, não precisa, necessariamente, ser ativado através da escrita. Em outros termos: o percurso que tem como ponto final a aquisição da escrita alfabética não passa única, nem necessariamente pela escrita. É possível chegar-se a ele sem todos esses grafismos que temos convencionado incentivar. É possível chegar-se a ele – e, ainda, de forma mais completa e mais competente – sem ter o lápis e o papel direcionados explicitamente para esse lado.

Nesse sentido, a constatação das fases de alfabetização pode se dar, eventualmente, de forma diagnóstica, e não com a insistência conferida a um procedimento pedagógico. Não será, ao final das contas, igualmente exaustivo e enfadonho dedicar-se a traçar letras e acompanhá-las “com o dedinho”, quanto exercitar-se nas “ondinhas” e em outros procedimentos de coordenação refutados pela pedagogia moderna?

É certo que avançamos quando abrimos mão dos exercícios caligráficos em busca de razões mais profundas para o ato de escrever, mas precisamos – assim nos parece – avançar mais, em busca de algo como o que Freinet (1977) denominou seu “*Método Natural*”. Não nos parece natural incentivar as crianças nos exercícios de coordenação, mas, tampouco, incentivá-las a arriscar hipóteses seguidas sobre a es-

crita. E, é claro, nossa motivação em busca de outro enfoque, ou de um enfoque mais amplo para o trabalho com alfabetização, dá-se, além disso, em face de um quadro ainda reconhecidamente insatisfatório nos índices efetivos de alfabetização.

Nesse sentido, além da convicção de que podemos e devemos motivar a escrita por caminhos que conduzam, igualmente, a um desenvolvimento do universo cognitivo e categorial infantil, cabe, ainda, compreender melhor de que forma se dão e se relacionam as diferentes linguagens, mesmo porque, apresentando-se a escrita como uma dentre as diversas linguagens, podemos imaginar um caminho bem sucedido rumo à escrita alfabética pelo recurso consciente e metódico às outras linguagens.

Podemos, hoje, dizer que o enfoque piagetiano coaduna-se com um modelo epistemológico descontínuo, enquanto que Vigotski adota um modelo contínuo de abordagem dos fatos. Essa constatação traz à tona uma diferença muito mais marcante entre os dois pesquisadores, do que supusemos no passado. É assim que as linhas de Piaget falam de uma evolução progressiva em que as etapas vão sendo vencidas e substituídas por outras, o mesmo se dando com relação ao universo semiótico, no qual a criança transitaria da imitação, para a fala oral, para o desenho e para a escrita. Não se postula, de forma mais decisiva, uma inter-relação entre essas linguagens, nem se cogita, com a ênfase necessária, em fatores de retenção na passagem de uma para outra linguagem.

Conhecemos bem a divergência de Vigotski (2001) com relação à maneira como Piaget encara a linguagem egocêntrica, embora nem sempre tenhamos prestado suficiente atenção para o fato de que, enquanto Piaget (1959) fala da superação do egocentrismo à medida que a criança se socializa, Vigotski (2001) contrapõe-se, dizendo que o percurso é contrário, do social para o individual, o que tem a ver com um dos princípios básicos de sua Escola: a postulação de que tudo o que somos individualmente vivemos antes no âmbito social, ou seja, os processos intra-psicológicos têm fundamento inter-psicológico.

Dessa maneira, se Piaget (1959) fala na progressiva superação da fala egocêntrica e na sua substituição pela fala internalizada (ou pensamento verbal), Vigotski (2001) aponta, não para a substituição, mas para um desenvolvimento complexo em que, mais uma vez, elementos complementares se antagonizam.

A fala egocêntrica já não é vista de forma compartimentada, estanque, como um tipo de excrescência a ser expelida e superada, mas como a mediação necessária entre a fala social e o pensamento verbalizado individual. Superficialmente, pode parecer que é tudo a mesma coisa, porém, mais uma vez, estamos diante de processos cognitivos significativos, que vale a pena conhecer melhor, para saber lidar com eles com mais eficácia.

Um primeiro aspecto que se destaca, quando vemos a fala egocêntrica como algo que vai, progressivamente, sendo internalizado, é o fato de que ela precisa existir, precisa se diferenciar, para poder, gradativamente, silenciar-se. Outro aspecto para o qual Vigotski (2001) nos alerta, com base em suas pesquisas com crianças em idade pré-

escolar, é o fato de que a fala egocêntrica também evolui, apresentando-se, primeiro, de forma muito semelhante a sua manifestação oral de caráter social, para, paulatinamente, ir adquirindo caráter sintético e predicativo, o que aponta para a construção simultânea e também paulatina do seu contraponto cerebral: ou seja, algo vai se construindo internamente, de tal forma que, externamente, a linguagem oral já pode carecer de certos elementos anteriormente verbalizados.

Restam as perguntas: como fica essa elaboração mental em crianças que não tenham o incentivo devido à fala egocêntrica? Como se manifesta a própria fala egocêntrica na ausência de maior socialização? Em que medida o incentivo à oralidade pode contribuir para o desenvolvimento do universo cognitivo infantil?

É diante dessas perguntas que se delinea uma possível relação, também complexa e processual, entre oralidade e escrita: será que crianças que manifestem elaboração oral precária não terão o acesso à escrita dificultado?

Conhecemos a tese polêmica de Bernstein (1972), do *"déficit cultural"*, veementemente criticada. Para o autor, classes sociais diferentes apresentam códigos linguísticos diferenciados, mais ou menos elaborados, o que pode resultar em diferenças no desenvolvimento cognitivo.

Kato (1987, p.124), por outro lado, faz referência ao estudo de Kroll, na Inglaterra, segundo o qual a elaboração linguística oral de crianças em idade pré-escolar tem pouca relevância para o acesso à escrita, o que levou o autor a apontar para outros aspectos relevantes, como a consciência da escrita que a criança traz para a escola. Ferreiro posiciona-se de forma semelhante, quando defende que o importante é levar a criança à consciência do que faz com a linguagem quando fala: "ajudá-la a tomar consciência de algo que ela sabe fazer, ajudá-la a passar de um 'saber fazer' a um 'saber acerca de', a um saber conceitual" (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985, p.281).

O certo é que a Psicolinguística contemporânea comporta o ingrediente inatista que herdou, por um lado, da teoria psicogenética piagetiana, por outro, da teoria linguística chomskiana (CHOMSKY, 1965), os dois componentes básicos de que se formou. Nesse sentido, essa questão de uma interferência na linguagem oral com vistas a proporcionar avanços cognitivos e facilitar o acesso à escrita foi-lhe sempre irrelevante: a aquisição da língua materna manifestava-se na dependência de processos de maturação, acreditando-se na existência de uma faculdade de linguagem geneticamente determinada, sujeita a um desenvolvimento relativamente espontâneo. Por sua vez, sendo a escrita considerada um sistema de representação de segunda ordem, e não propriamente uma outra linguagem, uma linguagem diferenciada, parecia que as mesmas expectativas de maturação pudessem ser transferidas para a aquisição da escrita, conforme podemos sentir pelo seguinte trecho de Kato:

Posso supor, assim, que um mesmo equipamento inato que permite à criança interagir com os dados da língua oral lhe dê as condições mínimas para desenvolver sua percepção inicial sobre a escrita. O desenvolvimento para além dessa percepção inicial seria uma função das

necessidades e estimulação ambientais, e os vários estágios do desenvolvimento seriam marcados por uma consciência progressiva por parte do aprendiz de seu saber e seus comportamentos (KATO, 1987, p.138).

A teorização de Vigotski (2001), no entanto, nos conduz a outras conclusões. Alerta-nos para a necessidade de se abordar os fatos de forma mais indireta, ou seja: a escrita alfabética envolve o pensamento analítico que, por sua vez, tem a ver com um grau de categorização mais complexo. Não basta entender que é uma representação de segundo grau, no sentido de que não representa diretamente o mundo objetal e, sim, os sons da fala. É necessário entender que, tal qual a moeda corrente, ela necessita ter lastro, um lastro de base cognitiva que, entre outros caminhos, pode ser propiciado pelo incentivo adequado da linguagem oral, como também por um trabalho dirigido com o desenho e com o faz-de-conta infantil.

Acreditamos que caiba ao lingüista comprometido com a educação infantil esta tarefa, de, ampliando os conceitos de linguagem e de aquisição de linguagem, apontar para a inter-relação entre as diferentes linguagens e para a maneira como elas se alimentam reciprocamente. Apontar, também, para a forma com que a aquisição de uma linguagem, por assim dizer, mais genuína, menos asfixiada pela linguagem do outro, passa, necessariamente, pelo incentivo a cada linguagem em seu tempo devido, de tal forma que a irrupção de uma nova linguagem só se dê na medida do esgotamento de sua manifestação anterior. Nesse sentido, a aquisição da escrita passa a ser vista como apropriação de uma linguagem, e não, meramente, como transcrição fonética, uma vez que, assim nos parece, mesmo aqueles que postulam ser a língua escrita uma “*representação de segundo grau*”, justamente porque não transcendem essa dimensão lingüística da *representação*, também não conseguem se distanciar o suficiente da visão mais tradicional que vê na escrita apenas a transcrição da fala.

Este fato contém implicações pedagógicas, uma vez que aponta para a necessidade de se incentivar a fala para si mesma, a “*fala egocêntrica*” da criança que tem por volta dos três anos de idade. Nesse sentido, cabe proporcionar espaços e materiais para que possa, eventualmente, estar só com seus brinquedos e objetos, desenvolvendo aquela sua fala, só aparentemente autista. Dos quatro aos seis anos, essa fala continuará existindo, e o educador atento poderá observar a maneira como vai se tornando progressivamente lacunar ou reticente. Paralelamente, a criança manifestará uma nova linguagem, a linguagem do “*faz-de-conta*”, que tem sido reconhecido do ponto de vista da brincadeira, do jogo, mas urge atribuir-lhe, e muito enfaticamente, o papel e o estatuto de linguagem: linguagem que cabe ao educador incentivar, seja fornecendo à criança espaços e materiais motivadores, seja participando, de forma comedida e discreta, no jogo de seu faz-de-conta.

Esse aparente desvario infantil, em que vemos as crianças como que no ar, sem os pés no chão, no mundo da lua, é de fundamental importância para a ascensão a patamares mais complexos de categorização, o que, entre outros aspectos, significa o in-

centivo à elaboração progressiva de seu pensamento abstrato. As vozes de fora vão se internalizando para poderem, depois, se externar, num processo complexo e vital, dinâmico, primordial para a aquisição, não só da linguagem, mas da própria personalidade em que coexistem, se imbricam e se antagonizam as vozes do “eu” e do “outro”.

É certo que, se postulamos, com a Escola de Vigotski, a internalização da linguagem verbalizada exterior, cabe, sempre, conversar muito com as crianças e favorecer para que elas conversem entre si. O princípio da imitação, num sentido muito peculiar e complexo, está sempre presente: porém, é necessário vislumbrá-lo de uma forma problemática, em que, se há assimilação, há também rejeição; se há internalização, há a luta e a necessidade de externalização.

Voltamos, com isso, à palavra “*necessidade*”, agora dentro de outro enfoque. Já não é uma “*necessidade*” provinda apenas de apelos externos: é uma necessidade que se confronta com o mundo. Veja-se: não se adapta, confronta-se com o mundo – eis aqui uma divergência básica entre os pensamentos de Piaget (1959) e de Vigotski (2001). Neste, vemos confronto, conflito, problematização, e não movimentos adaptativos ou assimilativos.

É necessário, ainda, diferenciar leitura de escrita, para compreender melhor a profundidade dos mecanismos e anseios psicológicos que estão em jogo. Normalmente, fazemos uma referência global à *lecto-escritura*, como se constituíssem um único e mesmo processo, mas cabe perceber – algo aparentemente banal – que a leitura vem, preponderantemente, de fora para dentro (mesmo que reconheçamos um movimento processual e construtivo envolvido nela), enquanto que a escrita deve, em princípio, brotar de dentro para fora, como necessidade íntima de manifestação, como linguagem. Freinet (1977), à sua maneira, tinha essa clareza, ao propor o incentivo à correspondência como forma de mobilizar a necessidade afetiva pela escrita.

Falamos que a criança aprende a falar, mas não falamos que aprende a escutar, pois isso parece óbvio demais, parece que esteve lá desde sempre, não foi necessário aprender. Por outro lado, referimo-nos à *lecto-escritura*, como se leitura e escrita constituíssem um único e mesmo processo.

Falar envolve uma certa individualidade, a manifestação de uma personalidade. Atribuímos especial importância às primeiras palavras da criança, porque é justamente nesse momento, quando aprende a falar, que a criança se humaniza, se manifesta mais claramente como “ser humano”. Não percebemos, no entanto, que a escrita merece esse mesmo estatuto de humanização, que ela envolve um novo patamar de humanização.

Nesse sentido, apesar de pretender responder à pergunta “*o que a escrita representa*”, fugindo a uma prática anterior muito voltada à caligrafia, aos grafismos, ainda a escrita que se tem praticado dentro da escola piagetiana, exatamente por não levar em conta a dialética complexa que envolve o interno e o externo, o eu e o outro, é uma escrita na superfície do papel, que não se coloca enquanto linguagem propriamente dita.

Daí as matizes que comporta e que enfatizam a inserção no mundo letrado, e não

propriamente o acesso a uma linguagem diferenciada, enquanto possibilidade de manifestação individual. A escrita pode, sim, reproduzir a fala do outro, mas alfabetizar não pode, nem deve se reduzir a essa dimensão pequena da escrita. Nesse sentido, assim como Deleuze (1988) se refere à concepção lingüística estruturalista, com suas oposições binárias diferenciais e negativas, como sendo uma abordagem do “*pequeno lado da linguagem*”, da mesma maneira, reduzir a escrita a uma representação de segundo grau significa vislumbrar apenas o “*lado pequeno*” da escrita.³

A escrita é uma das manifestações lingüísticas a que temos acesso, e não é fortuito o fato de despontar exatamente no momento da ontogênese do pensamento e da linguagem infantis em que a criança gradativamente abandona, tanto a fala egocêntrica, quanto os jogos de faz-de-conta.

Só temos acesso à parte traduzida do russo dos escritos da Escola de Vigotski, ali onde há referência à transmutação paulatina da fala egocêntrica em pensamento verbalizado, como também à importância dos jogos protagonizados – o faz-de-conta infantil – para a ascensão a patamares superiores de categorização. Sabemos, também, da forma como Vigotski (1991) atribui a pré-história da escrita ao desenho infantil, e da maneira como Leontiev (2001) aponta para a necessidade de pesquisa no sentido de mostrar a inter-relação entre processos afetivos e intelectivos, aos quais atribui igual importância na formação do universo cognitivo. Conhecemos, ainda, a forma como Luria (1986) explora a indicação de Vigotski de que o significado das palavras evolui, desde uma relação mais íntima com o mundo objeto, até vir a fazer parte de um universo auto-suficiente de inter-relações semânticas.

Foi com base nessas indicações que avançamos em nossa pesquisa de base teórica e prática, em contato com crianças em idade pré-escolar, até vir a concluir pela inter-relação, não só da fala egocêntrica com o pensamento verbalizado, mas das diversas linguagens entre si e com o pensamento verbalizado progressivamente abstrato. Compreendemos, nesse percurso, que a escrita pressupõe a internalização, não só da fala verbalizada, mas das *pessoas*, dos interlocutores, de tal forma que o pensamento abstrato que envolve comporta e pressupõe o embutimento do diálogo.

O pensamento não é monológico. As lacunas e o próprio caráter predicativo que lhe é inerente denunciam a presença de um outro; e é esse pensamento dialógico que fornece o pano de fundo para a escrita. Para sua constituição, foi necessário que se internalizasse, de forma problemática e contraditória, a fala egocêntrica que o precedeu; mas foi fundamental, também, que se internalizasse a duplicidade, ou mesmo, a pluralidade de vozes presente no jogo do faz-de-conta infantil.

³ “Quando interpretamos as diferenças como negativas e sob a categoria da oposição, já não estamos do lado daquele que escuta e mesmo que ouviu mal, que hesita entre várias versões atuais possíveis, que tenta ‘reconhecer-se’ pelo estabelecimento de oposições, o pequeno lado da linguagem, não o lado daquele que fala e que atribui o sentido? Não traímos assim a natureza do jogo da linguagem, isto é, o sentido dessa combinatória, desses imperativos ou desses lances de dados lingüísticos que, como os gritos de Artaud, só podem ser apreendidos por aquele que fala no exercício transcendente?” (DELEUZE, 1988, p.329-330).

Através dessa ótica, queremos, entre outros motivos, atribuir ao jogo de faz-de-conta uma dimensão muito mais ampla do que a de uma mera brincadeira, na interpretação lúdica e descomprometida da palavra. Dentro dessa brincadeira, não só se constroem personalidades no sentido alternante de um eu e de um outro. Constroem-se personalidades complexas, que envolvem, problematicamente, o eu e o outro.

E isto não é tudo: cabe ainda falar das palavras propriamente ditas, pois é dentro do faz-de-conta que elas adquirem duplicidade e polissemia. É dentro do faz-de-conta que a vassoura é vassoura, mas é também cavalo; o caixote é caixote, mas é também um barco, e assim por diante. De um sentido monossêmico, as palavras se transformam, como que num passe de mágica, em cabides, em entradas para múltiplas significações.

Apesar dos avanços mais recentes nos estudos linguísticos, no sentido de se tentar superar o paradigma estruturalista dominante no decorrer do século XX, ainda prevalece, como que intocado, o eixo fundamental que envolve a conceituação do signo linguístico enquanto união de um significante e um significado. Foi no início do século XX, nos cursos proferidos para os estudantes na Universidade de Genebra, que Ferdinand de Saussure, considerado o fundador da Linguística contemporânea, estabeleceu uma conceituação algébrica em que os signos linguísticos adquirem significado – ou valor – através de um jogo de relações recíprocas que atingem, tanto o lado material – o significante –, quanto o aspecto conceitual – o significado do signo –, ficando, de toda forma, excluído do universo da linguagem o mundo objetual das coisas reais.

Essa conceituação constituiu a base da Linguística estruturalista, que se deteve, preferencialmente, no estudo dos significantes, isto é, das relações entre os fonemas enquanto feixe de oposições distintivas, estruturas binárias elementares, e se estendeu, posteriormente, para as estruturas sintáticas. O interesse pela área da Semântica sobreveio na segunda metade do século, particularmente através da *“Semântica Estrutural”*, de Greimas (1973), em que, agora, na linha de pensamento de Hjelmslev, o significado é que passou a ser alvo de análise componencial, porém sempre dentro da exigência básica de se excluir o mundo das coisas reais do campo da investigação e ver a linguagem como um universo estruturado de relações intrínsecas. Ou seja, na sua base, no seu eixo, ainda a conceituação saussureana do início do século é que continuou dominante.

A Linguística de viés cognitivo vem ensaiando algumas tentativas no sentido de questionar essa tendência analítica, descontinua, e propor, em vez disso, modelos contínuos de investigação. O certo, porém, é que, como o enfoque, via de regra, recai sobre o desempenho linguístico do adulto, certas discrepâncias e exigências próprias à aquisição da linguagem no universo cognitivo infantil não costumam vir à tona. Assim, embora tenhamos tido acesso a considerações mais complexas, em que se propõem relações transcategoriais que envolvem os eixos semântico, sintático, morfológico e pragmático, sem separá-los, como antes, em compartimentos estanques, e embora se acene para o âmbito cognitivo como parte, também, do universo linguísti-

co, ainda assim mantém-se o mundo objetual a certa distância confortável, dentro de uma exigência epistemológica de que haja um corte nítido entre o mundo da realidade e o mundo da representação.

Linguistas cognitivistas, como Culioli (1990) e Fauconnier (1997), apontam para relações semânticas complexas, que fazem com que o item lexical já não possa ser visto de forma isolada, mas envolva um *“pacote de relações”* ou implique a *“integração conceitual”*. Ainda assim, como o foco da investigação costuma se centrar na modalidade linguística adulta, certos elementos característicos da ontogênese da linguagem infantil são desconsiderados.

Já no campo da Psicologia da Educação, Luria (1986) desenvolve o pressuposto vigotskiano de que os significados das palavras evoluem qualitativamente e pondera a respeito da longa história que se dá no processo de aquisição da linguagem infantil. Dentro desse processo evolutivo, as primeiras palavras estão estreitamente ligadas à ação da criança e à sua comunicação com os adultos. Nesse contexto inicial, o significado da palavra depende da situação, da entonação e dos gestos que a acompanham.

Apenas progressivamente, a palavra vai adquirindo autonomia. Assim, até por volta dos dois anos de idade, as palavras possuem caráter difuso e estão fortemente enlaçadas com a prática. É por essa época que a criança começa a adquirir a morfologia elementar da palavra, adicionando, por exemplo, um sufixo que passa a determinar o uso daquela palavra com o valor de substantivo. Nesse mesmo momento, há uma súbita expansão vocabular: “o significado da palavra se reduz e o vocabulário se amplia”. (LURIA, 1986, p.31).

Nesse sentido, Luria pondera:

[...] a observação da ontogênese facilita-nos fatos complementares que permitem considerar que a palavra nasce de um contato simprático, separando-se progressivamente da prática, e converte-se em um signo autônomo, que designa um objeto, uma ação ou uma qualidade (e mais adiante uma relação). É neste momento que ocorre o verdadeiro nascimento da palavra diferenciada como elemento do complexo sistema de códigos da língua (LURIA, 1986, p.31).

Conclui, a partir disso e em confirmação da tese de Vigotski, que o significado da palavra se desenvolve, uma vez que, apesar de conservar a mesma referência objetual, a palavra adquire novas estruturas semânticas, ou seja, há uma alteração no sistema de enlaces e generalizações nela encerrados. Junto com esse fato e como decorrência dele, há uma mudança na estrutura sistêmica da palavra: “Ou seja, por trás do significado da palavra, em cada etapa, estão presentes diferentes processos psíquicos” (LURIA, 1986, p.51).

Estes dois aspectos estão intimamente relacionados. No que diz respeito ao que Luria (1986) denomina a estrutura do significado, temos uma progressão desde as etapas iniciais do desenvolvimento infantil, em que o significado da palavra ainda é amorfo, difuso, genérico e não possui uma firme referência objetual: “[...] o significado é mui-

to difuso e, mesmo designando um determinado traço, faz referência a distintos objetos que apresentam este traço comum e se inserem na situação correspondente" (LURIA, 1986, p.49). Nessa etapa, a palavra conserva um estreito vínculo com a situação prática. A partir do momento em que já começa a adquirir uma referência objetiva estável, há, de toda maneira, uma continuidade na evolução de sua estrutura de significado, no que concerne à sua função generalizadora e analítica.

Junto com a evolução na estrutura do significado, há uma mudança nos sistemas de processos psíquicos que estão por trás da palavra. Assim, na criança pequena, predomina o laço afetivo; na idade pré-escolar, predomina a memória de uma imagem concreta imediata:

Conseqüentemente, no estágio dos conceitos concretos, o papel decisivo cabe aos enlaces situacionais diretos, reais dos objetos e no estágio dos conceitos abstratos, o papel decisivo cabe aos enlaces lógico-verbais, hierarquicamente constituídos. Portanto, o significado muda não só em sua estrutura, mas também nos sistemas de processos psíquicos que a realizam (LURIA, 1986, p.54).

Luria (1986) retoma, também, a concepção de Vigotski segundo a qual a organização do ato voluntário da criança fundamenta-se em seu desenvolvimento lingüístico. A criança passa por uma primeira etapa de desenvolvimento, na qual a mãe dirige-se a ela e orienta sua atenção através de uma série de instruções, como: *"pega o balão"*, *"levanta a mão"*, *"onde está a boneca?"*. Nessa primeira etapa, a criança cumpre instruções verbais para então, na etapa seguinte, começar a dar ordens a si mesma, a princípio em linguagem externa, depois através da linguagem interior. Dessa maneira, a origem do ato voluntário na criança é atribuída à comunicação da criança com o adulto:

No início, a criança deve se subordinar à instrução verbal do adulto para, nas etapas seguintes, estar em condições de transformar esta atividade 'interpsicológica' em um processo interno 'intrapésquico' de auto-regulação (LURIA, 1986, p.95, grifo do autor).

Com base nesse reconhecimento de que a ação voluntária da criança tem origem social e é mediada pela linguagem (e não resultado de desenvolvimento biológico), Luria (1986) aponta para a função pragmática ou reguladora da linguagem. Ou seja, além da função cognoscitiva, a palavra emerge como meio de regulação da conduta. De nossa parte, enquanto lingüistas, é interessante notar que Culioli (1990) aponta para as três diferentes operações inerentes à linguagem: a representação, a referenciação e a regulação. É sempre difícil ponderar em que medida certa terminologia tem ou não o mesmo estatuto em diferentes autores, mas o que importa, no caso, é acenar o fato de que a linguagem não se reduz à representação, comportando outros aspectos, outras funções. Nesse âmbito, a função da regulação diz respeito ao aspecto pragmático, àquele aspecto que concerne às pessoas, aos interlocutores e aos papéis que eles comportam. Compreendemos, nesse sentido, que, ao lado da reflexão a res-

peito da dimensão representativa da escrita, cabe compreender que papéis, que pessoas estão em jogo nessa nova linguagem.

As ponderações de Vigotski (2001) a respeito do inter-relacionamento entre as diferentes linguagens infantis forneceram-nos um pano de fundo para uma reflexão subsequente a respeito do faz-de-conta enquanto linguagem, e a respeito dos papéis sociais que comporta e que estarão pressupostos na aquisição da escrita. De forma inédita, Vigotski (2001) estabelece comparações entre a linguagem exterior socializada, a linguagem egocêntrica, a linguagem interior e a escrita, obtendo esclarecimentos num jogo de espelhos dialético em que cada forma de linguagem se faz melhor compreender através do paralelo estabelecido com a outra forma, que, em princípio, pareceria absolutamente dispar, carecendo de qualquer possibilidade de comparação. Além disso, mostra as influências recíprocas entre essas diversas linguagens. É assim que, por exemplo, pondera:

O importante é que, em certas circunstâncias, todas essas peculiaridades podem surgir na linguagem exterior; é importante que isso seja geralmente possível, que as tendências para a predicatividade, para a redução do aspecto físico da linguagem, para a prevalência do sentido sobre o significado da palavra, para a aglutinação das unidades semânticas, para a influência dos sentidos, para o idiomatismo do discurso possam ser observadas também na linguagem exterior, o que, conseqüentemente, a natureza e as leis da palavra admitem e tornam possível. E isto, reiteremos, é para nós a melhor confirmação da nossa hipótese de que a linguagem interior surgiu por intermédio da diferenciação das linguagens egocêntrica e social da criança (VIGOTSKI, 2001, p.473).

Através dessas comparações entre as diferentes formas ou funções da linguagem e da demonstração de sua influência recíproca, Vigotski (2001) combate a teorização tradicional que vê na linguagem exterior uma simples *"expressão do pensamento"*, uma vez que são, na verdade, funções absolutamente específicas e díspares, fato que não invalida, nem compromete a relação dialética que entre elas se estabelece, mas, ao contrário, é condição fundamental para que se dê essa relação processual. É assim que passa a ser vislumbrado um processo complexo de transformação da linguagem interior em linguagem exterior, que implica

[...] a reestruturação da linguagem, a transformação de uma sintaxe absolutamente original, da estrutura semântica e sonora da linguagem interior em outras formas estruturais inerentes à linguagem exterior. Como a linguagem interior não é uma fala menos som, a linguagem exterior não é linguagem interior mais som. A passagem da linguagem interior para a exterior é uma complexa transformação dinâmica – uma transformação da linguagem predicativa e idiomática em uma linguagem sintaticamente decomposta e compreensível para todos (VIGOTSKI, 2001, p.474).

O autor chama a atenção para o fato de que, aos três anos de idade, há ainda um certo equilíbrio entre a linguagem egocêntrica e a linguagem socializada, tanto do

ponto de vista quantitativo, quanto qualitativo. Aos poucos, e até atingir os sete anos de idade, vão se modificando as características próprias da linguagem egocêntrica, que vai se tornando, progressivamente, concisa, predicativa e pouco inteligível para os demais. De fato, o que se vislumbra, nesse caso, já são os sinais de germinação de uma nova forma de linguagem, uma vez que essas mesmas características – a tendência à concisão, à predicatividade – são aspectos próprios da linguagem interior.

Dessa forma, em lugar da tese piagetiana para explicar a linguagem egocêntrica com base na teoria da insuficiência de socialização – a criança ainda não teria desenvolvido suficientemente sua fala social e, assim que o faz, a linguagem egocêntrica se extingue –, Vigotski (2001) propõe vê-la como isolamento insuficiente da linguagem para si em relação à linguagem para os outros. Mais uma vez, é a visão dialética, dinâmica, processual que vem à tona:

[...] a linguagem interior não deve ser vista como fala menos som, mas como uma função discursiva absolutamente específica e original por sua estrutura e seu funcionamento, que, em razão de ser organizada em um plano inteiramente diverso do plano da linguagem exterior, mantém com esta uma indissolúvel unidade dinâmica de transições de um plano a outro (VIGOTSKI, 2001, p.445).

Se há todo esse empenho do psicólogo russo em dialetizar as relações entre pensamento e linguagem e entre as diferentes funções da linguagem, não conhecemos, na bibliografia russa à qual tivemos acesso, nenhuma menção que sugira uma relação dialética semelhante entre o faz-de-conta infantil, enquanto linguagem, e as outras funções linguísticas, de tal forma a apontar, também, para relações dialéticas e processuais entre jogo e linguagem.

Foi no contato com o texto *“Os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar”*, de Leontiev (2001), assim como com o estudo *“Play and its role in the mental development of the child”* (VIGOTSKI, 2002), que começamos a delinear algumas intuições no sentido de se propor um enfoque que aponte para a maneira como, na ontogênese da linguagem infantil, jogo e linguagem se relacionam naquele mesmo sentido dialético com que Vigotski (2001) nos acena, ou seja, em que atividades por natureza díspares relacionam-se e travam influências mútuas, formando uma unidade complexa e heterogênea, em que é possível e necessário separar as atividades em questão, compreender suas especificidades, para poder, então, inter-relacioná-las e perceber de que forma se influenciam.

Nessa linha de pensamento, propomos enfocar o faz-de-conta infantil, que se intensifica na faixa etária dos quatro aos seis anos, como uma atividade processual e produtiva, que não se extingue, simplesmente, por volta dos sete anos, dando lugar a outras formas de jogos, mas, ao deixar de se manifestar externamente, mantém, ainda, marcas na linguagem infantil que se internaliza. Nesse sentido, se vale a pena ver a linguagem egocêntrica em sua transição dialética, com transformações qualitativas,

rumo à constituição da linguagem interior, sem com isso significar, simplesmente, o silenciamento da voz externa, também valerá a pena compreender melhor a estrutura linguística presente no faz-de-conta infantil, assim como suas formas de desdobramento desde seu aparecimento até o limiar da idade escolar, para dar conta, principalmente, do elemento dialógico que, conforme acreditamos, permanece na linguagem interior, fornecendo subsídios para a aquisição da escrita.

Com vista a um aprofundamento futuro desses aspectos, queremos apontar para o fato de que são certas semelhanças estruturais entre a linguagem do faz-de-conta infantil e a estrutura da linguagem sinsemântica apontada por Luria (1986) que nos levam a ver nessa função da linguagem infantil uma fase importante para o acesso à linguagem conceitual adulta, passando, através de transições complexas, pela constituição da linguagem interna. Trata-se de focar o faz-de-conta infantil como uma linguagem, de analisar sua estrutura enquanto linguagem e de estabelecer paralelos entre essa manifestação e a transformação progressiva da linguagem infantil: tanto exterior, quanto interior; tanto verbalizada, quanto escrita.

Um primeiro aspecto que se apresenta para comparação está na forma como sentido e significado se manifestam. Leontiev (2001, p.128) destaca a maneira como, dentro do faz-de-conta, uma vara, enquanto passa a adquirir outro sentido, mantém seu significado de base: a vara continua a ser vara, dentro de uma conformação simpráxica, enquanto adquire, simultaneamente, um sentido no jogo, passando a ser um cavalo. É dentro da ação do jogo, que envolve objetos e interlocutores, que essa transfiguração se dá, como que por magia, sem que decorra, é claro, de nenhum tipo de ausência ou de alucinação.

Fica nítido, para nós, nessa forma de linguagem, o caráter de transição da estrutura do significado até então dominante, e que se vincula mais diretamente com o mundo objetual, estando na sua dependência, para a estrutura de significado própria da manifestação linguística adulta, em que as palavras soltam-se do mundo das coisas, adquirindo certa autonomia e independência.

Cabe, ainda, lembrar aspectos reconhecíveis dentro do desenvolvimento progressivo do faz-de-conta infantil, desde a faixa etária dos três anos de idade, até o início da idade escolar, que apontam para uma progressão estrutural reencontrável nas outras formas de linguagem, seja na linguagem exterior, seja na interior, de modo que seria necessário incluir o faz-de-conta enquanto linguagem, ao lado das outras linguagens, a fim de detectar com mais clareza a relação dialética complexa e processual aí implicada.

Segundo Elkonin (1998), o aspecto evolutivo mais importante dos jogos é o desenvolvimento do argumento, intimamente relacionado ao papel. Aos três anos de idade, a criança já apresenta um jogo de caráter temático, em intenso desenvolvimento até os sete anos, concomitantemente à aprendizagem gradual do papel que a criança representa numa comunidade infantil. Há, assim, uma passagem gradual (com base no

tema e no papel) de ações domésticas (como cozinhar, lavar etc.) para significações histriônicas baseadas nessas ações ("*eu sou a mamãe*", "*eu sou a cozinheira*" etc.).⁴ Ao lado dessas ações protagonizadas, aparecem as relações entre as personagens e, finalmente, surge o papel propriamente dito: "A experiência dos jogos demonstra como neles vão surgindo as perspectivas e os planos no lugar das ações casuais e informes [...]" (ELKONIN, 1998, p.239).

As crianças pequenas (três ou quatro anos) examinam, escolhem certos objetos ou brinquedos e passam a manipulá-los individualmente, repetindo ações monótonas e sem se interessar pelo que faz a outra criança. Todo o andamento do jogo resume-se a uma série de ações repetitivas com brinquedos, embora, ao serem perguntadas, costumam atribuir certo sentido a seu jogo, certo argumento, certos papéis ("*Estou brincando de jardim da infância*", "*Sou a diretora*" etc.) (ELKONIN, 1998, p.244).

Já as crianças mais velhas costumam entrar em acordo quanto aos papéis a serem executados, seguindo, depois, uma ordem determinada na realização do jogo. O grau de complexidade dos argumentos dependerá dos elementos presentes no jogo e da relação existente entre eles.

Estabelece-se, assim, uma dinâmica complexa que une ações, objetos e palavras, e que sofre uma profunda mudança justamente na idade pré-escolar. Dentro dessa estrutura dinâmica e como pré-requisito para poder inserir-se nela, a palavra impregna-se de todas as possíveis ações com objetos e passa a ser agente desse sistema de ações com objetos. Em jogos com crianças em idade pré-escolar, percebeu-se que, só depois de se impregnar desse sistema de ações, é que a palavra pôde substituir o objeto.

Provavelmente, foram os pesquisadores russos que, na linha de pensamento de Vygotski, levaram mais a fundo a investigação a respeito do faz-de-conta infantil e de sua utilização pedagógica, tendo em vista a formação dos atos mentais e dos conceitos. No entanto, apesar do apelo que fazem ao uso da palavra (que ganha destaque nos jogos, diferentemente do que acontece na linha piagetiana), ainda, ao que nos parece, esta não adquire o lugar central que lhe deveria ser reservado, numa dialética complexa que envolveria papel, ações e palavras.

Compreendemos que cabe ao linguísta essa função, de dar o destaque necessário à linguagem e esclarecer o papel que desempenha nos jogos e no desenvolvimento psíquico da criança, particularmente no momento da transição da idade pré-escolar para a idade escolar; de esclarecer como se relacionam as diferentes linguagens e de chamar a atenção para o estatuto linguístico da escrita, arrancando-a daquela dimensão pequena, que a vê meramente como transcrição dos sons da fala, e explicitando, ao lado da função representativa, a função pragmática que lhe é inerente.

⁴ Não cremos ser mera coincidência o fato de que é por volta do mesmo momento detectado pelos psicólogos russos, aos dois anos de idade, quando subitamente se amplia o vocabulário infantil, que também emerge o uso do pronome pessoal *eu* para se referir às ações do Sujeito ("*eu quero*", em lugar de, por exemplo, "*Vinicius quer*").

MARTINS, M.S.C. Writing and the other languages. *Alfa*, São Paulo, v.47, n.2, p.41-58, 2003.

- **ABSTRACT:** *This paper enlightens the debate over the way children access writing. The approach focuses on pre-school children, and it is based on the Vigotskian claims on both writing and the use of role-playing for pedagogical purposes. From the point of view of Linguistics, it is claimed that children's role-playing is one, among other languages, that must be explored when the writing acquisition is at stake. Simultaneously, it is also claimed that writing must be considered a particular language, not the written counterpart of speech, or a parasitic second grade representation. It is emphasized, according to Culioli's Enunciation Theory (1990), that the essence of language comprises further dimensions other than representation itself.*
- **KEYWORDS:** *Language acquisition; writing; speech; internalization; role-playing; schooling.*

Referências bibliográficas

- BERNSTEIN, B. *Class, code and control*. London, Routledge and Kegan Paul, 1972.
- CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: The M.I.T. Press, 1965.
- CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation: opérations et représentations*. Paris: Ophrys, 1990. t.1.
- DELEUZE, G. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- DUARTE, N. *Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. (Orgs.) *As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- ELKONIN, D.B. *Psicologia do Jogo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- FAUCONNIER, G. Manifestations linguistiques de l'intégration conceptuelle. In: BOUSCAREN, J. (Org.). *Diversité des langues et représentations cognitives*. Paris: Ophrys, 1997. p.242-253.
- FERREIRO, E., TEBEROSKY, A. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- FREINET, C. *O método natural*. Lisboa: Stampa, 1977. v.1.
- GREIMAS, A. J. *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- KATO, M. A. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: Ática, 1987.
- LEONTIEV, A. N. Os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar In: VIGOTSKI, L.S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone, 2001. p.119-142.
- LURIA, A.R. *Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Luria*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
- PIAGET, J. *A linguagem e o pensamento da criança*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
- VIGOTSKI, L.S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- _____. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. *Play and its role in the mental development of the child*. Online Version: Psychology and Marxism Internet Archive (marxists.org), 2002. Disponível em:
< <http://marxists.org/archive/vygotsky/works/1933/play.htm>>. Acesso em: 28 set. 2002

LIVRAI-NOS DA LAMA, DALAI!

João Carlos CATTELAN¹

- **RESUMO:** Tomando como referencial teórico as concepções de Linguagem de Culioli (1997), de Metaforização de Lakoff (1997) e de Integração Conceptual de Fauconnier (1997), analisar-se-ão casos em que esse processo cognitivo ocorre, procurando determinar se ele é um processo que restringe os discursos, cerceando a liberdade, ou se é um mecanismo que permite a impressão de plasticidade e maleabilidade à linguagem.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Processos cognitivos; metaforização; integração conceptual; subjetivação; atividade discursiva.

O maravilhoso é a face noturna da existência, é o universo do sonho e da magia que realizam ambas transformações e metamorfoses (a alquimia das coisas e dos seres) que seriam absolutamente impossíveis na vida cotidiana (LAPLANTINE; TRINDADE, 1997, p. 30 e 31).

Introdução²

Considerando-se Ginzburg (1999), quando ele teoriza a origem do paradigma indiciário, que se pauta na compilação de sinais e detalhes para realizar predições sobre o mundo, é de se imaginar que tenha havido um momento em que o interesse do homem tenha sido o mundo objetivo, buscando compreendê-lo, para poder criar os anti-corpos de que precisava para enfrentá-lo. Olhar para o mundo, perceber os sinais, remetê-los a eventos acontecidos, testar as predições efetuadas e refazê-las, se necessário, estariam, pois, no cerne da formação do saber sobre o mundo e das atitudes do homem.

¹ Curso de Letras/Português – Unioste – 85960-000 – Mal. Cândido Rondon – PR – Brasil. E-mail: catelan@rondonet.com.br.

² Deve-se frisar o número de estudos existentes sobre a produção de metáforas. Assim, poder-se-ia optar por diferentes visadas teóricas. A que se escolhe aqui é uma dentre elas.

Para o autor, o homem, em seguida, deve ter sido empurrado a projetar sobre outras esferas postas sob sua apreciação os saberes construídos a partir de um sistema de referência ligado de forma crucial ao mundo natural. Estaria aí a gênese da capacidade de pensar metaforicamente. Partindo de uma forma de pensar objetiva, de aplicação imediata, posta numa dimensão referencial e denotativa e usando a linguagem como cumpridora de função informacional, o homem teria passado a aplicar tais saberes a sistemas de referência não mais do mundo natural, mas do campo afetivo, moral, religioso, político, estético, ou outro. Dada a forma de o paradigma indiciário se fazer – este método se pauta na reflexão metonímica (tomando a parte pelo todo, o índice pelo evento) – e a percepção de se poder aplicar o que se conhece de uma esfera, por meio da relação analógica, sobre a outra, uma nova desenvoltura se teria tornado possível, um novo tipo de reflexão teria sido possibilitado, permitindo que a linguagem passasse a atender a outras possibilidades interlocutivas de os homens digladiarem³.

Valendo-se de pistas que permitiam encontrar a caça para saciar a fome ou se afastar do perigo, o homem teria aprendido a analisar o mundo e a fazer predições sobre ele, o que lhe deu meios de maior sobrevivência; valendo-se dos saberes que a observação lhe forneceu, o homem aprendeu a olhar para sinais que, em outros níveis, faziam parte de seu corpo e de seu mundo social e cultural. Ele teria, então, podido atribuir sentidos ao mundo. E, para além disso, teria construído um saber metacognitivo especial: usar a linguagem para falar sobre ela própria (a metalinguagem), assim como efetuar seleção entre os recursos disponíveis ou criar outros que se adequassem aos seus propósitos, indicando por seu meio para onde o seu texto quer ser conduzido (o epilingüístico), mesmo que isso falhe, às vezes. Ele teve, a partir de então, meios indiciais para se marcar subjetivamente, seja por se marcar nos recursos que seleciona, seja pela postura por que assume responsabilizar-se, o que, no fim, remete sempre ao uso da linguagem e à reflexividade que ela permite.

Este texto objetiva, valendo-se da *concepção de linguagem* desenvolvida por Culioli (1997), do conceito de *metáfora* alinhavado por Lakoff (1997) e da noção de *integração conceptual* trabalhada por Fauconnier (1997) – todos eles teóricos ligados à cognição, que defende que, para além dos fenômenos observáveis, há procedimentos intelectuais gerais que dirigem o conhecimento e a construção do sentido –, analisar uma charge veiculada pelo jornal **Folha de São Paulo**, em 08 de abril de 1999, por ocasião da visita do Dalai Lama, monge supremo do Budismo tibetano, ao Brasil. A análise pretende perseguir um desses processos cognitivos e vê-lo em atuação.

A aproximação entre os três teóricos considerados é bastante plausível, uma vez que, de uma forma mais ou menos crucial, eles estão ligados à psicologia cognitiva, sendo a diferença que parece existir entre eles apenas um efeito de sentido deste tex-

³ Sabe-se ser questionável pensar a linguagem como um conjunto de funções e como sendo usada para produzir sentidos literais e derivados. Mesmo assim levar-se-á a discussão adiante, porque ela permite vislumbres sobre a atividade discursiva do sujeito.

to, que, para ser construído, teve que buscar em cada um, respectivamente, a concepção geral de linguagem, o conceito genérico de metáfora e a explicação pontual de como este fato ocorre. Assim como é possível afirmar, por um lado, que eles comungam uma mesma teoria geral de linguagem, pode-se, por outro, dizer que os três conceitos usados aqui estão relacionados, já que cada um pode ser compreendido como a aplicação conseqüente do anterior, de natureza mais geral; isto é: entre a concepção de linguagem de Culioli (1997), de metáfora de Lakoff (1997) e de integração conceptual de Fauconnier (1997), há um gradiente que vai do geral para a observação de um fenômeno particular.

A concepção de linguagem de Culioli

Tomada assim como a concebe o lingüista e filósofo da linguagem francês, Antoine Culioli (1997), a linguagem seria a capacidade inata que o homem possui de representar, referenciar e regular. Cada coisa a seu tempo. Antes: conceber a linguagem como uma capacidade inata do homem significa afirmar que ela não é adquirida por meio de algum tipo de aprendizado interacional e nem que seja internalizada por meio de respostas comportamentais. Significa postular que ela é parte intrínseca do homem, precisando do meio ambiente apenas como gatilho motivador para que processos lingüísticos naturais se façam ativos.

Depois: representação, referenciação e regulação fazem dar à relação interacional um estatuto de centralidade, já que só são necessárias, imaginando-se que o homem se constitui por atribuir leituras ao mundo, impondo-as ou as revendo, porque outras lhe parecem mais pertinentes: pela linguagem, o homem se constituiria, representando e referindo e a usando para regular as construções alcançadas por meio das outras duas atividades.

Representação pressupõe que a linguagem não é especular, versando sobre um mundo que mostra uma face legível ao homem, o qual teria a tarefa de se voltar para uma superfície transparente e explicitar as leis intrínsecas dos objetos, pondo-as, num ato de linguagem, à luz do dia: texto público para si e os demais. Numa espécie de cumplicidade, o homem leria a sua face especular e as coisas voltariam ao seu mutismo inicial. Representar significa fazer uma violência às coisas, torcê-las até onde uma leitura se faça, fantasmagorizando o objeto, antes do que fazendo-o voltar a face para um espelho transparente, que manifestaria uma imagem semelhante ao objeto real.

Da ação de representação, "a tradução mental da realidade exterior" (LAPLANTINE; TRINDADE, 1997, p. 27), não se separa a de referenciação, pois a primeira só imprime um sentido às coisas, para que se possa referi-las: não sob um viés denotativo, mas para impor leituras sobre o mundo, que serão endereçadas a sujeitos, que, não

sendo mudos, terão outras formas de representar e, portanto, de referenciar os mesmos objetos.

Eis, pois, a atividade de regulação: ela, nos entremeios dos embates e lutas dialógicas que legibilizam os objetos diferentemente, vai permitir que sentidos sejam negociados, que mecanismos retóricos sejam agenciados, que estratégias argumentativas sejam postas em prática, que leituras distintas se confrontem e que a homogeneidade de pensamento seja buscada, embora não se possa imaginar que venha a ser alcançada.

Nesse intervalo (ou, mais propriamente, simultaneidade), está a linguagem: com ela se representa (havendo ações que são lingüísticas, ou seja, da linguagem sobre o sujeito, que o fazem representar de um certo jeito); com ela, se referencia, fala-se sobre; por meio dela, regula-se uma forma de compreensão e se busca impô-la como a leitura. Dado que o homem não se separa da linguagem e, se o fizesse, não mais seria homem, deve-se perceber que ela, por sua ubiquidade, não se dissocia das atividades humanas, bem como é inseparável da busca de construção de sentidos que se dão entre sujeitos sócio-historicamente situados.

Linguagem, cognição e comunicação

Se, por um lado, percebe-se que a linguagem não se separa dos sujeitos que a utilizam, senão por redução a esquemas formais ou operações matemáticas que não dão conta da flutuação de uso, por outro, não se pode estudá-la com pertinência, a não ser por remissão aos processos cognitivos que lhe garantem a plasticidade necessária para adequação às necessidades interlocutivas. Nem tudo é cultural, ou mais propriamente: há que se considerar, na linguagem, o caminho de mão dupla que se desenrola entre o que é cultural e o que é devido a fatores de ordem cognitiva. Dito de outra forma: no uso da linguagem, convivem a atividade discursiva e a sedimentação que permite outros efeitos, mas também processos cognitivos que embasam a reflexão realizada.

Parece, pois, estar-se frente a um duplo paradoxo: 1) a linguagem é uma capacidade pautada em processos de ordem cognitiva, porém, ao mesmo tempo, é cultural; 2) ela tem seu funcionamento remetido a processos cognitivos gerais, mas sua forma de uso é ubiquamente interacional. Há que se buscar resolver tais paradoxos.

Com relação ao primeiro, um dos exemplos de Culioli (1997) ajuda. Analisando a forma **phai** usada no vietnamita, Culioli (1997) busca mostrar que, por meio de um deslocamento sucessivo, o termo passou da designação do lado direito do corpo por oposição ao esquerdo (Erga sua perna direita X Erga sua perna esquerda), à nomeação da mão direita no trânsito (Ande do lado direito da rua X Ande do lado esquerdo da rua), à negação de uma propriedade (Ele é um soldado X Ele não é um soldado), à adequação de algo a uma certa exigência (O que você fez está certo X O que você fez não es-

tá certo) e à perspectiva de onde se observa determinada ocorrência (O soldado prendeu o assaltante X O Assaltante foi preso pelo soldado)⁴. Tendo como ponto de partida algo pertencente à realidade objetiva, a lateralidade corporal, o uso do morfema **phai** teria, então, se expandido para outras esferas de uso: ao trânsito, à posse de uma propriedade, a um valor moral e à perspectiva de onde se observa um evento.

Culioli (1997) mostra que, embora se esteja frente a cinco domínios de aplicação, a operação de base que se encontra dando sustentação a todos os casos é sempre a mesma: uma bifurcação que se constitui de um ponto de partida, neutro, e dois caminhos, que se encontram à disposição do falante, um por oposição ao outro, com pontos de chegada e conseqüências distintas. O primeiro paradoxo se desfaz, então: os processos cognitivos teriam como base uma operação intelectual realizada a partir de uma esfera de percepção, a qual permitiria sua reaplicação a domínios diferentes, possibilitando usos e deslocamentos. Esses, por sua vez, é que seriam culturais, sendo a linguagem, então, o meio que torna possível o encontro entre algo que é cognitivo, construído sobre o sistema de referência do mundo natural, e algo que é cultural, ou seja, construído por cada cultura e grupo social, e, por que não dizer, em última instância, pelo indivíduo, já que os homens se valem dele para interlocuções específicas⁵.

A solução do segundo também parece fácil: se, por um lado, há dados que mostram a existência de processos cognitivos que sustentam os usos lingüísticos que se faz, nem por isso há que se imaginar que tenham se desenvolvido antes, para depois a linguagem ser possível, ou que, antes permitissem ao homem a formação de saberes sobre o mundo, para depois as interações acontecerem: ao se admitir que processos cognitivos existem, eles não são postos como preponderantes face à interação, mas se está dizendo que as necessidades interacionais se fazem tendo por base processos cognitivos e que eles são desenvolvidos por necessidades comunicativas que se apresentam. Enfim, dado que o homem interage com e pela linguagem e que ela tem por base também processos cognitivos, é de se imaginar que a cognição e a interação podem ser emparelhadas, sem que uma seja postulada como superior à outra, o que conduz novamente ao questionamento sobre a unilateralidade da aplicação do mundo objetivo a universos de outras ordens (**ver** nota 4).

O que parece ser apontado como problemático, em última instância, é que se faça estudos da linguagem desconsiderando a cognição, como se tudo fosse cultural ou comportamental, apagando-se uma dimensão generalizante do conhecimento, ou que se faça estudos de cognição por desconsideração à linguagem, o que não passaria de um conjunto de hipóteses abstratas, formuladas arbitrariamente. Para Culioli (1997, p. 43),

⁴ Essas variações de sentido são marcadas, no vietnamita, pela presença do morfema *phai*.

⁵ Como se vê, para Culioli (1997), o caminho que orienta a construção e a internalização dos processos cognitivos parece ser aquele que parte da observação do mundo objetivo e conduz para a reaplicação sobre sistemas de outra ordem. É claro que não se pode definir positivamente que isso teria ocorrido no início dos tempos. Talvez o caminho não se faça sempre nesse sentido, pois sempre é possível imaginá-lo em sentidos múltiplos; dialeticamente, se for julgado melhor.

Je dirai seulement que la recherche cognitive ne peut pas écarter le langage de son champ, sauf à pratiquer soit le réductionnisme logico-algébrique d'une bonne partie des travaux en Intelligence Artificielle, soit le réductionnisme physicaliste de certains biologistes. Quant au langage il ne peut lui même, être appréhendé à travers des artefacts linguistiques et quelques analyses sommaires, qui permettent d'éviter la complexité des phénomènes.

O que está na mira de Culioli (1997) é, na verdade, uma tentativa de especificação do que é cognitivo e do que é cultural. A proposta tem como crença que, por detrás da caoticidade dos fenómenos, há processos cognitivos que se materializam de forma distinta e que sustentam a linguagem, coerentizando a dispersão dos fatos observados. Ou seja, se, como em **phai**, cria-se um trajeto que vai do perceptível e concreto a um terreno que adentra territórios da ética e da moral (não necessariamente nessa ordem, é necessário que se frise), nem por isso se deixa de ter como base um processo de construção de saberes a orientar a plasticidade e a maleabilidade da língua.

Essa reflexão indica que, por detrás da diversidade dos fenómenos lingüísticos, há uma forma invariante que comanda os processos de criação de efeitos de sentido impostos sobre os recursos lingüísticos, devendo a linguagem, embora sem privilegiar a cognição e fazê-la determinante dos usos lingüísticos, ser pensada à luz de processos cognitivos que a orientam e fazem dela um sistema plástico (fechado e aberto), para dar conta das demandas interacionais que respondem às necessidades do homem.

Acerca da metáfora

Geralmente, as explicações para o processo de metaforização que ocorre na linguagem se limitam a afirmar que o que ocorre é um processo de emparelhamento entre duas entidades, sendo que uma delas comunga com a outra um espaço de intersecção, o que faz com que as propriedades de uma acabem por se sobrepor às propriedades da outra, resultando um outro efeito de sentido. Essa forma de explicação, constituída *ad hoc*, ancora-se numa imediatez de percepção, dado que, a cada lance, dever-se-ia lançar mãos de hipóteses locais para explicar a metáfora feita, sem que, porém, se pudesse dar conta do processo cognitivo que se encontra subjacente à atividade e que permite ao homem a possibilidade de, taticamente, a cada batalha, valer-se de um mesmo processo para atender às necessidades de comunicação.

Uma explicação razoável para a metaforização parece ser a de Lakoff (1997), que busca assentar, a partir da complexidade dos dados empíricos, uma hipótese teórica que tem uma formulação generalizante e maior poder explanatório. Diz o autor:

La notion de métaphore est souvent mal comprise. Le cerveau humain opère par projections neuronales qui sont des aires corporelles le plus voisines des inputs primaires – tels que le cortex visuel primaire, le cortex sensori-moteur etc. – aux aires corticales supérieures qui sont

plus éloignées de ces inputs. Bref, d'un point de vue neuronal, il y a des parties du cerveau qui sont plus proches des inputs corporels et d'autres plus éloignées (LAKOFF, 1997, p. 167).

O pleito de Lakoff (1997), como se vê, não se distancia do de Culioli (1997), ou seja, para ambos, a partir do mundo das coisas imediatas, efetuam-se deslocamentos, que, tendo um ponto fixo de operação, são aplicados a domínios diferentes e de natureza mais abstrata (unidirecionalidade que é preciso pôr sob suspeição), sem que se possa pleitear, porém, que se tenha entrado numa outra ordem de operação, pois, na base, estaria o mesmo mecanismo de raciocínio, isto é, construir uma metáfora demanda passar de uma ordem de fatos a outra, sem que, por isso, deixe-se de estar tomando como forma de raciocínio um mesmo tipo de operação cognitiva.

Eis o que afirma Culioli (1997, p. 44, grifo do autor):

Même se de tels phénomènes sont courants, je souligne que le passage d'un ordre de représentation à un autre ordre, implique une abstraction, c'est-à-dire un étagement, la construction d'une forme de formes, qui introduit une propriété supplémentaire. Ce qui est à l'oeuvre ici, c'est un processus de modélisation interne, qui construit et conserve une **propriété invariante**.

Duas observações parecem pertinentes: a primeira, já feita, refere-se ao fato de parecer que tal forma de compreensão coloca a cognição acima da comunicação, uma vez que parte da reflexão sobre o mundo concreto para a proliferação da sua aplicação a outros domínios, o que poderia gerar um desequilíbrio e fazer pensar o homem como ser conhecedor, mas não comunicativo. Porém, ratifique-se: a cognição existe porque a comunicação se faz necessária e vice-versa. A outra diz respeito ao fato de que a teorização diz de onde vem uma metáfora, ou a partir de que tipo de trabalho se torna possível, mas não diz como ela se realiza, isto é, sabe-se que do mundo das coisas passa-se, por um processo de analogia, a outros universos de apreensão, mas não se diz como ela é em si, na sua especificidade.

Lakoff (1997, p. 181), de forma lacunar e sem ir ao âmago da questão, afirma: "*Les détails linguistiques sont différents d'une langue à l'autre mais ils ont néanmoins rapport à des expériences communes. Quand deux domaines de l'expérience commune sont rapprochés, une métaphore peut surgir*". Isso explica donde vem uma metáfora, mas não explica como ela se forma e como os domínios são aproximados. Para isso, o amparo na teoria da **integração conceptual** de Fauconnier (1997) parece promissor.

Integração conceptual

Para Fauconnier (1997, p.182, grifo do autor), o processo cognitivo da **integração conceptual**

met en place un réseau d'espaces mentaux très partiellement structurés. Dans la configuration la plus typique, ce réseau contient quatre espaces. Deux de ces espaces sont les espaces 'initiaux' ou **espaces d'entrée** ("inputs"). Ils sont mis en correspondance par une projection partielle. Cette projection dégage une structure commune généralement plus abstraite, qui est construite dans un troisième espace, **l'espace générique**. Enfin, une projection sélective opère à partir des espaces initiaux vers un quatrième espace, **l'espace intégrant**.

O próprio Fauconnier (1997) alerta para o fato de que a **integração conceptual** permite explicar diversos fenômenos linguísticos, tais como a evolução dos conceitos, certas construções gramaticais e estratégias retóricas, raciocínios contrafactuais, mas também, e de forma plausível, os processos metafóricos; daí, o recurso, aqui, ao conceito, para pensar sobre o processo de metaforização, numa dimensão que o toma percorrendo um trajeto que vai do mundo da cognição a processos mentais superiores (abstração) e ao mundo da comunicação (interação)⁶, onde os sujeitos travam lutas interlocutivas.

Ao dizer que o processo de **integração conceptual** se dá por uma interligação em rede de espaços parcialmente estruturados, Fauconnier (1997) faz ver que, a partir de dados imediatos, realizam-se operações abstratas para se atingir domínios outros que não os do mundo sensorial. Mas vai além, buscando formalizar essa atividade discursiva.

Os interlocutores, quando em atividade de metaforização, estariam frente a domínios distintos e, a partir da sua aproximação, por referência ao que ambos têm em comum quanto à possível estrutura abstrata partilhada, teriam à sua disposição um espaço genérico, dado pela identidade dos dois domínios iniciais, o que permitiria a aproximação deles e a aplicação de um sobre o outro, construindo o espaço de integração, que resultaria da seleção de certas propriedades dos *inputs* iniciais. Como diz Fauconnier (1997, p. 186),

Il est clair que l'espace intégrant ne met pas en scène 'un monde possible'. Sa fonction est de permettre à certains raisonnements et certaines analogies d'opérer, parce qu'il reste lié dans le réseau d'intégration aux autres espaces et aux modèles culturels en vigueur.

Para o autor, portanto, o que possibilitaria uma metáfora e os "desvios" de sentido de que se falou residiria no fato de dois domínios serem aproximados por apresentarem uma estrutura comum entre eles, e, de tal aproximação, resultar um outro núcleo significativo, que não é só somatória de dados já dados, mas criatividade de interlocutores, postos frente à frente, em embates dialógicos e com necessidades históricas, psicológicas ou ideológicas. Como diz Culioli (1997, p. 56),

Sans un sujet, dans ses relations avec d'autres sujets, on ne peut rendre compte des

⁶ Não em termos cronológicos, mas simultâneos.

observations empiriques qui sont la trace de notre activité cognitive, telle qu'elle apparaît, de façon spécifique, à travers le langage.

À falta de melhor exemplo e de melhores palavras para demonstrar o que seria o princípio de **integração conceptual** de Fauconnier (1997), apresenta-se a análise feita por ele do enunciado "*Ce chirurgien est un boucher*".

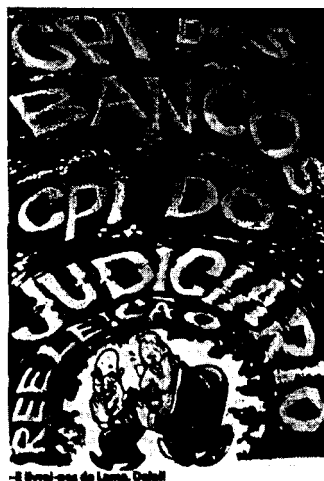
Cet énoncé vise à souligner la maladresse du chirurgien, et les effets indésirables de cette maladresse. Mais ces inférences ne sont pas simplement transmises du domaine de la boucherie à celui de la chirurgie. En effet, les bouchers sont fort adroits dans leur domaine, qui est le découpage de la viande, et leurs actions dans ce domaine (production de rôtis, biftecks etc.) sont considérées comme désirables. Dans un réseau d'intégration conceptuelle, deux espaces de structures très partielles empruntées aux domaines de la boucherie et de la chirurgie sont mis en correspondance, à partir de certaines propriétés génériques partagées (découpage de chair, instrument tranchant, blouse blanche, activité professionnelle habituelle...). Mais ni la maladresse, ni ses conséquences catastrophiques, n'apparaissent dans ces espaces. C'est dans l'**espace intégrant** qu'on les trouve. En effet, dans l'espace intégrant, on projette la salle d'opération, le malade, et le chirurgien d'une part, et les gestes et instruments du boucher de l'autre. Il y a alors apparition de structure émergente: par simulation de cette situation inédite, on aperçoit tout de suite les effets néfastes de la procédure. La maladresse et la incompetence du chirurgien, représentées avec hyperbole dans l'espace intégrant, sont projetées en sens inverse dans l'espace initial de la chirurgie (FAUCCONNIER, 1997, p.48, grifo do autor).

Talvez se devesse fazer uma emenda à teoria de Fauconnier (1997), no sentido de que, se é assim que se produz uma metáfora, por fatores de ordem interna à linguagem, é na observação da comunicação e da interação entre os homens que se vai decidir qual dos dois universos tem suas características sobrepostas ao outro. De qualquer forma, a metáfora se faz assim, mas a interação decide para que lado ela tende e que outro é mais silenciado: ou seja, a interação decide se é o cirurgião que é açougueiro, ou se é o açougueiro que é cirurgião.

Uma ressalva: às vezes, no percurso a que é submetido, o espaço integrante passa a ser tomado como *input* inicial, ficando opaco, e só em momentos cruciais volta a aparecer, por força de necessidades de significação que se fazem pertinentes no momento. Essa é uma das coisas que se verá na análise a seguir da charge do início do texto e do enunciado dito por um âncora *A China foi atacada por um mar de lama, de verdade*, dentre outros exemplos.

Lama, Lama, Lama

A charge que é tomada como mote para a discussão foi veiculada pelo jornal **Folha de São Paulo**, em 08 de abril de 1999, por ocasião da visita, ao Brasil, do Dalai La-



ma, representante supremo do budismo tibetano atual, doutrina religiosa que se afasta do bramanismo, por se opor ao regime de castas.

Por ocasião da visita do monge ao Brasil, em abril de 1999, devido às investigações que eram levadas a efeito pelas CPIs que estavam instaladas, do narcotráfico, dos bancos, do judiciário, dentre outras, diversos escândalos financeiros e de favorecimento político vinham sendo descobertos. Dentre as CPIs instaladas, achavam-se a que analisava a denúncia de favorecimento aos bancos Marka e Fonte Cindam, por ocasião da desvalorização cambial do real em relação ao dólar, em janeiro de 1999; a do judiciário, que investigava o desvio de verbas na construção do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, em que o juiz Nicolau dos Santos Neto e o senador Luiz Estêvão apareciam como principais responsáveis pelo desvio de quase 200 milhões de reais para contas particulares; e a da reeleição, que estudava a denúncia de que o presidente do Brasil teria dado 200 mil reais a cada um dos parlamentares dispostos a votar favoravelmente à emenda da reeleição. Esse era o clima político vivido no momento e os fatos que mais geravam comentários. Nessa ocasião, veio ao Brasil o Dalai Lama, supremo sacerdote do budismo e homem de bem, para uma visita oficial em busca de apoio à causa tibetana contra a China, que se diz dona do Tibete, território que pertenceria a ela.

O primeiro fato a notar é que o termo 'lama', que no budismo equivale a sacerdote, foi posto numa posição sintagmática diferente da que ocupa no enunciado religioso, passando, por causa disso a constituir outro efeito de sentido, não mais o de *lama*, monge sagrado, mas o de *lama*, atitudes desonestas que ocorrem no mundo político, provocando estranhamento, pois o que parece se dever esperar é que a construção *Dalai Lama* apareça na forma cristalizada, com os termos nessa canonicidade. A colocação sob outra forma cativa a atenção e faz o leitor buscar a causa da ruptura, sendo

levado a perceber que o termo não mais tem o sentido anterior, mas um outro, que remete a um sistema de referência político e não religioso.

Deve-se perceber que a transferência de *lama* do terreno religioso para o terreno político não se dá como retorno à vida inicial do termo, pois não estaria aí o movimento inicial de formação do que seria o pretenso sentido original⁷ mas sim, se se tomar a cognição como norte de análise, num outro mundo, em que ele teria uma outra legibilidade, a de *lama*, lodo, que, por um processo de metaforização ancorada no processo de *integração conceptual*, permitiria a sua aplicação, por analogia, a outros sistemas de referência. Ou seja, a partir do mundo natural, onde *lama* é lodo, barro, sujeira, água misturada com argila e fragmentos de rochas, uma mistura de coisas heterogêneas, chegar-se-ia às possibilidades dadas pelo que há de estrutura genérica entre esse efeito de sentido e outros tornados possíveis.

Há que se tentar fazer visualizar como se dá tal forma de atividade locucional por meio da linguagem. Sigam-se os passos de Fauconnier (1997): inicialmente, dois **espaços iniciais** ou *input* – o do mundo natural, onde *lama* possui o sentido de lodo, barro, água suja – e o do mundo da política, onde não há água, nem lodo, mas atitudes não transparentes, não condizentes com o que se espera de um administrador público que está lidando com recursos que são gerados por outros, que os põem em suas mãos, para o melhor destino da coletividade. Esses dois sistemas não são homogêneos, já que remetem a duas ordens de percepção. Mas não são, por isso, incompatíveis, dependendo do ângulo sob o qual sejam encarados. Há entre eles um *espaço genérico* que se refere ao fato de ambos apresentarem a possibilidade de serem transparentes, não misturados a coisas que deveriam ficar de fora; de cada um, se atingido por fatores indesejados de fora, poder se tornar algo impuro; de ambos poderem atender ao bem do homem, quando não mesclados a elementos corruptores; de ambos poderem causar o mal, se afetados em sua pureza e integridade. O **espaço de integração** é obtido no momento em que o malefício da água, se corrompida em sua pureza, pode se abater sobre os que a consomem e é projetado sobre a política, quando alcançado por fatores que a fazem se desviar de seus objetivos primeiros. É o que ocorre aqui, quando um mundo inicial, que aponta para a impureza da água, se habitada por elementos outros que não os que deveria apresentar, e para as consequências que podem advir daí, é aproximado de um outro, em que um certo tipo de contaminação também traz consequências negativas para aqueles alcançados pela poluição. O aspecto negativo da *lama* está no fato de poder ser prejudicial à saúde corporal do homem e ele se revela na *lama* política, na degradação moral e desonestidade econômica que geram resultados funestos para uma coletividade.

Está-se, pois, face a três *lamas*: uma, que remete o leitor ao discurso religioso budista e que quer que *lama* seja legibilizado como monge; esse efeito de sentido seria obtido pela canonicidade da forma *Dalai Lama* (não que a transposição não mantenha

⁷ Já se falou sobre o problema da assunção de um sentido literal e de outros que seriam metafóricos.

esse conhecimento ativado); outra, que quer que *lama* seja entendida como corrupção política; e uma outra ainda, que se quer como lodo. Dos três, o menos importante para o efeito de sentido da charge é o último, que até passa despercebido, ou, antes, opacificado, embora ativo.

De acordo com Fauconnier (1997), esse seria o poder do processo de integração conceptual, já que os resultados obtidos por seu recurso podem ser de tal forma naturalizados que passam a ser encarados como o sentido primeiro, ficando o mais imediato e referencial relegado a uma espécie de esquecimento. *Lama*, que, em outros momentos, poderia remeter quase que “naturalmente” a lodo ou barro, em 1999, especificamente por ocasião da vinda do Dalai Lama ao Brasil, no mundo noticioso de então, equivalia, quase que forçosamente, a estar falando de política e de corrupção, tal o quadro histórico constituído.

Demonstração clara disso deu o repórter e âncora do **Jornal Nacional** da Rede Globo, no comentário final do enunciado *A China foi atacada por um mar de lama, de verdade*, ao dar a notícia de que, num lugar da China, uma encosta submetida a chuvas ininterruptas teria deslizado abruptamente e atingido pessoas desprevenidas a observarem a paisagem e que não viram o que ocorria. O sintagma *de verdade* mostra que o repórter, mesmo que de forma inconsciente, é afetado tanto pelo fato de estar num programa de notícias como pelo momento histórico vivido, o que leva o seu enunciado a ser lido como *ao se falar em lama, está-se falando de corrupção política e é isso que vão pensar da manchete, na forma como foi elaborada; é necessário, portanto, que se esclareça que o sentido não é esse, mas o mais adormecido historicamente, nessa situação, e que remete a lodo*. Freud (1969) chamaria a isso de plenificação de um sentido vazio. Interessante observar que por buscar precisar o efeito de sentido a que visava a manchete, o repórter acaba ativando ambos os efeitos, ou seja, faz com que a questão da corrupção política seja trazida à consciência de quem não a tinha (embora, no momento histórico seja difícil pensar num caso em que isso ocorresse).

A charge e o enunciado do âncora trabalham, pois, em sentidos inversos: num, desloca-se o termo *lama* do sentido religioso para o sentido político, sem maiores traduções, dada a transparência histórica adquirida pelo termo no momento do enunciado (é claro que contribuem para isso os dizeres referentes às CPIs e as personagens presentes na charge); no outro, a expressão *de verdade* vem revelar a tentativa de controle e precisão do sentido que o repórter tenta dar ao termo, fazendo-o retornar a um pretenso sentido literal e inicial, que, adormecido que estava, não se recuperaria, sem que se forçasse o leitor a fazê-lo.

Frise-se, por fim, a intertextualidade do chargista em relação à oração do **Pai Nosso**, no enunciado *E livrai-nos da lama, Dalai*, trabalho feito sobre a oração cristã. Ao pôr tais palavras na boca de FHC, adequando-as ao personagem em visita e brincando com a palavra *lama*, o autor do texto escancara uma situação tão problemática, que só deuses a resolveriam, não sendo isso possível para homens comuns, quanto mais para um presidente impotente.

Enfim, a charge perfaz uma atividade intersubjetiva que, por necessidade de construção de efeitos de sentido, vale-se do processo cognitivo da integração conceptual para atingir seus objetivos, surpreendendo pela criatividade, mas se valendo de um processo que se encontra à disposição, valendo-se dele como peixe no aquário que tem que se defender taticamente das estratégias desencadeadas contra si e seus interesses.

Talvez se pudesse perguntar o que uma *lama* tem a ver com as outras: ou seja, o que é que a *lama* do Dalai tem a ver com a *lama* do lodo e com a *lama* da corrupção. Parece que a aproximação entre as duas últimas é pouco polêmica. Ambas se referem ao contágio de uma entidade pela outra; num caso, a da água pela argila; noutro, a da vida política pela corrupção. Mas a imersão da *lama* do Dalai nesse composto discursivo não é tão problemática como poderia parecer. Dado ser o Dalai uma pessoa pura, reencarnação de almas tantas que tiveram vidas exemplares, outros Dalais, não está distante a possibilidade de associar a *lama* do Dalai, pura e imaculada, à outra *lama*, a da política, caracterizada por CPIs variadas, que apuravam problemas políticos relacionados à má administração. Vê-se a esperança, talvez, de que uma lama, imaculada, seja capaz de purificar a outra, maculada.

Ousando pleitear um outro processo cognitivo a comandar a multiplicidade aberta que se vê em *lama*, ora política, ora natural, ora religiosa, caracterizando-se por uma mescla (ou não) de entidades "incompatíveis", poder-se-ia pensar que, na base do raciocínio que se vê efetuado em *lama*, reside uma competência humana para distinguir entidades puras de híbridas, homogêneas de heterogêneas, princípio que possibilita sobrepor elementos de universos discursivos distintos uns sobre os outros, integrando conceptualmente desde dados triviais até abstrações de ordem cognitiva ou comunicacional mais complexas e sofisticadas. Neste sentido, as palavras de Culioli (1997), são esclarecedoras e fazem, à guisa de conclusão para essa análise, um fecho melhor do que o que se poderia pretender fazer.

Cette prolifération s'effectue par déploiement à partir de l'invariant minimal. On aboutit ainsi à une différenciation des sens, régulée par l'interaction avec des facteurs tels que la situation d'énonciation, le fraying de l'énoncé et, de façon générale, l'entourage textuel. On pense que cette différenciation n'est pas régie par aucun autre mécanisme que **le hasard** des selections opérées dans une communauté, au fil du temps et des circonstances. Mais ce que est inévitable, c'est qu'il y ait régulation et choix de chemins **nécessaires** parmi les chemins possibles que produit le déploiement. (CULIOLI, 1997, p. 49, grifo do autor).

Uma última observação em relação à charge: ela parece encaminhar para a conclusão de que o mundo das coisas se sobrepõe ao das outras instâncias mais abstratas, de que a cognição se sobrepõe à interação, de que haveria um sentido literal e um outro metafórico. Há que se pôr isso em xeque. Não se é literal antes e metafórico depois. Pensar o sentido em termos de efeitos de sentido é crer que o mundo seja discretizado e concebido de forma diferente, em dependendo do prisma em que as pessoas se colocam e não há como determinar o que veio antes ou que sentido precedeu

a outro. Talvez, em muitas circunstâncias, o que poderia, ingenuamente, ser concebido como metafórico é que seria o literal, mas nem isso. A afirmação de Possenti (1993, p. 72) pode encerrar bem, provisoriamente, o assunto: "Talvez se seja sempre literal, apenas acontece que a analogia é a melhor, quando não a única maneira de ser literal, dadas certas circunstâncias". Parece possível afirmar que, muitas vezes, o que se faz é lançar mão de processos cognitivos, os quais, dadas necessidades intersubjetivas concretas, começam por ser ativados num ou noutro sistema de referência, e não necessariamente antes no mundo empírico e mais imediato.

Pode-se, pois, postular, a partir da charge, que a atividade do sujeito, embora se tenha valido de recursos linguísticos, de saberes sócio-históricos e de operações cognitivas comuns aos outros homens, caracteriza-se como marcada por um trabalho de escolha e de seleção, que confere ao texto um caráter de novidade, não porque diga algo novo, mas porque diz de forma nova algo já-sabido. Como seria possível ver no texto um assujeitamento do sujeito a recursos e saberes dados e a uma opção política que o interpela em sujeito, se esse for o prisma teórico que se pretenda assumir, também é possível ver no texto um sujeito estrategista, que vai caçar em terreno alheio, surpreendendo pelo jeito de dizer e fazendo o já-sabido adquirir outras fisionomias, quanto não seja pela interpolação de universos conceituais distintos, fazendo com que as palavras proliferem em efeitos de sentido, alcançando a possibilidade de condensação e de síntese e fazendo retornar a atividade lúdica permitida ao jogo que as crianças fazem com as palavras, sem que tenham, por isso, contrariamente à charge, que arcar com o ônus da atividade racional de obrigação de ter que fazer sentido (FREUD, 1969). Interessante observar como a manipulação de um sintagma que teria um baixo nível de informatividade, se fosse usado na sua forma canônica, consegue surpreender pelo inesperado, e condensar, por meio do jogo com o significante, três universos conceituais distintos, obtendo um efeito de crítica política mordaz, embora se tenha valido de apenas alguns indícios textuais.

Um conjunto relativamente grande de dados em que o mesmo processo que se viu acontecendo na charge ocorre pode ser trazido para a discussão; porém, está-se fazendo, aqui, a opção de trabalhá-los de uma forma mais rápida, já que o raciocínio feito para 'lama' acima praticamente se repete neles. Nestes outros exemplos, como na charge, a partir do uso do processo de metaforização por meio da integração conceptual, obtido a partir da aproximação de sistemas de referências distintos, o locutor cria efeitos de sentido e pode se marcar subjetivamente, seja no sentido de encontrar formas peculiares de expressão ou de definir com que conjuntos de coisas está comprometido.

Um desses exemplos poderia ser aquele produzido pelo espectador da novela que, ao ver a jovem se maquiando para sair com o namorado, disse que ela estava fazendo a sua **macacagem**. De duas, uma: ou ela estava fazendo a *maquiagem*, já que pintava o rosto, ou ela estava fazendo *macaquices*, já que repuxava o rosto fazendo espécies de caretas, buscando observar o resultado do trabalho. Mas ela não fazia *macacagem*. Ouvidas essas observações, o produtor do termo permitiu entrever que era

assim mesmo que ele o queria, porque a sua pretensão visava à aproximação entre o *maquiar-se* e o *portar-se como macaco* fazendo trejeitos, bem como manifestar a sua desaprovação com relação às pessoas que se maquiavam e que têm, nessa atividade, uma maneira de encobrir imperfeições. Este parece um exemplo para que se compreenda o efeito de sentido como um achado (POSSENTI, 1997).

Outro poderia ser o da criança que, sentindo a mãe perfumada, pergunta se ela usou **cheirume**. Ela, rindo, comenta: *Mamãe usou perfume*. Em troca, recebe a seguinte questão: *E por que cheira tanto?* Parece possível pensar-se que, para a mãe, o que ela fez foi se perfumar, obtendo um certo resultado. Para a criança, a mãe teria buscado se perfumar, mas o resultado obtido, consequência do mau produto ou da grande quantidade, não teria sido o que fora almejado, merecendo o comentário. Como *cheirume* não existia, a mãe acha graça no jogo estabelecido e corrige o filho, quando percebe que ele realmente tinha pretendido dizer o que tinha dito, por meio da aproximação das formas *perfume* e *cheiro*. O que parece estar sendo visado pelo locutor é ou a crítica à qualidade do perfume usado pela mãe ou à forma de ela perfumar-se, no caso, em demasia, passando do limite de adequação. Eis o autor em sua atividade exotópica (BAKHTIN, 1992). Pela aproximação entre perfume e cheiro, obtida pela forma *cheirume*, o locutor se subjetiva, na forma de dizer e no que diz, estabelecendo para si e para o outro que perfume lhe agrada e em que medida se deve usá-lo. Talvez, ele deva ser o encarregado da compra do próximo perfume. Nesse caso, dada a situação comunicativa relatada, a criação lexical foi, aparentemente, intencional, mas, mesmo que não tivesse sido, haveria que se considerar, na leitura, o trabalho de criação do sujeito, pautado em conhecimentos dele sobre a organização do mundo e da língua.

Um outro ainda poderia ser, dentre os que são dados por Gladstone (apud BURKE; PORTER, 1993, p. 158), a expressão **cobweb morning**, que equivaleria a *manhã de teia de aranha*. A expressão usada pelo dialeto de Norfolk, região da Inglaterra, corresponde àquelas *manhãs enevoadas*, *early light of day*. Novamente, vê-se em ação o princípio da aproximação de sistemas de referência distintos (manhãs enevoadas e teias de aranha), sendo os traços comuns entre eles (a tessitura e o emaranhado) usados para formar um plano de integração mais alto, com os traços de um se projetando sobre o outro, o que leva, inclusive, o autor a falar numa poética da vida silvestre.

Um quarto exemplo poderia ser o de Freud (1969), que, analisando chistes ingênuos, relata o episódio ocorrido entre duas crianças. Uma menina teria dito a um menino que não comesse tanto pudim, pois poderia passar mal e teria que tomar **Bubizin**. A mãe, estranhando o termo, corrige a locutora, dizendo que *Bubizin* não existia, ao que a menina retruca: *quando eu estou doente, devo tomar Medizin*. Eis a explicação de Freud: "A criança pensava que aquilo que o médico lhe prescrevia chamava-se 'Mädi-zin' quando era para uma 'Mädi' (garotinha) e concluía que, quando era para um 'Bubi' (garotinho), devia chamar-se 'Bubi-zin'" (FREUD, 1969, p. 172). Outra vez, vê-se, por detrás da criação do locutor, um processo de aproximação entre dois mundos, o da medicação destinada às pessoas, quando elas apresentam algum tipo de distúrbio somático, e o dos gêneros, que dividem os seres humanos em femininos e mas-

culinos. O que o termo *Bubizin* realiza é a aproximação entre os sistemas de referência dos medicamentos e dos gêneros humanos, estabelecendo uma distinção entre possíveis remédios destinados a meninas e a meninos, o que, na verdade, não é real, já que um remédio serve para ambos os sexos, mas isso não faz parte do saber enciclopédico da menina e, portanto, ainda não foi transformado em princípio de leitura⁸.

Por fim, mencione-se a formação da palavra **frevo**, que designa um ritmo musical. A estarem certos os historiadores, o termo teria tido sua origem na analogia feita com *fervura*, momento em que a água, já com certa temperatura, entra em ebulição. Pode-se perceber o trabalho de integração conceptual efetuado a partir da percepção sensorial de como se dá a fervura da água e a sua passagem para um ritmo dançante agitado e saltitante, lembrando a água borbulhando, quando em processo de efervescência. O deslocamento da fricativa [r] para junto da também fricativa [f], formando um encontro consonantal, com a conseqüente relocação da vogal [e] para o final da sílaba, explicaria a mudança de *fervura* em *frevura* e daí para *frevo* e não *fervo*, formando um metaplasmo ocasionado por metátese.

Por fim, apenas sejam mencionados os casos, aliás muito elucidativos, de dois *nicks* que foram encontrados em salas de bate-papo e que eram usados por duas pessoas, uma, que se dizia lésbica, e outra, que se dizia uma adolescente à procura de uma paquera. Os *nicks* eram, respectivamente, **pantera-cor-de-rosa** e **whiskas**.

Conclusão

Se os exemplos apresentados forem procedentes, é de se imaginar, que, para além das materialidades formais que emergem a partir de uma atividade discursiva e com as quais o leitor se depara, existem processos cognitivos que conduzem e, de certa forma, limitam as formas de o homem olhar para o mundo e lhe atribuir sentido, quer isto se dê pela atividade de escrever ou de ler, o que não deixa de ser a mesma coisa, se for considerado que aquele que escreve o faz para mostrar como lê certo episódio. Talvez, apressadamente se pudesse supor que esses princípios gerissem as atividades dos sujeitos, dispondo-lhes as formas de pensar e impedindo a proliferação dos sentidos. O que parece é que se deve, pelo menos, relativizar tal forma de compreensão. Se é possível afirmar que os mecanismos cognitivos dão aos homens as maneiras de eles olharem para o mundo, por outro lado, também é possível se ver que, por meio deles, a atividade discursiva se realiza um pouco aleatoriamente, não sendo possível prevê-la, enquanto o texto, atividade estruturante, não tiver sido formalizado. O futuro, nesse sentido, é sempre passado.

Pensa-se poder expandir o que está dito para a atividade subjetiva em geral, que não pode ser ignorada por quem lê. Pautado em processos cognitivos, conhecimentos

⁸ Os exemplos 1, 2 e 4 são, inclusive, casos de criação vocabular, valendo-se de princípios da língua.

de mundo disponibilizados, tipologias textuais estabelecidas e gêneros relativamente estáveis, o sujeito opta por produzir um texto que deverá se tornar público. Há que se reconhecer que um conjunto de coerções está, pois, procurando impedir que o aleatório e o indisciplinado (no duplo sentido) ocorram. Mas, parece impossível que esse conjunto de determinantes alcance cabalmente o seu fim último, que é o de realizar a injunção do sujeito a uma forma de dizer e a um conteúdo. Parece ter-se que reconhecer, com Laplantine e Trindade (1997, p. 8) que o homem "não foi derrotado no confronto com a racionalidade das imagens massificadas, produzidas para o consumo fácil, encontrando-se presente cada vez mais nas fantasias, e projetos, nas idealizações dos indivíduos e em outras expressões simbólicas".

O ato de ler remete a um duplo olhar que requer que o conjunto de coerções a que o produtor do texto está submetido seja levado em consideração, por se saber que ele afeta a forma de o sentido ser apresentado, procurando impedir que o aleatório e desestabilizador venham a ganhar corpo, podendo tornar-se espessura e ruptura, mas também que se perceba que esses procedimentos de controle que visam à injunção, alienando o sujeito a uma forma perene de dizer, não conseguem cumprir em absoluto sua função, permitindo-lhe, já que é um ser desejante, romper com as formas de dizer e com os pleitos a afirmar, fazendo ranger o estabelecido e o submetendo a outras formas, criando indisciplinas por meio de usos que, se não são radicalmente seus, também não são radicalmente do Outro, que o submeteria e o tolheria em suas necessidades históricas. Para Laplantine e Trindade (1997, p. 27), "A determinação de um futuro virtual é acometida por uma imaginação transgressora do presente dirigida à consecução de um possível não realizável no presente, mas que pode vir a ser real no futuro".

O sujeito que escreve, porque lê, e que lê, porque escreve, imprimindo outros textos sobre os que têm à frente de seus olhos, lembrando a "história *palimpsesta*" de Brooke-Rose (2001, p. 154), deixa rastros de sua passagem pelas estradas textuais que percorre, que, é verdade, indicam os seus compromissos com agrupamento sociais, com formas de representação social e com ideologias situantes e sitiantes, mas também mostram a sua forma de se posicionar e responder às tarefas do seu tempo e a sua pegada específica sobre um caminho já trilhado e desacreditado: eis o sujeito e o trabalho, a atividade e a identidade.

CATTELAN, J. C. Save us from dirt, Dalai! *Alfa*, São Paulo, v. 47, n.2, p.59-76, 2003.

- **ABSTRACT:** *Based on Culioli's conception of language (1997), Lakoff's theory of metaphor (1997), and Fauconnier's conceptual integration (1997), this paper studies cases where the metaphorical process occurs. Accordingly, it shows whether it is a cognitive process that constrains discourse and language expression, or it is a means of allowing for the apparent plasticity and flexibility of language.*
- **KEYWORDS:** *Cognitive processes; metaphorical process; conceptual integration; subjectivity; discursive activity.*

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BROOKE-ROSE, Christine. História Palimpsesta. In: ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. Tradução MF. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 147-162.
- BURKE, Peter; PORTER, Roy. *Linguagem, indivíduo e sociedade*. Tradução Álvaro Luiz Hattnher. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.
- CULIOLI, Antoine. Subjectivité, invariance et déploiement des formes dans la construction des représentations linguistiques. In: FUCHS, C.; ROBERT, S. *Diversité des langues et représentations cognitives*. Paris: Ophrys, 1997. p. 43-57.
- FAUCONNIER, Giles. Manifestations linguistiques de l'intégration conceptuelle. In: FUCHS, C.; ROBERT, S. *Diversité des langues et représentations cognitives*. Paris: Ophrys, 1997. p. 182-193.
- FREUD, Sigmund. *Psicopatologia da vida cotidiana*. Tradução Álvaro Cabral. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- _____. *Os chistes e a sua relação com o inconsciente*. Tradução Margarida Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos emblemas sinais: morfologia e história*. Tradução Federico Carotti. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- LAKOFF, George. Les universaux de la pensée metaphorique: variations dans les expressions linguistiques. In: FUCHS, C.; ROBERT, S. (Eds.). *Diversité des langues et représentations cognitives*. Paris: Ophrys, 1997. p. 167-181.
- LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. *O que imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- POSSENTI, Siro. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- _____. Sobre as noções de efeito de sentido. *Cadernos da FFC*, Marília, v.6, n. 2. p. 1-11, 1997.

Bibliografia consultada

- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução Ephraim Ferreira Alves. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ECO, Umberto. *Lector in fabula*. Tradução Atílio Cancian. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- _____. *O signo de três*. Tradução Silvana Garcia. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- _____. *Interpretação e superinterpretação*. Tradução MF. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- POSSENTI, Siro. *Os humores da língua: análises lingüísticas de piadas*. São Paulo: Mercado de Letras, 1998.

A HOMONÍMIA NO PORTUGUÊS: TRATAMENTO SEMÂNTICO SEGUNDO A ESTRUTURA *QUALIA* DE PUSTEJOVSKY COM VISTAS A IMPLEMENTAÇÕES COMPUTACIONAIS

Claudia ZAVAGLIA¹

- **RESUMO:** No presente trabalho, apresentamos uma proposta de tratamento semântico de formas ambíguas do português do Brasil, no caso, lexias homógrafas, com o escopo de oferecermos estratégias lingüísticas para a sua implementação computacional em Sistemas de Processamento das Línguas Naturais (SPLN). O Léxico Gerativo de Pustejovsky foi usado como modelo teórico. Nesse modelo, a Estrutura *Qualia* – EQ (e os papéis Formal, Télico, Agentivo e Constitutivo) foi selecionada como um dos expedientes lingüístico-semânticos para a realização da desambiguação das formas homônimas. Para que os dados analisados e tratados pudessem ser manipulados, elaboramos uma Base de Conhecimento Lexical (BCL) cujo repertório lingüístico possui seus itens lexicais correlacionados e interligados por diferentes tipos de relações semânticas presentes na EQ.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Homonímia; estrutura *Qualia*; léxico computacional; base de conhecimento lexical; processamento das línguas naturais

Introdução

De acordo com Biderman (1996, p.27), “o léxico é o lugar da estocagem da significação e dos conteúdos significantes da linguagem humana”. A mesma autora ressalta em obra anterior:

o léxico pode ser considerado como tesouro vocabular de uma determinada língua. Ele inclui a nomenclatura de todos os conceitos lingüísticos e não-lingüísticos e de todos os referentes do mundo físico e do universo cultural, criado por todas as culturas humanas atuais e do passado (BIDERMAN, 1981, p.138).

¹ Departamento de Letras Modernas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP – Brasil. E-mail: zavaglia@lem.ibilce.unesp.br.

Com efeito, o léxico de uma língua abrange todas as palavras desse sistema linguístico, inclusive as gramaticais, que se encontram contempladas ou não em dicionários.

O léxico das línguas naturais foi gerado por um processo de nomeação, a partir do momento em que o homem, por meio das palavras, passou a dar nome a todas as entidades que faziam parte do mundo que o cercava (BIDERMAN, 1998c).

Desde há muito tempo, o léxico tem sido relacionado com a memória humana. De fato, as entradas lexicais em um dicionário são como registros da memória e muito provavelmente a estruturação do léxico se assemelha àquela da memória, fato esse que permite uma recuperação rápida e veloz das palavras que o constituem (BIDERMAN, 1981, p.28). Com efeito, fala-se de Léxico Mental, isto é, as palavras que se encontram estocadas na mente humana.

Quando nos referimos ao tratamento automático das línguas naturais, seja de variadas formas ou por variados mecanismos, estamos tratando essencial e primordialmente da estruturação de itens lexicais de uma maneira formal, ou seja, de codificação e decodificação de dados. Na forma como serão armazenados esses dados, seja em listas imensas de palavras, seja por analisadores morfológicos, seja por índices alfanuméricos em forma de códigos, ou de qualquer outro modo, verificar-se-á uma dependência da estruturação linguístico-formal dos mesmos. A propósito, Biderman (1998b) diz:

[...] o léxico está associado ao conhecimento e o processo de nomeação em qualquer língua resulta de uma operação perceptiva e cognitiva. Assim sendo, no aparato linguístico da memória humana, o léxico é o lugar do conhecimento sob o rótulo sintético de palavras – os signos linguísticos. Eis por que precisamos começar a trabalhar com esta imensa galáxia de signos que devemos conhecer melhor. É preciso desvendar o mistério de como se estrutura o léxico da nossa língua (BIDERMAN, 1998b, p.179).

É nesse sentido que o computador está fadado a incompletudes, já que um, dentre tantos, mistérios sobre a mente humana ainda é, justamente, a forma como são estocados os dados na memória do homem. Por conseguinte, a forma de armazenamento de dados na memória de uma máquina contém as mesmas (e talvez bem mais) obscuridades que o não-conhecimento sobre mecanismos mentais humanos gera para os pesquisadores. Nesse sentido, Button et al. (1998) afirmam:

A analogia entre “a mente” e “o computador” também foi contestada com base no fato de que se equivoca sobre o funcionamento dos computadores e sobre a natureza dos programas que os dirigem (são neles executados). O ponto até onde os computadores podem ser usados para simular atividades humanas dá uma impressão enganosa do grau em que o computador está realmente “igualando” o desempenho simulado. Os computadores podem ser capazes de gerar séries de palavras, símbolos matemáticos etc., que correspondem corretamente aos requisitos da linguagem humana, sistemas de cálculo etc., mas – para dizê-lo

muito grosseiramente, por enquanto – a diferença crucial entre a simulação da máquina e o desempenho humano é que esse último envolve o entendimento do que as séries de palavras e fórmulas significam, ao passo que a primeira, não (BUTTON et al., 1998, p.12).

Biderman (1981, p.139) sugere:

[...] em virtude do número elevadíssimo dos elementos do léxico e da complexidade combinatória resultante desse número, é necessário supor que o cérebro organiza uma estrutura dos dados léxicos de grande funcionalidade, para que ele possa recuperar em frações mínimas de segundo (100 a 700 milissegundos) não só o significado de uma palavra, mas todas as suas características gramaticais e os usos que lhe são adequados, conforme o contexto do discurso, a situação momentânea e o registro linguístico requerido pela situação, pelo interlocutor e pelo assunto.

Essa mesma autora nos diz que, provavelmente, o léxico está encadeado em redes semânticas, i.e., a sua integração está estruturada por vários campos léxicos. E ainda: “os padrões neuronais da memória léxica devem ter estabelecido redes de ligações entre os lexemas de modo funcional” (BIDERMAN, 1981, p.139). Da sua proposta de Rede Semântica e Campo Léxico (BIDERMAN, 1981, p.140), a autora deduziu que a associação entre signos é estabelecida de duas maneiras: por contigüidade/similaridade e por oposição de contrários. Inferimos, portanto, que as relações semânticas da sinonímia e da antonímia fazem parte, essencialmente, do conjunto de estruturação do léxico mental de um ser humano.

Em consonância, Bogaards (1994, p.70-71) diz que as relações entre os elementos do léxico mental são de dois tipos: (i) relações intrínsecas, que se baseiam nos diferentes tipos de informações linguísticas (semânticas, morfológicas, fonológicas etc.) e (ii) relações associativas, que são baseadas na co-ocorrência freqüente de itens. No que diz respeito à natureza semântica das relações intrínsecas, podemos descrevê-las em termos de sinonímia, antonímia e hiponímia; por sua vez, as relações associativas baseiam-se no conhecimento de mundo e no conhecimento enciclopédico: à palavra *guerra* são associadas palavras como *morte*, *combate*, *miséria* etc.

Tais concepções nos levam a acreditar que uma das maneiras de se ordenar a estruturação de léxico em computadores poderia ser via Redes Semânticas e Associações Semânticas. Essas redes poderiam organizar-se por meio de relações semânticas (hiperonímia, sinonímia, antonímia, meronímia) já que, ao que tudo indica, essa seria a forma que, possivelmente, mais se assemelharia à estocagem de dados na mente humana.

Em conformidade, Bezerra (2002, p.3) enuncia:

Em nossa memória de longo tempo, ou memória profunda, armazenamos as unidades lexicais da língua que falamos associadas em diversas combinações: sintagmáticas, paradigmáticas, hiponímicas, conceituais, discursivas, dependendo dos modelos da língua que fa-

lamos e de nossas experiências anteriores ou de nossos esquemas culturais. Como é no léxico que se cruzam informações fonético-fonológicas, semânticas, sintáticas e pragmáticas, deve-se considerá-lo em relação à linguagem em geral, como uma competência, neste caso, lexical, que o falante deve desenvolver, para ampliar sua competência comunicativa.

Elaborar repertórios lexicais para serem tratados computacionalmente contribuiria, não somente para as ciências que se interessam por processamento automático de línguas naturais, mas também para a formação de acervos lexicais para a memória de computadores, e, conseqüentemente, para a composição de seus “conhecimentos” que pudessem servir a toda sorte de pesquisadores:

Sendo o léxico de uma língua essencialmente abrangente e complexo, seria de se esperar que fenômenos lingüísticos igualmente complexos e abrangentes caracterizassem e fizessem parte da língua natural à qual ele se encontra vinculado.

Um desses fenômenos é a homonímia, além da polissemia, da sinonímia, entre outros. A homonímia e a polissemia causam o fenômeno da ambigüidade; por conseguinte, temos de considerá-lo como característico de uma língua natural.

Devemos observar, porém, que a ambigüidade não existe do ponto de vista do produtor do discurso, mas sim do seu receptor. De fato, quando um falante produz um texto, muito provavelmente, não se dá conta de um significado alternativo que possa existir no interior de seu discurso, seja ele falado ou escrito; ao contrário, ele tem bem claro em sua mente o que deseja expressar, como afirma Leffa (1998).

Ora, será no âmbito do léxico, bem como dos fenômenos lingüísticos geradores de ambigüidades interpretativas, que um estudioso deparar-se-á com inúmeros empecilhos ao aventurar-se a descrever os seus mecanismos para o Processamento das Línguas Naturais (doravante PLN).

Em conformidade, Carvalho (2001, p.1) ressalta:

A ambigüidade (lexical, estrutural), intrínseca a qualquer língua natural, é um dos aspectos que maiores problemas colocam ao processamento automático de um texto. A nível lexical, a ambigüidade é provocada pela homografia, que existe em qualquer língua natural, mas que é particularmente abundante no caso das línguas que, como o português, têm um sistema morfológico bastante desenvolvido.

Dessa forma, o fenômeno da homonímia causa sérios obstáculos para o desenvolvimento do PLN, máxime para casos de homografia, e lingüistas computacionais tentam, insistentemente, buscar meios de fazer com que a máquina disponha de mecanismos interpretativos de desambiguação que se aproximem daqueles que o homem possui. Com efeito, Carvalho (2001, p.3) põe em relevância esse problema quando diz:

Ainda que os vários casos de homografia de que temos vindo a falar não levantem, em geral, problemas aos falantes da língua, eles representam, retomando a idéia com que iniciámos o capítulo, um obstáculo à quase totalidade das operações efectuadas ao nível do tra-

tamento automático de textos escritos. A fiabilidade dos resultados de uma operação de análise extremamente simples, como por exemplo, a localização num texto dos adjectivos que ocupem uma posição pré-nominal, através da expressão regular: <A><N> está fortemente condicionada pela existência de homografia entre as categorias descritas nessa expressão e outras categorias gramaticais.

Objetivos

Com o presente artigo, apresentamos uma proposta para o tratamento de itens lexicais homónimos da língua portuguesa do Brasil, com vistas à sua implementação computacional, por meio de Base de dados relacionais, mais especificamente uma Base de Conhecimento Lexical (doravante BCL). A hipótese principal que se faz é que o fenómeno da homonímia é passível de tratamentos computacionais e que podemos manipulá-lo em implementações para base de dados lexicais com eficiência. Ressaltamos que o problema da homonímia gramatical é resolvido, e satisfatoriamente, por sistemas computacionais que realizam análises morfossintáticas automáticas (*parsers*) que possuam desambiguadores. A máquina é capaz de produzir soluções de desambiguação sintática de uma maneira bastante aceitável. Entretanto, tais sistemas não dão conta de outros problemas de ambigüidade, como a homonímia semântica e a polissemia. Tal fato ocorre porque a máquina não tem a capacidade de relacionar semanticamente itens lexicais em meio a construções sintáticas ou inseridos em um contexto, como faz o homem, de forma inerente. Como situa Carvalho (2001, p.38): "As máquinas não têm competência linguística, pelo que 'é preciso dizer-lhes tudo, e é preciso dizer-lhes tudo de forma completa, explícita e coerente'" (RANCHHOD apud CARVALHO, 2001. p.38).

Assim, a ineficiência de desambiguadores² de tipo gramatical justifica a proposta de uma Base de dados conceitual, que será proposta com a finalidade de suprir as necessidades de um analisador sintático³, além de atender possíveis novos sistemas que realizem tratamento semântico.

Em PLN, no que diz respeito à ambigüidade lexical, por exemplo, causada pela homonímia, o computador terá pelo menos duas possibilidades de interpretação para uma mesma forma. Para os casos de homonímia categorial, os resultados podem ser desastrosos se, ao invés de classificar uma forma contextualizada como verbo, o com-

² Carvalho (2001) aponta alguns casos problemáticos de não resolução de ambigüidades causadas pela homografia, com a aplicação de gramáticas para a desambiguação, em análises lexicais. Por exemplo, nos contextos seguintes, a máquina não etiquetou corretamente as palavras "muda" e "só" nos exemplos: [...] visíveis e **a moda muda** muito mais rapidamente. Não existe, penso aquela [...] e sim, [...] que **a sua alma só** entra em actividade vulcânica quando o político [...]. "As palavras "muda" e "só" foram reconhecidas como adjectivos, quando, na realidade, se trata de uma forma do verbo *mudar* e do advérbio *só*, respectivamente" (CARVALHO, 2001, p.93).

³ Zavaglia (1999) cita vários casos de homografia categorial que não foram satisfatoriamente tratados pelo *parser* do Revisor Gramatical *ReGra* entre substantivo X adjectivo (lexia "cara", "tinta", "vaga", "polêmica", "fluxo", "queda") e entre substantivo X verbo (lexia "ajuda"), por exemplo.

putador categorizá-la como substantivo, por exemplo. Para Revisores gramaticais automáticos, tais interpretações errôneas interferem na performance da ferramenta, gerando insatisfação para seus usuários.

Unir informações semânticas às informações de uma gramática formal, ou seja, dotá-la de uma base de conhecimento de mundo, é um caminho para amenizar problemas de ambigüidade em PLN, segundo a literatura atual. Desse modo, na gramática formal seriam introduzidos marcadores semânticos que permitiriam à máquina resolver casos de ambigüidade segundo um esquema de compartilhamento ou não-compartilhamento de dados. De fato, Medeiros (1999, p.8) diz: "Os aspectos semânticos devem ser contemplados para solucionar problemas não resolvidos pela análise sintática, como, por exemplo, o da ambigüidade lexical e estrutural, e o das sinônimas".

Ainda que, no presente, não saibamos com precisão quais serão os resultados (positivos ou negativos) de suas aplicações, temos a certeza de que informações de cunho meramente sintáticas ou morfossintáticas não mais satisfazem pesquisadores em Linguística Computacional, pois são insuficientes no PLN. De fato, somente com a elaboração de Base de dados conceituais poder-se-ão obter análises de textos com bons resultados.

A adoção do modelo sugerido por Pustejovsky (1995) deveu-se a pelo menos quatro componentes nele contidos: (i) atualização teórica, (ii) representatividade do significado, (iii) natureza computacional, (iv) aplicabilidade (Cf. Projeto SIMPLE em LENCI, 1999). A idéia de que o Léxico Gerativo (LG) é capaz de dar conta do conhecimento semântico global que temos sobre as palavras, segundo o próprio autor, faz dele um modelo adequado para solucionar o problema da representação lexical que envolve o fenômeno da homonímia. Admitindo-se, portanto, que tal suposição seja verdadeira, tentaremos mostrar que a homonímia pode ser, realmente, definida conforme os parâmetros de um dos aspectos dessa teoria.

Investigação teórica: o fenômeno da homonímia e modelo semântico adotado

Da investigação teórica que realizamos, detalhada em Zavaglia (2002), constatamos que a homonímia, enquanto fenômeno de uma língua natural, não é mais intrigante e enigmática do que a sua própria definição, ou seja, a sua compreensão e a sua delimitação. Para defini-la, os autores oscilam entre critérios diacrônicos, convergência fonética, divergência semântica, influência estrangeira, polissemia homonímica, critérios sintáticos e morfológicos, distinções estilísticas e sociais, ortografia, entre outros.

Por conseguinte, definimos como parâmetros teóricos de nossas pesquisas, no que diz respeito ao fenômeno da homonímia, os seguintes postulados:

- (I) A homonímia é o fenômeno lingüístico em que se tem a identidade de duas lexias no plano da expressão, ou seja, formas perfeitamente iguais que se distinguem semanticamente (um significante para dois significados, no plano do conteúdo) ou a identidade de duas construções gramaticais, gerando a ambigüidade. O primeiro refere-se à homonímia lexical e o segundo à homonímia estrutural.
- (II) Para a homonímia lexical, a igualdade de formas pode se realizar tanto graficamente como fonicamente. No primeiro caso, as lexias possuem identidade de grafia (homografia) e, no segundo, identidade de som (homofonia). E assim, temos lexias homógrafas que: (i) são distintas quanto ao seu significado e idênticas, tanto oralmente como gramaticalmente, caso esse denominado de Homonímia Semântica, como: **cabo**₁: "Militar que tem posição superior ao soldado e inferior ao sargento" X **cabo**₂: "Extremidade de um objeto que serve para segurar"; **colônia**₁: "País ou região dependente de um outro país em situação econômico-política superior" X **colônia**₂: "Líquido que serve para se perfumar que possui uma essência menos concentrada do que a do seu extrato"; **parábola**₁: "História que contém um fundo moral ou religioso" X **parábola**₂: "Curva cujos pontos são equidistantes de um ponto fixo e de uma reta fixa"; **calar**₁: "Emudecer, não falar" X **calar**₂: "Penetrar, repercutir"; (ii) são distintas quanto ao fato de pertencerem a classes gramaticais diversas e serem idênticas oralmente caso esse denominado de Homonímia Categorial, como: **caça**₁ (substantivo) X **caça**₂ (verbo); **calça**₁ (substantivo) X **calça**₂ (verbo); (iii) são distintas quanto ao seu étimo e idênticas oral e graficamente, caso esse denominado de Homonímia Etimológica, como: **manga**₁: "Fruto" [Do malaiala manga.] X **manga**₂: "Parte do vestuário" [Do lat. *manica*, 'manga de túnica'.]; (iv) são distintas na sua realização oral, caso esse denominado de Homonímia Heterófona⁴, nas quais o substantivo realiza-se fonicamente como [e] e o verbo como [e], para a vogal "e", como nos seguintes exemplos: **acerto**₁ (substantivo) X **acerto**₂ (verbo); **começo**₁ (substantivo) X **começo**₂ (verbo)
- (III) As lexias homófonas são aquelas distintas na grafia e idênticas no som, como por exemplo: **sensor**: "dispositivo" X **ensor**: "crítico"; **cessão**: "ato de ceder" X **seção**: "segmento, divisão" X **sessão**: "espaço de tempo que dura uma reunião, um ato"
- (IV) Já a homonímia estrutural realiza-se quando temos duas construções gramaticais idênticas com sentidos diferentes: **Entrei no carro andando** (entrei no carro que andava) X **Entrei no carro andando** (entrei no carro enquanto eu andava).

⁴ Forma que possui grafia idêntica a de uma outra forma e ambas se pronunciam diferentemente.

A organização conceitual da BCL assemelha-se àquela de um *thesaurus*, já que os itens lexicais se encontram correlacionados e interligados por diferentes tipos de relações semânticas. Atualmente, para os estudos de PLN, o levantamento e a identificação das relações léxico-semânticas entre as palavras são de extrema importância, já que fundamentais como fontes de recursos lingüísticos para implementação computacional. De fato “a informação lexical e semântica é instrumento indispensável para programas que analisam e ‘compreendem’ textos em língua natural” (DEL FIORENTINO, 1995, p.8).

Em nossa concepção, pressupomos que um dos maiores problemas de ambigüidade interpretativa para o PLN, a saber, o fenômeno da homonímia, pode ser tratado a partir de subsídios lingüísticos oferecidos à máquina, tais como as relações semânticas de itens lexicais em redes de significação.

As definições, bem como as entradas das formas homógrafas, que constam da amostragem de nossa pesquisa, foram extraídas do *Dicionário Didático de Português* de Biderman (1998a), doravante DDBI. A escolha desse dicionário foi devida, principalmente, à cuidadosa elaboração dos verbetes para os homônimos, por parte de sua autora, bem como ao critério de delimitação para uma forma homônima, a saber: aquele de base semântica. Além disso, em sua elaboração, a autora utilizou-se de um *corpus* representativo da língua portuguesa do Brasil e valeu-se de dados de frequência lexical para a constituição da sua nomenclatura. Vejamos o exemplo:

ato¹ s.m. a-to.	Ação humana, considerada do ponto de vista objetivo e não durante o seu transcurso. <i>Todo mundo é responsável por seus atos. Este foi um grande ato de coragem! Este bombeiro merece uma medalha. O chefe dispensou o funcionário; foi um ato justo.</i>
ato² s.m. a-to. 1.	Solenidade ou cerimônia para marcar um fato. <i>Os grevistas marcaram um ato público para às 16:00h.</i> 2. Decisão publica emitida por uma autoridade e publicada em diário oficial. <i>O governador admitiu novos funcionários, através de uma ato administrativo, que o diário oficial publicou ontem.</i> 3. Evento que se registra, porque representa um acordo comercial, ou de natureza permanente entre as partes. <i>O marido e a mulher devem estar presentes no ato de venda de uma propriedade comum ao casal.</i>
ato³ s.m. a-to. 1.	Cada uma das divisões de uma peça de teatro. <i>O drama está dividido em dois atos.</i> 2. Momento considerado como dramático. <i>O último ato da vida deste ditador será provavelmente sangrento.</i>

Tabela 1 – Exemplo extraído do DDBI (BIDERMAN, 1998a, p117).

ATO é uma forma que possui 3 conceitos ou significados diferentes não interligados entre si, i.e., um significante com três significados; trata-se, portanto, de formas homônimas. O *sentido*¹ é explicado ou definido por “ação humana, considerada do ponto de vista objetivo e não durante o seu transcurso”. Já o *sentido*² possui três acepções, separadas entre si por caracteres numéricos; trata-se de uma forma homógrafa

que possui três sentidos correlatos entre si e, portanto, polissêmicos. Por sua vez, o *sentido*³ possui duas definições, sendo considerada também um vocábulo polissêmico, como exemplificado para o *sentido*².

Os sentidos das entradas apresentadas na Tabela (1) são identificados do seguinte modo: ato 0_1 / 0_2a / 0_2b / 0_2c / 0_3a / 0_3b, em que:

- a) cada forma homógrafa é classificada por meio de um código de identificação que contém duas partes separadas por um traço: X_X;
- b) a primeira parte é, justamente, a classificação-identificação de forma homógrafa, a partir de um caractere numérico, a saber: 0_X, em que "0" representa "forma homógrafa";
- c) a segunda parte do código corresponde ao número de ocorrências da homografia para aquela forma, a partir de um caractere também numérico: 0_1; 0_2 (identifica uma forma homógrafa que possui dois significados);
- d) a segunda parte do código pode conter, também, um caractere alfabético que identifica a ocorrência da polissemia para cada forma homógrafa: 0_1a, 0_1b; 0_2 (identifica uma forma homógrafa que possui dois significados, cujo primeiro é polissêmico, com dois sentidos), indicada e registrada no interior do verbebo, geralmente, por meio de caracteres numéricos.

No âmbito computacional, os termos *genus* e *differentia*, emprestados de Aristóteles⁵, foram introduzidos por Amsler (1980), a partir do momento em que toda definição de uma entrada lexical (ou *definiendum*) de um dicionário padrão, segundo o autor, pode ser analisada como uma sequência constituída por um termo indicador do *genus* e por um outro indicador da *differentia*. Os dicionários convencionais possuem uma tipologia de definição própria, i. e., apresentam um item lexical considerado como sendo o núcleo da definição que é antecedido ou seguido por modificadores.

Os modificadores do *genus terminus* têm papel importante e fundamental na definição do conceito da entrada lexical. De fato, eles constituem as *differentiae* da definição e oferecem indícios de significação que delimitam o conceito no interior da definição expresso pelo *genus terminus*.

Por taxionomia entende-se "palavras baseadas em relações específicas existentes, geralmente, entre o *definiendum* e o *genus terminus* em uma definição lexicográfica padrão" (CALZOLARI et al., 1991, p.25).

Partindo-se da afirmação de que as definições contidas em um dicionário possuem informações semânticas (AMSLER, 1980), buscamos estabelecer a taxionomia existente para as formas homógrafas com categoria idêntica, no caso, nome. Como ponto de partida para essa estruturação, foram identificados os *genus terminus* de ca-

⁵ Dentre muitos de seus feitos e contribuições, (o estabelecimento da lógica formal, por exemplo), Aristóteles estabeleceu a distinção entre atributos: o gênero, a espécie, a diferença, o próprio e o acidente. Segundo o filósofo, o gênero se refere à classe mais ampla a que o sujeito pode pertencer: "O homem é um **animal**" e a diferença permite situar o sujeito relativamente às subclasses em que se divide o gênero: "O homem é animal **racional**" (ARISTÓTELES 2000, p17, grifo do autor).

da entrada homógrafa, bem como para cada acepção semântica. De fato, uma forma homógrafa, no interior de sua definição, possui significados polissêmicos, como, por exemplo, em: *ato*¹ (uma acepção), *ato*² (três acepções) e *ato*³ (duas acepções), como descrito anteriormente.

A nossa metodologia partiu do pressuposto de que a definição de cada um dos sentidos de um lema contém pelo menos uma relação semântica entre o próprio lema e o *genus terminus* ou também entre o lema e a *differentia* das definições (DEL FIORENTINO, 1995).

A extração do *genus terminus* das definições das entradas lexicais de um dicionário é uma etapa importante e essencial para que se realize uma organização taxionômica de um repertório lexical, segundo uma estrutura hereditária em termos de hiperonímia. Com efeito, o *genus terminus* será localizado no vértice dessa estrutura.

Uma língua natural utiliza-se de uma enorme variedade de realizações lexicais e/ou sintáticas para expressar os conceitos do mundo elaborados nessa língua. De fato, o léxico de uma língua, bem como a sua realização sintática, é imensurável; até hoje, tem-se, efetivamente, apenas aproximações de realizações lexicais e não confirmações de números finitos. Um dicionário buscará se servir, portanto, de todos os recursos lingüísticos de que uma língua possui para poder expressar o conceito de um item lexical. Tais conceitos são definidos por meio de relações semânticas que os itens lexicais da definição do *definiendum* mantêm entre si.

A partir das definições do DDBI (BIDERMANN, 1998a) formalizadas, procedemos à extração do *genus terminus* e da sua relação semântica com o *definiendum*, ou seja, a taxionomia. Alguns tipos de relações semânticas, e seus princípios, interessam de modo particular ao modelo semântico que propomos para a organização da base de dados lexical. O significado de cada item lexical pertencente a essa base é estruturado, justamente, a partir das relações semânticas que o conceito desse item lexical mantém com outro item lexical. De fato, os conceitos são interligados em uma “cadeia significativa”, ou seja, por meio de associações. Cada item lexical situa-se em um determinado lugar dessa cadeia e todos eles são correlacionados, por meio de conexões, àqueles com os quais possui pelo menos uma relação semântica.

Segundo Picoche (1992, p.138):

[...] é um fato biológico que os homens sejam aptos a perceber diversos níveis de abstração e a passar facilmente de um para o outro; é uma propriedade universal da linguagem humana ser capaz de explicar e de condensar, de poder exprimir em mais de uma palavra aquilo que é dito em uma palavra (expansion – expansão) e de poder [...] resumir em uma palavra aquilo que é dito com mais de uma palavra (condensation – condensação).

Tal afirmação não se aplica a um computador, ao contrário. A máquina perceberá níveis de abstração se a ela forem oferecidos dados para tal⁶, fato esse que vale tam-

⁶ Se isso for realmente possível.

bém para as capacidades de expansão e condensação. A mesma autora ainda diz que todo homem que é dotado da fala manipula espontaneamente conjuntos de sinônimos e até mesmo as suas equivalências. Em contrapartida, a máquina deverá apresentar procedimentos artificiais para a manipulação desses sinônimos e de seus equivalentes.

A decomposição do significado proposta por Pustejovsky (1995) em sua teoria é capaz de oferecer caminhos para que uma máquina recupere um conjunto de sinônimos e/ou equivalentes para uma determinada unidade léxica. Com efeito, a partir do momento em que a definição de um item lexical apresenta o seu conteúdo por meio de relações de significação com outros itens lexicais em uma cadeia significativa, itens sinônimos (se existirem) podem ser recuperados para uma unidade léxica. O mesmo aplicar-se-á à busca/recuperação de itens hiperônimos, hipônimos, antônimos, merônimos. Com efeito, para o autor, um léxico gerativo é caracterizado como um sistema computacional que envolve, no mínimo, quatro níveis de representação: (i) Estrutura Argumental (*Argument Structure*), em que se tem a especificação do número e do tipo de argumentos lógicos e como eles são realizados sintaticamente; (ii) Estrutura de Evento (*Event Structure*), na qual há a definição do tipo de evento de um item lexical e uma frase. Inclui eventos do tipo ESTADO, PROCESSO e TRANSIÇÃO que podem ter uma estrutura de subeventos; (iii) Estrutura *Qualia* (*Qualia Structure*) que inclui modos de explicação compostos pelos papéis FORMAL, CONSTITUTIVO, TÉLICO e AGENTIVO e (iv) Estrutura de Herança Lexical (*Lexical Inheritance Structure*), em que se tem a identificação de como uma estrutura lexical se relaciona com outras estruturas e a sua contribuição para a organização global do léxico.

Assim, Pustejovsky (1995, p.62) propõe que a semântica de um item lexical "a" seja definida como uma estrutura composta por quatro componentes:

$$\alpha = \langle \mathbf{A}, \mathbf{e}, \lambda, \mathbf{\dot{Y}} \rangle^7 \text{ em que:}$$

A é a estrutura argumental; **e** a especificação do tipo de evento; **λ** estabelece o vínculo desses dois parâmetros na Estrutura *Qualia* e **Y** determina qual informação é hereditária na estrutura lexical global.

A nosso ver, Pustejovsky (1995) procura recuperar as dimensões do significado de um item lexical a partir dos conceitos individuais de outros itens lexicais, tendo como ponto de partida a natureza do significado inerente e já cristalizado nas unidades léxicas. Neste caso, a afirmação de Richelet (séc. XVII) de que uma definição é "um discurso que explica nitidamente a natureza de uma coisa" (apud PICOCHÉ, 1992, p.140) é válida e pertinente.

A partir do momento que Pustejovsky (1995) especifica quatro papéis fundamentais do significado de uma palavra na Estrutura *Qualia* (Constitutivo, Formal, Télico e

⁷ Adaptação nossa da simbologia da teoria de Pustejovsky (1995).

Agentivo), o autor está delimitando o significado por meio de marcas distintivas⁸. De fato, cada um dos aspectos essenciais do significado de um item lexical possui traços que os especificam:

- Constitutivo ou Partes Constituintes (*Constitutive*), i.e., aquele que exprime a relação entre um objeto e suas partes constituintes;
- Formal (*Formal*), ou seja, aquele que identifica o objeto em um domínio mais amplo;
- Télico (*Telic*), aquele que expressa o objetivo/escopo e a função do objeto;
- Agentivo (*Agentive*), i.e., aquele que considera fatores envolvidos na origem do objeto.

Retomando os mesmos exemplos citados acima, confiramos:

ato\$0_1 $\left[\begin{array}{l} \text{Qualia} = \left[\begin{array}{l} \text{CONST} = \dots\dots\dots \\ \text{FORMAL} = \text{ação} \\ \text{TELIC} = \text{agir} \\ \text{AGENT} = \dots\dots\dots \end{array} \right] \end{array} \right]$	ato\$0_2a $\left[\begin{array}{l} \text{Qualia} = \left[\begin{array}{l} \text{CONST} = \dots\dots\dots \\ \text{FORMAL} = \text{solenidade} \\ \text{TELIC} = \text{comemorar} \\ \text{AGENT} = \dots\dots\dots \end{array} \right] \end{array} \right]$	ato\$0_2b $\left[\begin{array}{l} \text{Qualia} = \left[\begin{array}{l} \text{CONST} = \dots\dots\dots \\ \text{FORMAL} = \text{decisão} \\ \text{TELIC} = \text{decidir} \\ \text{AGENT} = \dots\dots\dots \end{array} \right] \end{array} \right]$
ato\$0_2c $\left[\begin{array}{l} \text{Qualia} = \left[\begin{array}{l} \text{CONST} = \dots\dots\dots \\ \text{FORMAL} = \text{evento} \\ \text{TELIC} = \text{acordar} \\ \text{AGENT} = \dots\dots\dots \end{array} \right] \end{array} \right]$	ato\$0_3a $\left[\begin{array}{l} \text{Qualia} = \left[\begin{array}{l} \text{CONST} = \text{peça} \\ \text{FORMAL} = \text{divisão} \\ \text{TELIC} = \text{dividir} \\ \text{AGENT} = \dots\dots\dots \end{array} \right] \end{array} \right]$	ato\$0_3b $\left[\begin{array}{l} \text{Qualia} = \left[\begin{array}{l} \text{CONST} = \text{vida} \\ \text{FORMAL} = \dots\dots\dots \\ \text{TELIC} = \dots\dots\dots \\ \text{AGENT} = \dots\dots\dots \end{array} \right] \end{array} \right]$

Para Picoche (1992, p.140), em uma definição lingüística, o que importa é a especificidade, ou seja, a indicação de traços distintivos pertinentes a um item lexical que o diferenciara de outros itens lexicais.

Base de conhecimento lexical: uma sugestão de modelo

Em nossa proposta, os dados que figuram na Base de Conhecimento Lexical – BCL se encontram dispostos de modo a poderem ser utilizados em uma rede semântica em sistemas computacionais, uma vez que possuem características e propriedades da mesma.

A elaboração de recursos lexicais que contenham informações semânticas faz-se importante para sistemas que tratam da desambiguação dos sentidos das palavras,

⁸ Cabe lembrar que não necessariamente todos os papéis *qualia* devem estar preenchidos.

como por exemplo, a Tradução Automática, a Recuperação de Informação, Motores de Busca, entre outros.

A semântica é capaz de resolver muitos casos de homografia na linguagem falada e escrita. Tendo em vista a pragmática do discurso e o seu poder de desambiguação, a ambigüidade gerada pelos homônimos na fala é satisfatoriamente resolvida. Ao contrário, em um contexto de escrita, a ambigüidade é um dos grandes inimigos da interpretação correta de um texto. O homem, enquanto falante de uma língua, possui intuições interpretativas que o levam a resolver certas ambigüidades de uma língua natural de forma até mesmo inconsciente. Inversamente, o computador não possui tais intuições e um dos maiores desafios dos lingüistas computacionais é justamente esse, ou seja, tentar transportar para a máquina os mesmos mecanismos de interpretação desambiguadora próprios dos seres humanos.

O modelo de representação aqui proposto contém informações de tipo semântico e morfossintático. Essas últimas restringiram-se à classe gramatical, ao gênero e ao número das palavras. Em contrapartida, privilegiamos o tipo de informações semânticas, introduzindo uma série de relações semânticas entre as palavras que têm o escopo de, justamente, resgatar de forma minuciosa o significado de cada item lexical em questão.

Em PLN, sabe-se da importância que se atribui a esses dois tipos de componentes, dado que pesquisadores na área afirmam que a sintaxe não prescinde (e não deve prescindir) da semântica em análises automáticas. De fato, Salton (apud MEDEIROS, 1999, p.64) afirma que "a sintaxe sozinha não resolve muitas ambigüidades que complicam a tarefa de análise de conteúdo" e ainda, Binot (1991, p.61) ressalta que "essa necessidade de informação semântica é reconhecida há muito tempo: a resolução de ambigüidades, elipses, atos do discurso deve apoiar-se no sentido das palavras e no contexto do discurso". Da mesma forma Hagège e Duarte (1995) defendem que analísadores somente sintáticos ou somente semânticos dão conta apenas de uma parte do tratamento da linguagem e que nos dias de hoje ninguém nega a necessidade de considerar a língua de um ponto de vista sintático e semântico.

Nos mesmos moldes de SIMPLE (LENCI, 1999) e ItalWordNet (e suas antecessoras WordNet e EuroWordNet, (CALZOLARI, 2000), em que se procurou esquematizar por meio de correlações cada hipônimo ao seu hiperônimo (e vice-versa) gerando, assim, um sistema de hereditariedade do tipo lexical, neste trabalho, realizou-se um esforço de individualizar os hipônimos e os hiperônimos das formas homônimas, com o intuito de estabelecer um sistema de hereditariedade semântica. Por conseguinte, um item homônimo é identificado, caracterizado e desambiguado a partir das características que herda de seu hipônimo (ou das outras relações semânticas com as quais mantém ligação) que, por sua vez, herda de seu hiperônimo.

O modelo semântico aqui proposto não pretende definir de modo direto o signifi-

cado de cada item homógrafo. Pretende tão somente sugerir o significado para cada item homógrafo, bem como para suas ocorrências polissêmicas, por meio de termos interligados a cada ocorrência homógrafa que têm por escopo delimitar o seu campo significativo.

Dada a suposição de que múltiplas dimensões do significado são necessárias para começar a caracterizar unidades lexicais em um nível semântico, a Estrutura *Qualia* tem sido utilizada⁹ como um dos princípios cruciais de organização para a representação e interpretação do significado lexical de uma frase em sistemas computacionais de complexidade variada. De fato, ela é capaz de suprir o vocabulário básico para expressar aspectos diferentes do significado lexical. O objetivo geral é ir além de uma hierarquia dimensional, resgatando, assim, o padrão de relações de hiponímia e hiperonímia.

Informações baseadas na Estrutura *Qualia* podem ser especificadas por todas as partes do discurso, embora, em primeira instância, ela pareça ser mais diretamente adequada para a caracterização dos nomes (LENCI, 1999). Justifica-se, dessa forma, o fato de termos nos detido na codificação de formas homônimas cuja categoria é a do nome.

A Estrutura *Qualia* é a estrutura representacional para expressar partes do aspecto componencial do significado lexical, na medida em que resgata ou captura diferentes graus de complexidade entre itens lexicais e sustenta um conjunto de inferências disponível para *default*, quer dizer, essas inferências têm de ser usadas de modo geral, como se fossem um padrão a ser seguido.

Em SIMPLE (LENCI, 1999), a Estrutura *Qualia* é usada como sintaxe básica para a construção do significado lexical (PUSTEJOVSKY apud LENCI, 1999). Cada papel *Qualia* pode ser visto como um elemento independente ou uma dimensão independente do vocabulário para a descrição semântica. A partir da compreensão do papel da Estrutura *Qualia*, é possível formular um conjunto de questões que, de uma perspectiva teórica, são o núcleo da pesquisa em semântica lexical e, de uma perspectiva prática, permite realizar uma codificação sistemática em larga escala.

O modelo de Léxico Gerativo impôs alguns requisitos para a representação do aspecto componencial do significado lexical. Para satisfazer essas exigências, os papéis *Qualia*, no projeto SIMPLE, foram implementados como relações entre unidades semânticas (SemU) e, em um número mais restrito de casos, como *valued features* (características de valor). Tal fato levou ao desenvolvimento de uma estratégia representacional que permite a lexicógrafos, por exemplo, representarem ou codificarem uma riqueza de relações semânticas existentes em uma língua natural, na medida em que

⁹ Um exemplo da utilização da Estrutura *Qualia* como representação do significado pode ser visto em Hathout (1996) onde estão as especificações da elaboração de uma base de conhecimento lexical para o domínio da química, na qual as informações específicas das entidades desse domínio correspondem ao papel Formal da Estrutura *Qualia*.

mantém a estrutura básica de propriedades dos tipos semânticos dados em termos de Estrutura *Qualia*.

Cada um dos quatro papéis *Qualia* é representado como uma relação que está em alternância com o topo da hierarquia de outras relações específicas, representando os subtipos de informação de um dado *Quale*. Essa hierarquia nos quatro papéis *Qualia* é chamada de Conjunto de *Qualia* Ampliado (*Extended Qualia Set*). Para cada um dos quatro papéis *Qualia* foi especificado um Conjunto de *Qualia* Ampliado, ou seja, foram especificados subtipos de um dado papel *Qualia* que são coerentes com a sua interpretação.

A partir dos itens lexicais “nadador” e “peixe”, vejamos algumas razões linguísticas para que seja incluído o Conjunto de *Qualia* Ampliado na captura de similaridades entre palavras pertencentes às mais diversas áreas conceituais.

Um nadador é claramente um indivíduo cuja função típica é “nadar” (nos exemplos que seguem, os termos entre “<” e “>” são de unidades semânticas (SemUs)):

$$\left[\begin{array}{l} \text{nadador} \\ \\ Qualia = \left[\begin{array}{l} \text{FORMAL} = \text{isa}(<\text{nadador}>, <\text{pessoa}>) \\ \text{TELIC} = \text{is_the_activity_of}^{10} (<\text{nadador}>, <\text{nadar}>) \end{array} \right] \end{array} \right]$$

No processo de decodificação da semântica do item lexical “peixe”, pode-se querer codificar a informação de que uma das atividades típicas de um peixe é nadar. Permutando-se os dois nomes com um adjetivo, poder-se-á perceber o comportamento linguístico diferente dos dois itens lexicais:

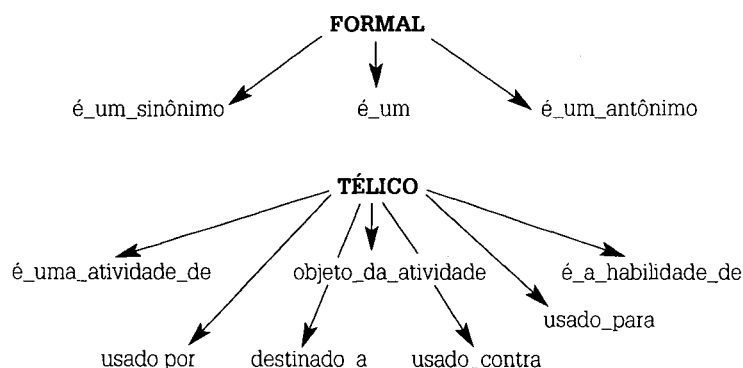
- (1) *um velho nadador*
 - (i) uma pessoa que é velha e que nada.
 - (ii) uma pessoa que nada há muito tempo.
- (2) *um velho peixe*
 - (i) um peixe que é velho.
 - (ii) um peixe que nada há muito tempo. **

A informação de que um peixe “nada” não faz parte corretamente da dimensão télica, i.e, não funciona como um objetivo hereditário. A propriedade de nadar não acrescenta uma informação télica para o item, mas especifica o “peixe” na sua dimensão constitutiva/física. Por esta razão, a informação de que um peixe nada é expressa no papel Constitutivo de *Qualia*, por meio da relação *Constitutive_activity*:

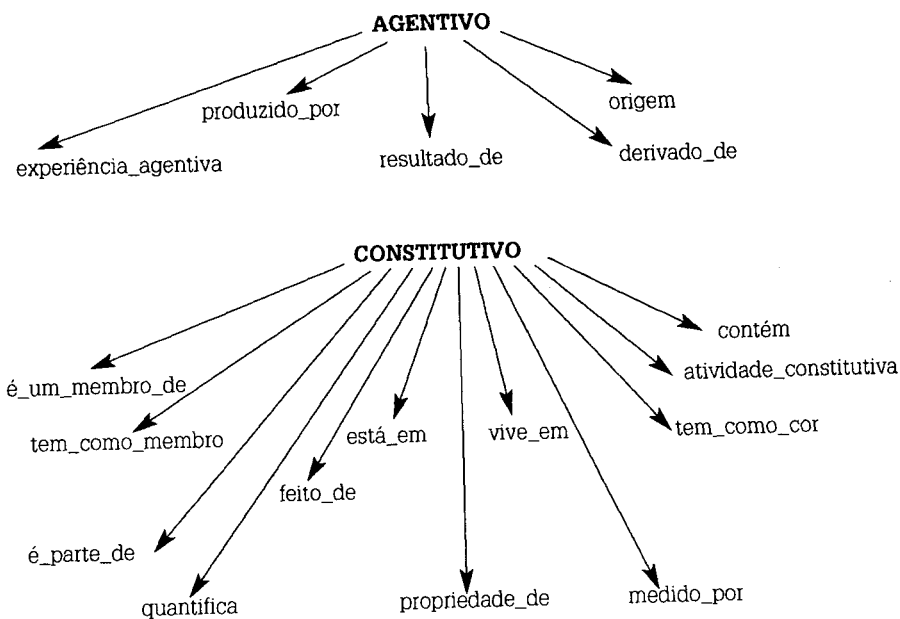
¹⁰ É uma relação da *Qualia* Ampliada e significa “É_a_atividade_de”.

$$\left[\begin{array}{l} \text{peixe} \\ \\ \text{Qualia} = \left[\begin{array}{l} \text{FORMAL} = \text{ISA}(\langle \text{peixe} \rangle, \langle \text{animal} \rangle) \\ \text{CONST} = \text{Constitutive_activity}^{11} (\langle \text{peixe} \rangle, \langle \text{nadar} \rangle) \end{array} \right] \end{array} \right]$$

Em nosso modelo de representação, para que fosse possível resgatar as dimensões do significado de um item homônimo, lançamos mão de uma codificação de base relacional, a partir das possibilidades decomposicionais que nos oferece a noção da Estrutura *Qualia* de Pustejovsky (1995) e da Estrutura *Qualia* Ampliada de SIMPLE (LENCI, 1999). Desse modo, a ambigüidade semântica entre formas homônimas será tratada por meio de papéis formais, constitutivos, télicos e agentivos de acordo com a informação lingüística que cada unidade homônima carrega consigo. Por meio da caracterização das informações nesses quatro tipos de papéis, o significado da *forma*¹ ou *forma*² ou *forma*³ será recuperado de forma desambiguada. Além disso, a relação semântica que o item homônimo mantém com um outro item lexical de um repertório lexical oferecerá indícios para a sua desambiguação. E ainda, a formalização em uma base ontológica poderá, ainda, suprir eventuais ambigüidades que o conceito do item homônimo poderá gerar, dependendo do contexto no qual encontrar-se-á inserido. Os valores dos papéis *Qualia* da Unidade Semântica (SemU) são apresentados por meio de relações entre SemU e outras SemUs que especificam a natureza dessas relações. O conjunto de relações proposto para representar a informação *Qualia* contém as relações que estão disponíveis no Léxico Gerativo e também as que foram introduzidas em SIMPLE. De forma esquemática, cada papel da Estrutura *Qualia* possui as seguintes relações semânticas:



¹¹ É uma relação da *Qualia* Ampliada e significa "Atividade_constitutiva".



De posse de todas as informações que julgamos necessárias para a construção do paradigma da nossa BCL, a saber,

- informação ontológica¹² (subdividida em *Tipo*, que corresponde ao hipônimo; *Supertipo*, que corresponde ao hiperônimo e *Domínio*);
- informação *Qualia* (papéis Formal, Agentivo, Télico e Constitutivo);
- informação morfossintática (*Rep_PDD*, i.e., Representação das partes do discurso e *Rep_Morf*, i.e., Representação morfológica);
- informação definicional, i.e., a definição extraída do dicionário de base, representada por *Glossário*;
- informação pragmática¹³, i.e., a contextualização do uso do item homônimo, representada por *Exemplo*;

permitimo-nos legitimar o seguinte modelo de BCL, que ora visualizamos por meio do exemplo da forma homônima *banco*:

¹² Para esse tipo de trabalho, elaboramos uma Ontologia de conceitos que procura representar o conhecimento de mundo por meio de categorias de representação, divididas em Classes Fundamentais (Tipo e Supertipo) e Domínios. Como amostragem, temos as categorias "1. Entidade", "1.1. Entidade Concreta", "1.1.1. Localização", "1.1.2. Manufaturado", "1.1.3. Alimentos", "1.1.4. Entidade Viva"; "1.2. Entidade Abstrata", "1.2.1. Tempo", "1.2.2. Fato Cognitivo", "1.2.3. Padrão Moral", "1.2.3.4. Doutrina"; "2. Escopo"; "3. Agentivo"; "4. Constitutivo"; "5. Propriedade"; "6. Representação"; "7. Evento" para as Classes Fundamentais e "Alimento", "Agricultura/Pesca/Silvicultura", "Negócios", "Serviços", "Atividades Artesanais", "Indústria de Transformação", "Construção", "Política e Governo", entre outros, para Domínios. A estrutura arbórea completa dessa Ontologia, com exemplificação de inserções de lexias para cada categoria ou sub-categoria, pode ser vista em Zavaglia (2002).

¹³ Os exemplos foram extraídos de um *corpus* fundamental de 11 milhões de palavras do Laboratório de Estudos Lexicográficos da Unesp de Araraquara.

banco [0_1 / 0_2]	
HomoU¹⁴:	"banco\$0_1"
SemU¹⁵:	<banco>
DesamU¹⁶:	"objeto\$P_1"
Tipo:	[Mobília]
Supertipo:	[Manufaturado]
Domínio:	Móveis (Mobiliária)
Formal:	é_um(<banco>,<objeto>)
Agentivo:	<Nil ¹⁷ >
Constitutivo:	feito_de(<banco>,<pedra>)
	feito_de(<banco>,<madeira>)
	é_parte_de(<banco>,<mobília>)
Télico:	usado_para(<banco>,<sentar>)
Glossário:	Objeto alongado, com ou sem encosto, em que várias pessoas podem assentar-se
Exemplo:	<i>Não sei se por causa do vinho, quando me larguei, ou me largaram no banco traseiro do carro, pareceu-me ver, sentado na calçada, meu superego arrancando os cabelos</i> (CP)
Rep_PDD:	NOME
Rep_Morfo:	MASC SING

⇒¹⁸

HomoU:	"banco\$0_2"
SemU:	<banco>
DesamU:	"empresa\$P_1"
Tipo:	[Local Construído]
Supertipo:	[Localização]
Domínio:	Sistema Bancário
Formal:	é_um(<banco>,<empresa>)
Agentivo:	<Nil>
Constitutivo:	está_em(<banco>,<cidade>)
Télico:	usado_para(<banco>,<depositar_dinheiro>)
	usado_para(<banco>,<emprestar_dinheiro>)
Glossário:	Empresa financeira que opera com dinheiro, títulos e outros valores, onde se deposita dinheiro e que pode emprestar dinheiro
Exemplo:	<i>Dessa vez desceu um senhor engravatado, coisa difícil por ali, com ares de gerente de banco</i> (CP)
Rep_PDD:	NOME
Rep_Morfo:	MASC SING

Tabela 2 – Forma homônima BANCO

¹⁴ Unidade Homônima.

¹⁵ Unidade Semântica.

¹⁶ Unidade Desambiguadora.

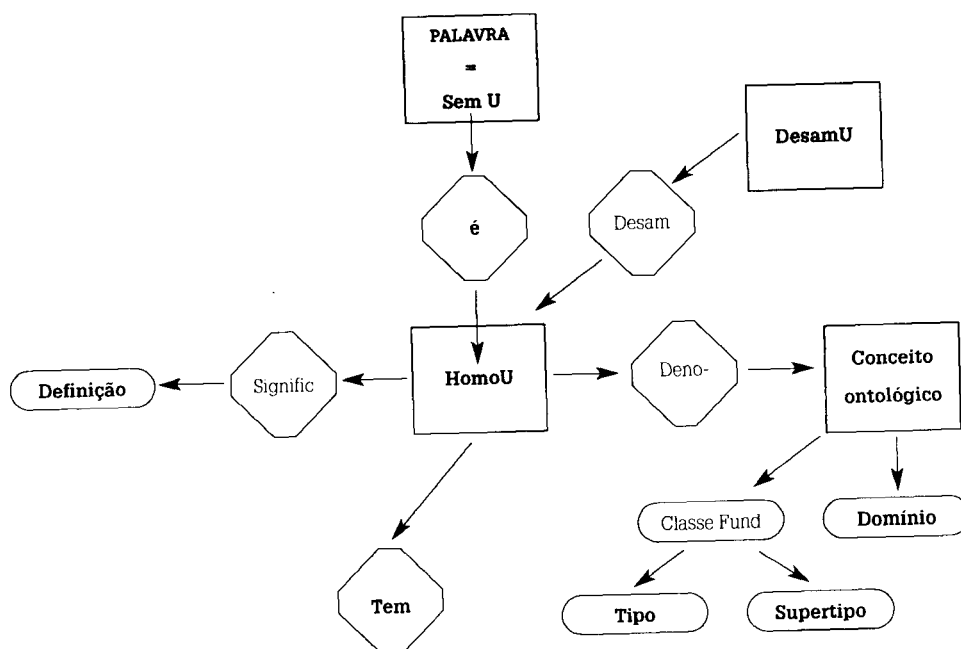
¹⁷ O símbolo <Nil> é usado quando o elemento não sofre variação na composição.

¹⁸ Essa flecha indica que as duas tabelas encontram-se correlacionadas.

Por meio de uma representação gráfica (diagrama), pretendemos tornar explícitos os vínculos que cada uma dessas informações possui com a unidade homônima em questão, em que:

- Entidades são: **SemU** (Unidade Semântica); **HomoU** (Unidade Homônima); **DesamU** (Unidade Desambiguadora). Toda **SemU** possui pelo menos duas **HomoU**, já que estamos tratando de formas homônimas. Exemplo: a **SemU** <banco> possui duas **HomoU**, a saber: "banco\$0_1" e "banco\$0_2". Toda **HomoU** possui uma **DesamU**: "banco\$0_1" possui a **DesamU** "objeto\$P_1" e "banco\$0_2" possui a **DesamU** "empresa\$P_1".
- Relacionamentos são os vínculos "é", "tem", "significa", "denota", "desambigua".
- Relações semânticas são rótulos de arcos que ligam dois nós. Por exemplo, em "banco\$0_1": os nós <banco> e <objeto> são ligados pelo arco de rótulo "é_um"; <banco> e <pedra> por "feito_de"; <banco> e <tecido> por "feito_de"; <banco> e <mobília> por "é_parte_de" e <banco> e <sentar> por "usado_para". Essas relações semânticas se encontram na *Estrutura Qualia*. Vejamos o diagrama:

Diagrama das entidades/relacionamentos



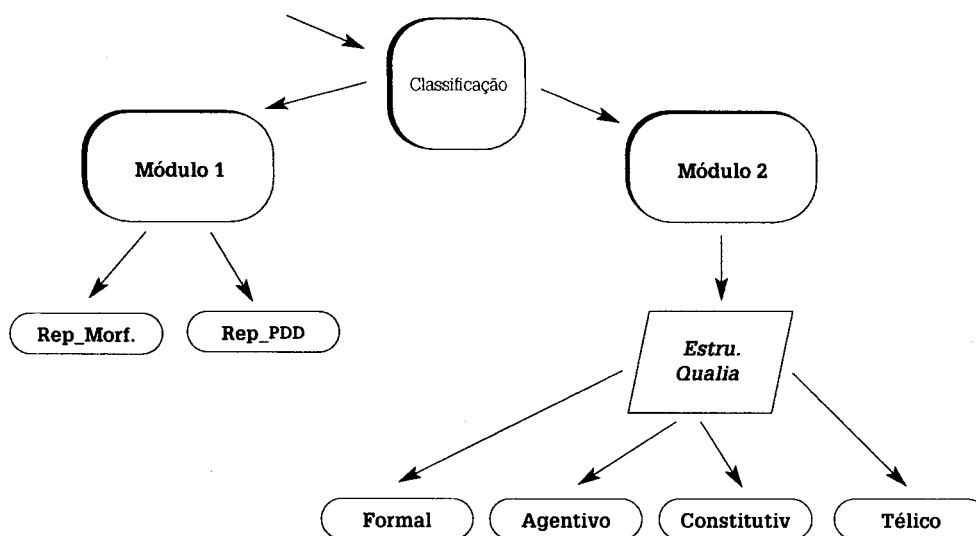


Figura (1) Diagrama Entidades/Relacionamento

Considerações finais

A Estrutura *Qualia* do Léxico Gerativo serviu como estrutura representacional para expressar partes do aspecto componencial do significado lexical, na medida em que se demonstrou capaz de resgatar ou de capturar diferentes graus de complexidade entre itens lexicais e de sustentar, ainda, um conjunto de inferências que está disponível para *default*, ou melhor, essas inferências são usadas como um padrão a ser seguido. Para cada um dos quatro papéis *Qualia*, especificamos um Conjunto de *Qualia* Ampliado, ou seja, esmiuçamos subtipos de um dado papel *Qualia* por meio de diversas relações semânticas, dependendo das características intrínsecas a cada papel *Qualia*. A BCL conta hoje com cerca de 200 formas homônimas de categoria nominal, estruturadas e organizadas segundo o modelo exposto.

Como resultado concreto de nossas pesquisas, análises e investigações, nos propusemos a apresentar uma versão computacional de nosso modelo de Base de Conhecimento Lexical – BCL que foi implementada pelo Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional – NILC da Universidade de São Paulo – USP/São Carlos que se encontra residente no próprio NILC, em uma máquina servidora, com a seguinte configuração: Pentium II MMX, 266 MHz, 128 Mb RAM, com sistema operacional Windows 2000 Server (ZAVAGLIA, 2002).

Agradecimentos

Ao CNPq pelo auxílio financeiro concedido em ocasião do doutorado sanduíche realizado no *Istituto di Linguistica Computazionale di Pisa* – ILC, onde parte desta pesquisa foi desenvolvida, sob a coordenação da Prof. Nicoletta Calzolari, à coordenadora do NILC – Profa. Dra. Maria das Graças Volpe Nunes e à computóloga Juliana Greggi pelo apoio e estímulo recebidos para a implementação computacional da BCL e à Profa. Dra. Maria Tereza Camargo Biderman, orientadora e incentivadora.

ZAVAGLIA, C. Homonymy in Portuguese: the use of Pustejovsky's Qualia structure approach to foster computational implementations. *Alfa*, São Paulo, v.47, n.2, p.77-99, 2003.

- **ABSTRACT:** *This paper applies Pustejovsky's Qualia structure approach to describe homography in Brazilian Portuguese and highlights specific linguistic strategies for treating the phenomenon within the natural language processing domain. Pustejovsky's quale roles – Formal, Telic, Agentive and Constitutive – were selected as semantic devices to aid natural language processing systems in the task of lexical disambiguation. The proposal was implemented in a toy Lexical-Knowledge-Base system where lexical items are interrelated by quale roles*
- **KEYWORDS:** *Homonymy; Qualia structure; lexical knowledge base; natural language processing.*

Referências bibliográficas

- AMSLER, R. A. *The structure of the Merriam-Webster pocket dictionary*. 1980. Dissertation (Phd) – University of Texas, Austin, 1980.
- ARISTOTELES: vida e obra. São Paulo: Nova Cultural, 2000. (Os Pensadores).
- BEZERRA, M. A. Leitura e escrita: condições para aquisição de vocabulário. *Intercâmbio*. Disponível em: <[Http://lael.pucsp.br/intercambio/08bezerra.ps.pdf](http://lael.pucsp.br/intercambio/08bezerra.ps.pdf)>. Acesso em: 29 maio 2002.
- BIDERMAN, M. T. C. A estruturação mental do léxico. In: *ESTUDOS de filologia e lingüística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum*. São Paulo: T. A. Queiroz, Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. p. 131-145.
- _____. Léxico e vocabulário fundamental. *Alfa*, São Paulo, v. 40, p. 27-46, 1996.
- _____. *Dicionário didático de português*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1998a.
- _____. A face quantitativa da linguagem: um dicionário de freqüências do português. *Alfa*, São Paulo, n.42, n.esp. p.161-181, 1998b.
- _____. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUIERDO, A. N. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1998c. p.11-20.
- BINOT, J. L. et al. Représentation sémantique et interpretation dans une interface en langage naturel. *Le Français Moderne*, Paris, v.59, n.1, p. 57-84, 1991.

- BOGAARDS, P. *Le vocabulaire dans l'apprentissage des langues étrangères*. France: Hatier/Didier, 1994.
- BUTTON, G. et al. *Computadores, mentes e conduta*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.
- CALZOLARI, N. et al. Acquiring and representing semantic information in a lexical knowledge base. In: WORKSHOP ON LEXICAL SEMANTICS AND KNOWLEDGE REPRESENTATION, 1., 1991, Berkeley. *Proceedings...* California: ESPRIT BRA-3030 ACQUILEX WP N.016, 1991.
- CALZOLARI, N. et al. SI-TAL- Documento di specifiche tecniche di SI-TAL: manuale operativo. In: _____. *ItalwordNet: rete semantico-lessicale per l'italiano*. Pisa: Consorzio Pisa Ricerche (CPR), Istituto Trentino di Cultura, Istituto per la Ricerca Scientifica e Tecnologica – (ITC-INST.), 2000. Capitolo 2.
- CARVALHO, P. C. Q. da F. *Gramáticas de resolução de ambigüidades resultantes da homografia de nomes e adjetivos*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001.
- DEL FIORENTINO, M. C. *Estrazione di informazione semantica da un dizionario-macchina della lingua italiana: problemi di disambiguazione e di riorganizzazione delle tassonomie semantiche*. 1995. Tesi (Laurea) – Università degli Studi di Pisa, Facoltà di Lettere e Filosofia, Pisa, 1995.
- HAGÈGE, C.; DUARTE, I. Construção de gramáticas formais para o processamento da linguagem natural. MATEUS, M. H.; BRANCO, A. H. (Org.) *Engenharia da Linguagem*. Lisboa: Colibri, 1995. p. 71-93.
- HATHOUT, N. Pour la construction d'une base de connaissances lexicologiques à partir du Trésor de la Langue française: les maqueurs superficiels dans les définitions spécialisées. *Cahier de lexicologie: Revue Internationale de Lexicologie et de Lexicographie*, Paris, v.68, p. 137-173, 1996.
- LEFFA, V.J. A resolução da ambigüidade lexical sem apoio do conhecimento de mundo. *Revista Intercâmbio*, São Paulo, v.6, pte1, p. 869-889, 1998.
- LENCI, A et. al. *SIMPLE – Semantic Information for Multifunctional Plurilingual Lexica*: linguistic specifications: deliverable D2.1. Pisa: University of Pisa and Institute of Computational Linguistics of CNR, 1999.
- MEDEIROS, M. B. B. *Tratamento automático de ambigüidades na recuperação da Informação*. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 1999.
- PICOCHÉ, J. *Precis de lexicologie française: l'étude et l'enseignement du vocabulaire*. Paris: Nathan, 1992.
- PUSTEJOVSKY, J. *The generative lexicon*. Cambridge: The MIT Press, 1995.
- ZAVAGLIA, C. A homonímia e o computador. *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, v.28, p. 738-743, 1999.
- _____. *Análise da homonímia no português: tratamento semântico com vistas a procedimentos computacionais*. 2002. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências de Letras – UNESP, Araraquara, 2002.

Bibliografia consultada

- BIDERMAN, M. T. C. Polissemia versus homonímia. In: SEMINÁRIO DO GEL, 38., 1991, Franca. *Anais...* Franca: União das Faculdades Francanas, 1991. p. 283-290.
- _____. *Dicionário de frequências do português contemporâneo*. [S. l.: s.n.], 1997. 1 Disquete
- _____. O dicionário como norma na sociedade. In: ENCONTRO NACIONAL DO GT DE LEXICOLOGIA, LEXICOGRAFIA E TERMINOLOGIA DA ANPOLL, 1., 1997, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Ed. Universitária UFPE, 1997. p.161-180.
- _____. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUIERDO, A. N. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1998. p.129-142.
- BOGURAEV, B. et al. Acquisition of lexical knowledge for natural language: processing systems. In: *Technical Annex. ESPRIT BRA – 3030*, Cambridge (UK), 1988.
- CHISHMAN, R. L. de O. *A teoria do léxico gerativo: uma abordagem crítica*. 2000. Tese (Doutorado) – Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- EVENZ, M. W. (Ed.). *Relational models of the lexicon: representing knowledge in semantic networks*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- REHFELDT, G. K. *Polissemia e campo semântico: estudo aplicado aos verbos de movimento*. Porto Alegre: EDURGS/FAPA/FAPCCA, 1980.
- RICH, E. *Inteligência artificial*. Tradução de Newton Vasconcelos. São Paulo: McGraw-Hill, 1988.
- SPANU, A. *Pluridimensionalità delle tassonomie del dizionario*. Pisa, 1995. ILC – LDB n.2 (T.152), CNR – ILC.

A CONSTRUÇÃO DE UM *THESAURUS* ELETRÔNICO PARA O PORTUGUÊS DO BRASIL

Bento Carlos DIAS-DA-SILVA¹

Helio Roberto de MORAES²

- RESUMO: Este trabalho discute o equacionamento lingüístico da construção de um *Thesaurus Eletrônico para o Português do Brasil*. Na introdução, contextualizamos esse equacionamento no domínio da pesquisa em processamento automático de línguas naturais. Na sequência, apresentamos, na seção 2, a representação lingüístico-computacional da sinonímia e da antonímia e exemplificamos o processo de compilação dessas relações de sentido em dicionários do português do Brasil. Na seção 3, justificamos a seleção dos dicionários enquanto o *corpus* de referência e propomos uma tipologia dos problemas decorrentes da escolha desse tipo de *corpus* para a montagem do *thesaurus*. Na seção 4, complementamos a discussão com a descrição das principais características de uma ferramenta computacional de autoria, projetada para agilizar o processo de montagem da base de dados lexicais do *thesaurus*: o Editor do *Thesaurus*. Por fim, pontuamos as estatísticas atuais do *thesaurus* e futuros desdobramentos.
- PALAVRAS-CHAVE: *Thesaurus* eletrônico; sinonímia; antonímia; *WordNet*.

Introdução³

Este artigo descreve as principais etapas lingüísticas envolvidas na construção de um *thesaurus*⁴ eletrônico para o Português do Brasil (TeP), um tipo específico de dicionário eletrônico de sinônimos e antônimos, que, acoplado a ferramentas computacionais de auxílio à expressão escrita, soma-se a outras obras de referência em meio digital, como dicionários e gramáticas (FLEXNER, 1997). O TeP tem por finalidade oferecer ao usuário da língua portuguesa a opção *on line* de palavras sinônimas e antônimas que ele, por motivos de estilo, precisão, adequação comunicativa, correção ou aprendizagem, desejar substituir (ILARI; GERALDI, 1985).

A construção do TeP tomou por base Saint-Dizier e Viegas (1995) e Dias-da-Silva

¹ Departamento de Letras Modernas – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil. E-mail: bento@fclar.unesp.br.

² Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa – Faculdade de Ciências e Letras (Mestrando-CNPq) – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil. E-mail: helio_de_moraes@ig.com.br.

³ Agradecemos ao revisores anônimos pelas sugestões que contribuíram para a lapidação do texto.

⁴ Projeto desenvolvido no NILC (Núcleo Interinstitucional de Lingüística Computacional) com apoio da FINEP, Programa PADCT-III-CDT/MCT, PROCESSO RC: 3.1.3-0012/98 – Convênio: 8.8.98.059.00.

(1998) que, além de proporem uma metodologia específica, fornecem os subsídios lingüísticos e computacionais essenciais para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares de elaboração de sistemas computacionais que visam à simulação de fenômenos e fatos da linguagem humana.

Como decorrência desse recorte teórico-metodológico, a complexa tarefa de compilação do TeP foi decomposta em um conjunto de atividades complementares, agrupadas, segundo sua natureza, em três domínios: lingüístico, da representação e da implementação (DIAS-DA-SILVA, 1998). Nos domínios lingüístico e da representação, as atividades de pesquisa concentraram-se na fundamentação, delimitação, extração, filtragem e representação formal do que denominamos “conhecimentos lingüístico e metalingüístico”, em oposição aos “conhecimentos computacional e metacomputacional”.

No domínio da implementação, as atividades, fundamentadas em estratégias e resultados de discussões delineados nos domínios anteriores, foram subdivididas em três tarefas distintas. A primeira, eminentemente computacional, consistiu na implementação de uma ferramenta computacional de autoria para a montagem da base de dados lexicais do TeP, isto é, uma base relacional de dados, no sentido computacional do termo, que contém os dados e a representação computacional interna do TeP. Essa ferramenta desempenhou três funções bastante distintas: função de editor, que possibilitou ao lingüista inserir e editar os verbetes do thesaurus; função de sistema de coleta e gerenciamento de dados, pela qual a ferramenta armazena os verbetes inseridos pelo lingüista sob a forma de uma base relacional de dados; função de gerador, que, a partir dos verbetes inseridos na base, torna-a capaz de gerar automaticamente novos verbetes. A segunda tarefa, essencialmente lingüística, concentrou-se na inserção de verbetes na base, tarefa que, como veremos oportunamente, consistiu em inserir conjuntos de sinônimos e antônimos. A terceira, por fim, também computacional, consistiu na implementação de rotinas computacionais cuja finalidade é converter a base no TeP propriamente dito.

Neste trabalho, restringimos a discussão a três dos principais problemas enfrentados nos Domínios Lingüístico e Representacional: (i) a especificação de uma representação lingüístico-computacional das relações de sinonímia e antonímia, que são as relações constitutivas e estruturadoras do TeP; (ii) o processo de extração dessas relações de um conjunto de quatro dicionários do português, selecionados como o *corpus* de referência; (iii) a caracterização e o enfrentamento dos problemas mais recorrentes durante o processo de refinamento do processo de compilação de sinônimos e antônimos para a montagem do TeP. Para complementar a exposição, esboçamos o editor do *thesaurus*, uma ferramenta computacional de autoria que auxilia na montagem dos verbetes e contribui para minimizar as principais inconsistências observadas em obras semelhantes publicadas em meio impresso.

A próxima seção apresenta a representação formal das relações de sinonímia e antonímia que tornou possível a implementação do editor e da conseqüente montagem e gerenciamento computacional da base de dados lexicais do TeP.

Os conjuntos de sinônimos

A busca de resolução do problema que acabamos de explicitar na seção anterior foi motivada pela construção da rede *WordNet*, descrita em Miller e Fellbaum. (1991). Desse empreendimento, utilizamos três constructos básicos. O *synset*, isto é, um conjunto de sinônimos ou quase-sinônimos (inglês *synonym set*), elemento formal que possibilita a representação computacional dessa relação. A “matriz lexical”, outro elemento formal que especifica uma correspondência biunívoca entre sentido e *synset*. A idéia de matriz lexical parte da hipótese de que, dado um *synset* bem-formado, o falante é capaz de inferir, a partir das unidades lexicais que o compõem, o sentido expresso pelo conjunto. Trata-se do princípio psicolinguístico de ativação de conceitos, na mente do falante, por meio da interpretação do conjunto de formas lexicais relacionadas pela sinonímia. Dessa forma, não há necessidade de se explicitar o valor semântico de cada conjunto de sinônimos por meio de um rótulo conceitual ou de uma definição. Por fim, a “indexação rotulada”, que formaliza a relação de antonímia por meio de indexadores rotulados especificados entre pares de *synsets* que apontam para sentidos opostos.

Do ponto de vista formal, a rede *WordNet* pode ser entendida como uma base relacional de dados que sistematiza uma parcela do léxico de uma língua – substantivos, verbos, adjetivos e advérbios – em termos de uma rede de quatro relações: sinonímia, antonímia, hiponímia e meronímia (LYONS, 1979; CRUSE, 1986).

O construto básico dessa base, o *synset*, é responsável pela estruturação da rede. É importante salientar que o *synset* não define um conceito, mas fornece informação suficiente para que os locutores identifiquem o conceito por ele evocado. Vale também observar que a noção de sinonímia adotada é aquela que preconiza que dois termos são sinônimos se existir algum contexto em que ambos puderem ser intersubstituíveis, sem que haja alteração substancial do significado, posto que, em última instância, são os locutores que decidem o grau de sinonímia existente entre as expressões de uma língua (CRUSE, 1986; ILARI; GERALDI, 1985).

Do ponto de vista computacional, os *synsets* são conjuntos munidos de dois tipos de ponteiros que representam dois tipos de relações entre os conjuntos: ponteiros que especificam relações léxico-semânticas (sinonímia e antonímia), relações entre formas, e ponteiros que especificam relações conceptuais (hiponímia e meronímia), relações entre conceitos atualizados por formas.

Do ponto de vista da implementação, a rede *WordNet* é composta de: (a) arquivos preparados por lexicógrafos (ALs), (b) um programa que converte esses arquivos em uma base de dados (DB), (c) rotinas de busca e (d) interfaces para a apresentação da informação a partir da base de dados. Nos ALs, substantivos, verbos, adjetivos e advérbios estão sistematizados em conjuntos de sinônimos; a relação de antonímia, quando pertinente, é especificada entre pares desses conjuntos. O programa que converte os ALs na DB é também responsável pela codificação dessas relações. As diferentes

interfaces de acesso à DB utilizam uma biblioteca comum de rotinas criadas para exibir os diversos tipos de relação.

Devido à adoção do modelo de representação proposto para a rede *WordNet*, a laboriosa tarefa de construção da base do TeP, em termos operacionais, ficou reduzida à especificação de conjuntos (os sinônimos) e de relações entre conjuntos (os antônimos). O esquema, a seguir, ilustra a estrutura típica de um verbete:

Entrada n (categoria X)

Acepção n.1

Conjunto de Sinônimos

Conjunto de Antônimos

Acepção n.m

Conjunto de Sinônimos

Conjunto de Antônimos

Nesse esquema, n é o número de identificação da entrada, X representa uma das quatro categorias gramaticais, substantivo, verbo, adjetivo ou advérbio, e n.1... n.m são os números de identificação das acepções da entrada n.

Criando conjuntos de sinônimos

Esta seção tem por objetivo exemplificar o processo de seleção e filtragem da informação lexical para a base do TeP. Tomamos como fonte de informações Weiszflog (1998), um dos componentes do *corpus* de referência, que será apresentado na seção 3. Ressaltamos que, embora a base do TeP seja composta de substantivos, adjetivos, verbos e advérbios, neste artigo vamos focalizar nossa atenção na categoria verbal.

A extração de informações léxico-semânticas a partir de verbetes de dicionários exigiu a observância de dois princípios. O primeiro refere-se ao cuidado que precisamos tomar quando analisamos as definições utilizadas nos verbetes durante o procedimento de extração da informação léxico-semântica pertinente para o *thesaurus*. A análise dos verbetes das obras de referência demonstrou que é freqüente a substituição de sinônimos por paráfrases. Por exemplo, no verbete "prolongar", a primeira acepção diz: "dar maior comprimento". Essa paráfrase é o mesmo que "encompridar", cuja definição, no mesmo dicionário, é "tornar mais comprido".

O segundo refere-se à importância de se considerar o componente aspectual do significado de cada vocábulo ou expressão, pois o aspecto é parte integrante do seu significado, não podendo ser ignorado. Por exemplo: "cochichar" é definido como "falar em voz baixa". Embora "cochichar" seja definido como "falar", não podemos dizer que "cochichar" seja sinônimo de "falar", pois não se trata de sinonímia, mas de troponímia, isto é, uma relação de sentido definida por "x é y de um certo modo" (MILLER;

FELLBAUM, 1991), ou seja, "cochichar" é o mesmo que "falar" de um certo modo. Mas essa restrição deve ser observada com cautela, pois há casos em que não estamos diante da troponímia. Por exemplo, não há a relação aspectual de troponímia entre "labutar" e "trabalhar com intensidade", porque "labutar" não é o mesmo que "trabalhar" de um certo modo.

Feitas essas considerações, tomemos um exemplo concreto, o verbo "lembrar", para ilustrar o procedimento de filtragem. Partimos do seguinte verbete do dicionário:

lembrar

v. 1. Tr. dir. Trazer à memória; recordar. 2. Tr. ind. Vir à idéia, tornar-se recordado. 3. Pron. Recordar-se, ter lembrança de. 4. Tr. dir. Fazer vir à memória por analogia ou semelhança. 5. Tr. dir. Advertir, notar. 6. Tr. dir. Sugerir. 7. Tr. dir. Recomendar.

Ao examinarmos a informação do verbete, identificamos quatro acepções, representadas em termos dos seguintes conjuntos de sinônimos:

{lembrar, recordar}
{lembrar, advertir, notar}
{lembrar, sugerir}
{lembrar, recomendar}

Observamos que a acepção 3 apresenta uma forma pronominal, com o sentido de "processo", o que nos autoriza construir o conjunto:

{lembrar-se, recordar-se}

Terminada essa montagem preliminar dos conjuntos, passamos a verificar a consistência da informação extraída do verbete "lembrar". Para isso, o próximo passo consiste em consultar, preferencialmente nesta ordem, os seguintes verbetes "recordar", "recordar-se", "advertir", "notar", "sugerir" e "recomendar", processo fundamental para a ampliação dos conjuntos de sinônimos.

Tomemos, então, o verbete "recordar":

re.cor.dar

v. 1. Tr. dir. Trazer à memória. 2. Pron. Lembrar-se. 3. Tr. dir. Fazer lembrar; ter analogia ou semelhança com; parecer. 4. Tr. ind. Lembrar.

Essa consulta confirma os dois conjuntos existentes, {lembrar, recordar} e {lembrar-se, recordar-se}, e permite construir um novo conjunto: {recordar, parecer}.

Esse procedimento deve prosseguir até esgotarmos todos os verbetes "atingíveis" a partir do verbete "lembrar". Terminado esse procedimento, retomamos a ordem alfabética.

Suponhamos, agora, que estamos consultando o verbete “esquecer”:

es.que.cer

v. 1. Tr. dir. Deixar sair da memória; perder a memória de; tirar da lembrança; olvidar. 2. Pron. Perder a lembrança ou a memória; olvidar-se. 3. Tr. dir. Não fazer caso de, pôr em esquecimento. 4. Tr. ind. e intr. Escapar da memória, ficar em esquecimento: Esqueceu-lhe o final do discurso. Seu prestígio foi momentâneo, passou e esqueceu. 5. Tr. dir. Descurar-se de: Não esquecia as suas tarefas. 6. Pron. Perder a ciência ou a habilidade adquiridas: Já me esqueci do latim. 7. Pron. Descuidar-se: Meu secretário esqueceu-se de tudo. 8. Intr. Ficar dormente ou tolhido, perder a sensibilidade: Naquela má posição a perna esqueceu.

Filtrando a informação desse verbete, obtemos os seguintes conjuntos:

{esquecer, olvidar},
{esquecer-se, olvidar-se},
{esquecer-se, descuidar-se, descurar-se}.

Apesar do verbete apresentar “descurar-se” e “descuidar-se” em acepções diferentes, a inserção de “descuidar-se” e “descurar-se” em um mesmo conjunto justifica-se por duas constatações: esse mesmo dicionário apresenta “descurar-se” como sinônimo de “descuidar-se” no verbete “descurar”.

Note-se que, em nenhum dos verbetes transcritos, foram mencionados antônimos. Mas a oposição de sentido entre “lembrar/esquecer” é evidente. Esse fato é, entretanto, registrado por meio de paráfrases. Com efeito, no verbete “lembrar”, temos “trazer à memória” e, no verbete “esquecer”, várias paráfrases são apresentadas: “deixar sair da memória; perder a memória de; tirar da lembrança”. Isso nos autoriza estabelecer entre os conjuntos {lembrar, recordar} e {esquecer, olvidar} a relação de antonímia.

Ressaltamos que o procedimento de seleção e filtragem do verbete “lembrar” aqui descrito é apenas um recorte. Nossos “percursos” por todas as obras do nosso *corpus* de referência permitiram a montagem do conjunto {lembrar, amentar², recordar, relembrar, rememorar, ver}.

A próxima seção apresenta os dicionários que compõem o *corpus* de referência.

Seleção e filtragem de informações léxico-semânticas

O corpus de referência

A compilação de dicionários, em geral, baseia-se em *corpus*, que são utilizados durante o procedimento de montagem dos verbetes e da complicadíssima discriminação dos diferentes sentidos que neles devem ser contemplados. Desnecessário dizer

que esse é um trabalho que demanda tempo e uma grande equipe. Uma alternativa para essa prática, proposta no âmbito da lexicografia computacional, é a reutilização de dicionários já existentes como *corpus* de referência (BRISCOE; BOGURAEV, 1989). Das obras disponíveis e analisadas, escolhemos Weiszflog (1998), Ferreira (1999), Barbosa (1999), Fernandes (1997) e Borba (1990).

Alguns fatos justificam a escolha. Essas obras são inegavelmente fontes de conhecimento lexical, seguem uma tradição centenária para a compilação dos verbetes, privilegiam o emprego de sinônimos e antônimos na especificação das diferentes acepções das entradas, foram elaboradas por significativo corpo de lexicógrafos e parte delas está disponível em meio digital, o que agiliza a extração da sinonímia e antonímia durante a montagem da base do TeP.

A escolha dessas obras como *corpus* de referência (C. R), porém, não está livre de problemas, uma vez que a maioria delas apresenta incoerências, lacunas e imprecisões. Ferreira (1999), por exemplo, foi severamente criticado por Cláudio Abramo, em matéria publicada no caderno “Mais” da *Folha de São Paulo* (23/01/2000). Como veremos nas seções seguintes, a reutilização de dicionários já prontos como ponto de partida para a extração das informações pertinentes exigiu grande cuidado para que fossem transportadas para a base do TeP informações seguras.

Origem dos problemas

Não podemos negar que os dicionários sejam importantes fontes de informação lexical. Sua utilização para fins de extração de informação de natureza linguística, entretanto, requer cautela. Parte do cuidado está no fato de observarmos que, em geral, dicionários são produtos comerciais. Em decorrência disso, acabam por seguir um padrão tradicionalmente aceito por consumidores (KILGARRIFF, 1997), e caracterizam-se por imprecisões que mesmo um usuário não especializado em práticas lexicográficas consegue detectar (ABRAMO, 2000).

As tarefas complexas que o lexicógrafo tem de enfrentar em seu cotidiano concentram-se nas seguintes: delimitar o número de acepções que consegue isolar para cada palavra selecionada para figurar como entrada e, uma a uma, defini-las e exemplificá-las com abonações. Como resume Kilgarriff (1997, p.102), para realizar essa tarefa, delimita um *corpus* e nele mergulha para garimpar seus lexemas. Nessa tarefa, utiliza-se dos seguintes procedimentos:

- reunir as concordâncias para o lexema a ser descrito;
- separar essas concordâncias em grupos, de tal forma que os membros de cada grupo compartilhem o maior número de traços morfossintáticos e semânticos;
- avaliar, para cada grupo, os traços que mantêm seus elementos unidos;
- codificar as descrições na metalinguagem da lexicografia.

O maior problema é a delimitação precisa do sentido de cada grupo de concordância, posto que, em geral, não há uma separação nítida entre os sentidos que veiculam. Para definir quais grupos serão “convertidos” em acepções do verbete, os lexicógrafos buscam os sentidos mais *frequentes* no uso, e menos *previsíveis* a partir de outros sentidos (KILGARRIFF, 1997). Porém, como cada dicionário segue estratégias de trabalho e padrões de excelência próprios, oriundos de decisões e escolhas muitas vezes *ad hoc*, a comparação entre verbetes de dicionários diferentes, e mesmo entre verbetes de um mesmo dicionário, apresenta diferenças consideráveis.

Embora o processo descrito acima não seja diretamente parte da rotina de compilação das entradas do TeP, sua compreensão é importante na análise dos tipos de distinções de acepções, e, portanto, de sentidos que podem ser encontrados nos dicionários de referência para a montagem da base de dados do TeP. Kilgarriff (1993), trabalhando com entradas do *Longman Dictionary of Contemporary English* (SUMMERS, 1995), encontrou quatro⁵ categorias diferentes de distinção de sentido, das quais três podem ser aplicadas a verbos. Essas categorias também são válidas para as obras de referência do TeP:

- *Metáfora Generalizante* – distinção entre um sentido específico, que é a palavra certa em um determinado contexto, e um sentido mais geral, que pode ser atribuído a uma série de situações; por exemplo, o verbete *marretar* (WEISZFLOG, 1998) apresenta: 1. *Bater com marreta em*, sentido mais específico (...). 3. *Es-pancar* (...), sentido menos específico.
- *Informação Pressuposta (Must-be-there)* – se existe uma situação em que um sentido de um lexema pode ser aplicado, então é uma consequência lógica que outro sentido também possa ser aplicado para outro aspecto da mesma realidade, como no verbete *casar* (WEISZFLOG, 1998): v. 1. *Tr. dir. Ligar pelo casamento, promover o casamento de*. 2. *Tr. dir. Realizar o casamento de*. 3. *Tr. dir. e pron. Aliar (-se), ligar(-se). (...)*. Nesse verbete, temos a ação sendo tomada do ponto de vista de quem realiza o casamento (acepções 1 e 2) e de quem se casa (acepção 3).
- *Mudança de Domínio* – essa distinção pode ser observada entre duas situações de uso de um lexema, cujos sentidos são de tal forma distantes entre si, que o lexicógrafo decide por estabelecer duas acepções diferentes, ainda que alguém possa argumentar que se trata de uma adaptação de sentido possível do mesmo lexema, dada uma situação ou entidade diferente que deve ser descrita. Weiszflog (1998), no verbete *levar*, registra: v. 1. *Tr. dir. Conduzir algo consigo de*

⁵ A quarta distinção, *Tipo*, é aplicada com maior frequência a substantivos. Isso pode ser reflexo da organização semântica específica dessa categoria, que segue uma hierarquização em que os conceitos lexicalizados se organizam em níveis, partindo dos mais abstratos para os mais específicos (MILLER; FELLBAUM, 1991).

um lugar para outro. 2. Tr. dir. Afastar, retirar. 3. Tr. dir. Arrastar, puxar. 4. Tr. dir. Conduzir, guiar.(...). Nesse verbete podemos observar que as acepções 1 e 4 possuem uma intersecção de sentido, mas a especificidade de cada uma justifica a separação, pois a acepção 1 pode perfeitamente ser substituída por *carregar*, o que não ocorre na acepção 4.

Essas distinções são recorrentes nas obras de referência escolhidas para a montagem da base de dados do TeP, e, muitas vezes, várias classificações são aplicáveis a uma mesma distinção, como veremos na seção 3.3. Para a compilação do TeP esse é um ponto importante: quanto mais distinções de sentido forem identificadas, mais segura será a informação oferecida pelo TeP. Portanto, essas distinções de sentido são um referencial para a análise dos problemas que surgem na difícil tarefa de delimitar o número de acepções, e, para cada acepção, especificar o seu valor semântico.

Tipos de problemas

Essa seção pretende apresentar os problemas mais recorrentes encontrados na tarefa de extração de informação lingüística dos verbetes dos dicionários. Há três tipos centrais de problemas, que Kilgarriff (1993) denomina: necessidade, consistência e centralidade.

Na compilação das entradas do TeP, é tarefa essencial refletir se um determinado traço semântico ou gramatical é condição necessária para um lexema em um determinado sentido. A importância de observarmos essa questão decorre da noção de sinonímia adotada, isto é, dois termos são sinônimos se existir um contexto em que os dois possam ser substituídos sem que haja prejuízo da significação (LYONS, 1979; ILARI; GERALDI, 1985). Isso limita sobremaneira o número de especificações gramaticais que um lexema deve ter para poder ser inserido em uma determinada acepção.

A verificação da consistência das entradas dos dicionários para a compilação do TeP implica basicamente a observação da simetria, uma característica importante da sinonímia, nem sempre observada pelos dicionários, que preconiza que: se A é sinônimo de B, B é obrigatoriamente sinônimo de A (MILLER; FELLBAUM, 1991).

O problema de centralidade de cada acepção de um verbete refere-se ao limite possível de variação de sentido admitido pela acepção. Esse limite corresponderia a uma suposta linha divisória de separação entre duas acepções. Esse problema é recorrente na construção do TeP, dado que não se pode considerar a sinônima uma relação transitiva: A é sinônimo de B, B é sinônimo de C, mas C não é sinônimo de A (LYONS, 1979).

Além de problemas como esses, cuidados, para evitar a transposição de im-

precisões para o TeP, devem ser observados. Na entrada do verbo “delimitar”, por exemplo, Weiszflog (1998), equivocadamente, indica o verbo “extremar” como seu sinônimo. Note-se, porém, que “extremar”, no sentido de “tornar extremo”, não é sinônimo de “delimitar”, que significa “demarcar”. Trata-se de uma imprecisão ortográfica, posto que o sinônimo pretendido para o verbo “delimitar” é o verbo “estremar”, grafado com “s”. Weiszflog (1998) é o único dicionário do *corpus* de referência que registra a forma “requestrar” com o trema. Borba (1990, p. 683) registra “espanadar” ao invés de “espadanar”.

Além dessas imperfeições de natureza ortográfica, há problemas no tratamento da homonímia e polissemia. Em outras palavras, os dicionários consultados nem sempre são consensuais quanto ao número de entradas que devem abrir para uma mesma forma (o problema da homonímia) ou ao número de acepções que registram para uma mesma entrada (o problema da polissemia). Para “apontar”, por exemplo, Weiszflog (1998) apresenta três entradas, Ferreira (1999) duas, e Borba (1990) apenas uma.

Essas arestas são, em geral, aparadas durante o processo de compilação da base de dados lexicais do TeP. Porém, os casos que envolvem as três classes de problemas acima listados e os tipos de distinção de sentidos descritos na seção 3.2 apresentam dificuldades bem maiores para os compiladores do TeP.

São esses casos que pretendemos apresentar na seção seguinte.

A filtragem da informação para o TeP

Os tipos de problemas exemplificados a seguir foram encontrados durante todo o processo de compilação dos verbos.

O primeiro tipo refere-se à metáfora generalizante. Os lexemas “acarar, encarar, arrostar” possuem o sentido de “ficar face a face”, e também possuem o sentido de “enfrentar”; portanto, esses dois sentidos poderiam ser incluídos em um mesmo conjunto na base de dados do TeP; por exemplo, poderíamos criar o conjunto {acarar, encarar, arrostar, confrontar, enfrentar}. Isso ocorre porque lexemas muito específicos, como “acarar”, passaram a denotar um sentido menos específico. Esse fato poderia gerar um problema para o usuário do TeP, pois ele não teria como definir o sentido de “ficar face a face”.

O inverso da metáfora generalizante também ocorre, ou seja, um sentido menos específico também denotar um sentido mais especificado. Por exemplo: os dicionários Ferreira (1999) e Weiszflog (1998) nos permitem, a partir da entrada “abastardar”, sugerir o seguinte conjunto de sinônimos {abastardar, alterar, corromper, decompor}. Porém, a pesquisa, a partir desses elementos, mostra que “alterar” nem sempre é registrado como sinônimo de “abastardar”. Esses dois exemplos demonstram como a identificação da metáfora generalizante é útil na resolução de problemas de centralidade de significado.

Os casos relacionados à metáfora generalizante, que geram dois conjuntos com elementos comuns e podem eventualmente confundir o usuário quanto ao valor semântico de cada conjunto, podem ser sanados facilmente com a inserção de frases-tipo para cada acepção, um refinamento previsto para o futuro. Por essa razão, a inserção das duas acepções, mesmo que semelhantes, é imprescindível para o TeP, e, portanto, com relação ao exemplo citado, foram criados os dois conjuntos: {acarar, encarar, arrostar} e {acarar, encarar, arrostar, confrontar, enfrentar}.

O problema de inserção do lexema “alterar” no conjunto {abastardar, corromper, decompor}, é que ele seria o único elemento do conjunto que não carregaria um traço disfórico. O fato é que “abastardar”, “corromper” e “decompor” significam “alterar de um certo modo”. Portanto, “alterar” não foi inserido no conjunto, pois esse lexema não se relaciona por sinonímia com os demais elementos do conjunto, e sim, por outra relação de sentido: a troponímia (MILLER; FELLBAUM, 1991, p.216).

O tipo de problema decorrente da interpretação de informação pressuposta pode ser percebido neste exemplo selecionado no verbete “visualizar”. Para ele, Borba (1990) apresenta uma única acepção: “perceber pela visão, conceber (sem ver) uma imagem mental de”. O primeiro segmento da definição (“perceber pela visão”) é claramente sinônimo de “ver”, fato confirmado pelo exemplo: “Assustei-me ao visualizar à minha frente a imagem de dois homens de clã”. Observe que nesse exemplo podemos substituir “visualizar” por “ver”, sem nenhum prejuízo para o sentido da frase. Não é possível, porém, a substituição por “imaginar”, que é sinônimo do segundo segmento da definição: “conceber (sem ver) uma imagem mental de”. Observe o exemplo: “podemos talvez alimentar a esperança de visualizar/imaginar todas as novas dimensões da realidade”. Com clareza, Borba (1990) identificou os dois sentidos e os abonou com exemplos claros. O problema está no fato de ter mantido os dois sentidos diferentes em uma mesma acepção, talvez por julgar que o primeiro sentido (“perceber pela visão”) fosse suficientemente pressuposto a partir do sentido do lexema “visão”, explícito no radical do verbo. Os outros dicionários do nosso *corpus* de referência apresentam apenas a acepção de “imaginar”. Como foram claramente identificados dois sentidos distintos, inseriram-se dois conjuntos diferentes na base de dados do TeP: {ver, visualizar, enxergar,...}, e {ver, visualizar, imaginar}.

Foram encontradas situações inversas. Há entradas para as quais os dicionários apresentam duas acepções distintas, mas só é possível a identificação de um único sentido. Borba (1990, p.1330), por exemplo, apresenta os lexemas “forçar”, “obrigar” e “impelir” para definir uma das acepções de “urgir”, abonada pelo exemplo: “Urgiam-nos de todos os lados para que caminhássemos”. Observe-se que todos os itens lexicais sinônimos, sugeridos no dicionário, são intersubstituíveis no co-texto da frase.

O problema é que Weiszflog (1998), que também registra esses mesmos itens lexicais como sinônimos (na acepção cinco da mesma entrada), registra, na acep-

ção sete, o mesmo exemplo encontrado em Borba (1990, p.1330), cujo sentido é definido pelos itens lexicais: “empurrar” e “compelir”.

A pesquisa, em cada um dos verbetes, nos revelou que podemos sugerir o conjunto: {urgir, compelir, forçar, obrigar, impelir,...}, mas a entrada de “empurrar” nos dicionários não possui o sentido do conjunto, e nenhum outro sentido que remeta a “urgir”. Sendo assim, apesar de Weiszflog (1998) discriminar duas acepções diferentes, só conseguimos estabelecer um sentido.

Nesse exemplo, identificamos dois tipos de problemas: (i) problema da centralidade, pois o problema central é definirmos se “empurrar” deve ou não constar naquela acepção; (ii) problema da consistência, pois Weiszflog (1998) estabelece duas acepções para apenas um sentido. Como solução para o TeP, inserimos apenas uma acepção, como no caso do conjunto {urgir, compelir, forçar, obrigar, impelir,...}. O lexema “empurrar” não foi inserido no conjunto por não termos identificado qualquer contexto de ocorrência em nosso *corpus* de referência.

O terceiro problema, o da necessidade, abarca uma mudança de domínio no uso do verbo “exalar”, que significa “emitir ou lançar de si emanações odoríferas ou fétidas”. De acordo com essa definição, esse verbo deveria ser igualmente inserido em conjuntos relacionados na base de dados do TeP por antonímia: {feder, catingar} e {recender (exalar cheiro bom)}, o que geraria uma incoerência. Para solucionar o problema, considera-se, então, que esse verbo exige complemento específico nesse sentido. Fato semelhante ocorre com o verbo “cheirar”. Observem-se os exemplos: “o cadáver já está cheirando” e “o assado já está cheirando”. A criação do conjunto “neutro” {cheirar, exalar, trescalar,...}, com o sentido de “exalar cheiro forte” (bom ou ruim), parece ser a solução procurada.

A próxima seção apresenta o Editor do *Thesaurus* e suas principais funcionalidades. Esse aplicativo é uma ferramenta computacional através da qual os compiladores entram e verificam os conjuntos da base do TeP. As principais características da arquitetura computacional do editor são descritas em Dias da Silva et al. (2000). Restringimos a descrição às suas principais características, que, associadas à observância dos problemas e estratégias mencionados, contribuem para evitar que inconsistências semelhantes sejam inseridas no TeP.

O Editor do *Thesaurus*

Enquanto Editor do *Thesaurus*, a ferramenta de autoria é uma interface computacional gráfica para a montagem da base do TeP. Sua implementação foi possível graças ao modelo de representação formal que descrevemos na seção 2, uma vez que, no contexto desse modelo, as relações de sinonímia e antonímia passam a ter uma “existência” computacional. Com efeito, a relação de sinonímia é especificada pela relação de pertença que se estabelece entre formas da língua e o *synset* que as contém. Já a

relação de antonímia é convencionalmente especificada como uma relação entre pares de *synsets*.

Durante o processo de montagem, os recursos implementados no Editor possibilitaram construir, visualizar e editar os conjuntos de sinônimos e antônimos e verificar as estatísticas referentes ao número de verbetes, entradas e conjuntos contidos na base e a proporção nº de entradas/nº de conjuntos, para cada uma das categorias gramaticais especificadas.

Merece também destaque a geração automática de verbetes, pois, com esse recurso, o sinônimo digitado em um conjunto, que representa uma determinada acepção, caso ele ainda não tenha sido inserido como entrada, é automaticamente transformado em tal pelo Editor. Este se encarrega também de transportar para essa nova entrada tanto o conjunto em que esse sinônimo foi inserido como o conjunto de antônimos, associado a esse conjunto, se houver. Esse algoritmo é, portanto, responsável pela construção automática desse novo verbete.

Assim, a verificação dos sinônimos é também agilizada. Durante a coleta e seleção de sinônimos e antônimos, quando consultamos o verbete “recordar”, por exemplo, nos dicionários”, já sabemos que existe, na base de dados lexicais do TeP, a entrada *recordar*, pertencente ao conjunto {lembrar, *recordar*}, pois o Editor informa ao compilador todos os verbetes que constam da base. Para o compilador, a tarefa passa a ser, então, a identificação e inclusão de novos sinônimos e antônimos nas acepções apropriadas do verbete *recordar*, objetivando a complementação, se possível exaustiva, desse verbete.

É importante esclarecer que, embora descritos separadamente, os procedimentos de extração das informações lexicais e de inserção dos dados no Editor são realizados simultaneamente, pois a interface gráfica do Editor permite ao linguísta total controle visual do verbete que está em processo de montagem.

Considerações finais

Para finalizar, é importante ressaltar as dificuldades que tivemos de enfrentar para o desenvolvimento de um trabalho que envolve a manipulação de grande massa de dados: a falta de um *corpus* digital disponível, cuja existência poderia auxiliar o linguísta a contextualizar acepções pouco usuais e minimizar as inadequações apresentadas pelos dicionários, tarefa que consumiu tempo e exigiu cautela durante o procedimento de seleção e filtragem de informações.

Em termos quantitativos, a base de dados lexicais do TeP conta com mais de 19 mil conjuntos, responsáveis pela indexação de 44 mil entradas, assim distribuídas: 17 mil substantivos, 15 mil adjetivos, 11 mil verbos e mil advérbios.

Os ganhos com a montagem do TeP são também significativos. Ressaltamos o im-

portante relacionamento interdisciplinar entre linguistas e cientistas da computação, essencial para o projeto e para a formação interdisciplinar de pesquisadores.

A base de dados lexicais do TeP, criada segundo o modelo da rede *WordNet*, constitui o ponto de partida para a construção da rede *WordNet* para o português do Brasil⁶ (DIAS-DA-SILVA; OLIVEIRA; MORAES, 2002). Para esse salto qualitativo, está previsto o desenvolvimento de três etapas: (i) associar, para cada lexema que constitui cada conjunto de sinônimos, uma frase-tipo, extraída de *corpus*; (ii) atribuir, para cada conjunto, uma glosa, isto é, uma glosa e rótulo conceitual; (iii) especificar as relações de hiponímia, meronímia, causa, acarretamento e troponímia.

DIAS-DA-SILVA, B. C.; MORAES, H. R. de. Construction of a Brazilian Portuguese electronic thesaurus. *Alfa*, São Paulo, v.47, n.2, p.101-115, 2003

- **ABSTRACT:** *This paper examines the core problems involved in the linguistic task of compiling a Brazilian Portuguese Electronic Thesaurus. After presenting the natural language processing framework in which it is couched, it sets up the linguistic and computational representation for synonymy and antonymy, and describes the process of synonym and antonym mining from the lexical reference corpus, i.e. a set of four updated Brazilian Portuguese dictionaries. Next, it argues for the importance of reusing traditional published dictionaries in computational lexicon building, and, in the meantime, outlines the typology of the basic problems such a strategy poses for human compilers. Then, it is outlined the features of the thesaurus Editor, a specific authoring tool designed to help linguists feed the thesaurus database with the appropriate lexical information. Finally, it summarizes the thesaurus current lexical database statistics.*
- **KEY WORDS:** *Electronic thesaurus; synonymy; antonymy; WordNet.*

Referências bibliográficas

- ABRAMO, C. Dicionários que horror. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 de jan. 2000. Caderno Mais.
- BARBOSA, O. *Grande dicionário de sinônimos e antônimos*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- BORBA, F.S. (Coord.) *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 1990.
- BRISCOE, E. J.; B. BOGURAEV, (Eds.) *Computational lexicography for natural language processing*. London, New York: Longman, 1989.
- CRUSE, D.A. *Lexical semantics*. New York: Cambridge University Press, 1986.
- DIAS-DA-SILVA, B. C.; OLIVEIRA, M. F.; MORAES, H. R. Groundwork for the development of the

⁶ Projeto financiado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), Processo: nº 552057/01-0.

- Brazilian Portuguese Wordnet. In: ADVANCES in natural language processing. Berlim: Springer-Verlag, 2002. p. 189-196.
- DIAS-DA-SILVA, B. C. et al. Construção de um thesaurus eletrônico para o português do Brasil. In: ENCONTRO PARA PROCESSAMENTO DA LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA E FALADA, 5., 2000, Atibaia. *Anais...* São Carlos: Ed. ICMC/USP, 2000. p. 1-11.
- DIAS-DA-SILVA, B. C. Bridging the gap between linguistic theory and natural language processing. In: PROCEEDINGS OF THE 16th INTERNATIONAL CONGRESS OF LINGUISTS, 16., 1997, Paris. *Anais...* Oxford: Elsevier-Pergamon, 1998. paper 0425, CD-ROM 16.
- FERNANDES, F. *Dicionário de sinônimos e antônimos da língua portuguesa*. São Paulo: Globo, 1997.
- FERREIRA, A. B. H. *Dicionário Aurélio eletrônico século XXI*. Versão 3.0. São Paulo: Lexikon Informática, 1999. 1 CD-ROM.
- FLEXNER, S.B. (Ed.) *Random house Webster's unabridged electronic dictionary*. Version 2.0. New York: Random House, 1997. 1 CD-ROM.
- ILARI, R.; GERALDI, J. W. *Semântica*. São Paulo: Ática, 1985.
- KILGARRIFF, A. Dictionary word sense distinctions: an enquiry into their nature. *Computers and the Humanities*, Amsterdam, v. 26, p. 365-387, 1993.
- _____. I don't believe in word senses. *Computers and the Humanities*, Amsterdam, v. 31, p. 91-113, 1997.
- LYONS, J. *Introdução à Linguística teórica*. Tradução de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Ed. Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.
- MILLER, G. A.; FELLBAUM, C. Semantic networks of English. *Cognition*, Amsterdam, v.41, n.1-3, p.197-229, 1991.
- SAINT-DIZIER, P.; VIEGAS, E. *Computational lexical semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- SUMMERS, D. (Ed.) *Longman dictionary of contemporary English*. Essex: Longman, 1995.
- WEISZFLOG, W. (Ed.) *Michaelis português: moderno dicionário da língua portuguesa*. Versão 1.0. São Paulo: DTS Software Brasil, 1998. 1 CD-ROM.

A MODALIDADE NA LITERATURA DE AUTO-AJUDA

Anna Flora BRUNELLI¹

- RESUMO: Neste trabalho, baseado nos princípios da Análise do Discurso francesa, seguindo especialmente o pensamento de Maingueneau (1998), analisamos a modalidade na literatura de auto-ajuda, o que nos permitiu verificar que a manifestação da certeza é um dos traços semânticos desse discurso.
- PALAVRAS-CHAVE: Análise do discurso francesa; literatura de auto-ajuda; modalidade.

Introdução

A partir da proposta de Maingueneau (1998), estamos investigando a literatura de auto-ajuda, procurando definir o sistema de restrições semânticas desse discurso. No presente trabalho, examinamos a **modalidade** na literatura de auto-ajuda, fazendo um levantamento dos itens lexicais modalizadores que encontramos num texto representativo dessa literatura e dos efeitos de sentido que eles veiculam. Mais especificamente, decidimos investigar a modalidade na literatura de auto-ajuda como uma forma de averiguarmos a validade de uma hipótese que formulamos a respeito de um dos traços semânticos desse discurso. Os livros de auto-ajuda, de uma forma geral, pregam que o segredo para que qualquer um consiga melhorar de vida, alcançar o sucesso, ganhar muito dinheiro etc. está na crença incondicional na realização dos sonhos, do projeto de vida, dos desejos etc. Assim, quem acredita que vai conseguir, consegue e quem duvida, não. Trata-se, portanto, de uma questão de fé, de crença absoluta e, essencialmente, de jamais duvidar do poder que se tem de mudar a realidade.

Como se trata de uma questão de acreditar, de não duvidar, entendemos que os autores de auto-ajuda, sujeitos desse discurso, também devem manifestar em seus textos, com relação às teses que propõem, essa mesma crença/confiança que pregam aos seus leitores. Além disso, se as teses que apresentam são verdadeiras, se as fórmulas e orientações propostas efetivamente funcionam e se tudo é realmente uma questão de acreditar, então a incerteza e a dúvida devem mesmo ser manifestações excluídas e/ou rejeitadas nos textos desse discurso.

¹ Departamento de Estudos Linguísticos e Literários – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP – Brasil. E-mail: anna@lev.ibilce.unesp.br.

Assim, supondo que a manifestação da certeza seja um dos traços semânticos que caracterizam a auto-ajuda, na condição de um dos traços positivos que esse discurso reivindica, ao mesmo tempo em que a dúvida seja um dos negativos, isto é, dos que rejeita e/ou evita, acreditamos que uma análise das modalidades em seu material deve revelar que o sujeito-enunciador da auto-ajuda não manifesta incerteza com relação às fórmulas que propõe para seus co-enunciadores.

Como *corpus* para a análise, selecionamos o livro "O sucesso não ocorre por acaso", de Lair Ribeiro (1992). Escolhemos essa publicação considerando-a representativa desse tipo de material, inclusive em função da fama alcançada por Lair Ribeiro, reconhecidamente um autor de auto-ajuda. Quanto à decisão de trabalharmos com apenas um exemplar da literatura em questão, remetemo-nos ao próprio Maingueneau (1983) em *Sémantique de la polémique*. Nessa obra, o autor investiga o discurso do jansenismo e do humanismo, utilizando-se de poucos textos representativos de cada discurso, tendo em vista que, como o discurso pode ser entendido como um conjunto de restrições semânticas, então elas estão em todo e qualquer um dos textos desse discurso. Assim, basta selecionarmos apenas um texto representativo do discurso em questão para encontrarmos os traços semânticos que o definem. Com isso, evitamos a necessidade de trabalhar com um *corpus* amplo.

Para investigarmos a modalidade na auto-ajuda, baseamo-nos em alguns trabalhos funcionalistas sobre o assunto, como Palmer (1979 e 1986), Neves (1996 e 1999-2000), Dall'Aglío-Hattnher (1995) e, principalmente, Dall'Aglío-Hattnher (2001) que, considerando a evidencialidade como uma instância semântica superior e necessária para a qualificação modal epistêmica, apresenta uma descrição formal e funcional da expressão da evidencialidade e da modalidade epistêmica em língua portuguesa, revelando, inclusive, os efeitos comunicativos relacionados às suas formas de expressão. A partir dessa descrição, faremos um levantamento dos enunciados modalizados em Ribeiro (1992), o que nos permitirá avaliar a pertinência da hipótese levantada.

Por fim, uma ressalva se faz importante. Como o presente trabalho integra uma investigação baseada na Análise do Discurso de linha francesa (AD, doravante), a opção pelo funcionalismo pode, a princípio, parecer para alguns uma impertinência teórica. Na verdade, isso não se verifica, pois o fato de aproveitarmos as informações que os estudos funcionalistas nos fornecem sobre as modalidades não nos leva a perder de vista a ordem própria do discurso, diferente da materialidade da língua. Como se sabe, embora reconheça que essa ordem se realiza na língua, a AD não está definitivamente presa a uma determinada escola ou a um ramo da Linguística². Além disso, devemos lembrar que

não existe nenhuma harmonia preestabelecida entre os diversos objetos que podem ser pro-

² Para uma discussão mais detalhada sobre a relação entre a AD e a Linguística, sugerimos a leitura da introdução de Maingueneau (1989).

postos pela AD e os recursos que a lingüística lhes oferece (devendo-se entender definitivamente que "a" lingüística designa, de fato, "as" lingüísticas do campo). Frente a um *corpus*, o pesquisador *a priori* não tem nenhuma razão determinante para estudar um fenômeno em detrimento de outro, **da mesma forma que nada o obriga a recorrer a um determinado procedimento ao invés de a qualquer outro** (MAINGUENEAU, 1989, p.18, grifo nosso).

Assim, diante da liberdade de selecionarmos o ponto de vista mais interessante para alcançarmos os nossos objetivos, optamos pelos trabalhos funcionalistas³, tendo em vista que esses estudos descrevem a função dos modalizadores nos níveis pragmático, semântico e sintático de **forma integrada**. Em função dos distintos fenômenos recobertos pelas modalidades, estas, como se sabe, constituem um campo de pesquisa bastante fértil e, conforme mostramos a seguir, a opção pelos trabalhos funcionalistas nos garante um tratamento não-redutor. Quanto a isso, remetemo-nos a Dall'Aglio-Hattnher et al. (2001, p. 103, grifo nosso):

Do ponto de vista lingüístico, os quadros teóricos dos quais se pode desenvolver uma investigação das modalidades são vários. Acredita-se, no entanto, que **os modelos funcionalistas de estrutura frasal que consideram a organização simultânea da sentença como mensagem e como evento de interação permitem uma investigação privilegiada dessa categoria, na medida em que possibilitam a identificação de diferentes instâncias da modalização, bem como o exame das diversas qualificações que atuam nas camadas da estrutura frasal**.

As modalidades

Não há dúvida de que as modalidades constituem uma categoria lingüística bastante complexa, que compreende distintas noções e se materializa de formas muito diferentes, o que se confirma quando se comparam as várias definições de modalidade apresentadas pelas distintas teorias lingüísticas que as investigam⁴ e que, partindo de diferentes concepções, privilegiam um ou outro de seus aspectos.

O conceito de modalidade, como lembra Cervoni (1989), não pertence exclusivamente aos lingüistas, mas também aos lógicos, que foram os primeiros a elaborá-lo, definindo-o como um de seus conceitos fundamentais e origem da lógica modal.

Quanto à contribuição da Lógica à Lingüística, Neves (1996) não nega que o estu-

³ Para uma exposição dos princípios e conceitos do funcionalismo, indicamos Neves (1997).

⁴ Quanto a esses estudos, remetemo-nos a Coracini (1991), que relata os fundamentos do tratamento das modalidades segundo a perspectiva sintática, semântica e pragmática, apontando-lhes as falhas, e ao primeiro capítulo de Dall'Aglio-Hattnher (1995), no qual se encontram descritos: (i) um panorama dos diferentes tratamentos que as modalidades recebem no campo de Lógica e da Lingüística; (ii) as dificuldades no estabelecimento de uma tipologia das modalidades; (iii) as diversas formas de expressão das modalidades. Já no capítulo II, a autora apresenta diferentes trabalhos que abordam o assunto do ponto de vista do funcionalismo.

do da expressão linguística das modalidades pressupõe realmente alguma consideração dos modelos idealizados pelos lógicos. Entretanto, Neves (1996, p.163) deixa claro que os estudos linguísticos estão desvinculados dos modelos dos lógicos por causa do caráter “não-lógico, ou não-ordenado, das línguas naturais”.

De um modo geral, em Linguística, as modalidades são entendidas como manifestações de subjetividade, mais especificamente, como índices da atitude do falante perante os enunciados que produz, daí o fato de serem consideradas como parte da atividade ilocucionária (KOCH, 1986, p.227).

Segundo Cervoni (1989), a apresentação mais geral a que se recorre quando se pretende tratar da modalidade é aquela ligada a uma análise semântica que distingue, num enunciado, “um *dito* (às vezes denominado conteúdo proposicional) e uma *modalidade* – um ponto de vista do sujeito falante sobre este conteúdo” (CERVONI, 1989, p.53). Porém, há um inconveniente nessa apresentação, pois ela pode sugerir uma confusão entre a modalidade e a conotação, outra manifestação da subjetividade na linguagem; a esse respeito, afirma:

ao contrário da conotação, a modalidade é constitutiva da significação fundamental, da denotação; ela não tem nada de acrescentado; a frase menos modalizada comporta uma modalidade mínima. Assim, numa frase como: *A terra gira em torno do sol*, uma modalidade é manifestada pelo modo do verbo, o modo indicativo (CERVONI, 1989, p.53).⁵

Entendemos, portanto, que nem toda marca de subjetividade é um modalizador. Na verdade, os modalizadores fazem parte de um vastíssimo conjunto de recursos linguísticos por intermédio dos quais os falantes transmitem suas intenções comunicativas⁶.

Na presente investigação, partindo dos trabalhos funcionalistas supracitados, consideramos as modalidades como “veiculadoras das atitudes do falante com relação ao que é dito” (DALL'AGLIO-HATTNHER, 1995, p.132); daí, a necessidade de focalizar, no estudo das modalidades, o sujeito da enunciação e, automaticamente, o contexto enunciativo⁷. A esse respeito, Coracini (1991), assumindo uma postura eminentemente pragmática – baseada em Rajagopalan (1983) e segundo a qual o valor comunicativo de um enunciado é julgado apenas dentro do contexto da enunciação – afirma: “não posso me ocupar das modalidades enquanto unidades que revelam em si e por si sós o aspecto veridictivo do enunciado, uma vez que considero que tal análise perde de vista aspectos discursivos importantes que derivam da situação de interlocução” (RAJAGOPALAN, 1983, p.120-1). Para garantir que tais aspectos discursivos sejam

⁵ Cervoni (1989) também destaca a necessidade de diferenciar as modalidades da tipologia das frases (declarativa, interrogativa, imperativa, optativa), que constitui um “fenômeno sensivelmente diferente”. É por isso inclusive que o autor considera pouco adequadas denominações como “modalidade” declarativa, “modalidade” interrogativa etc.

⁶ Dall’Aglio-Hattnher (1995), por exemplo, no IV capítulo de seu trabalho, identifica uma série de mecanismos que constroem efeitos de (des)comprometimento do falante e que não são modalizadores.

⁷ Alguns dos principais trabalhos que endossam o ponto de vista segundo o qual o sujeito da enunciação se encontra no centro da investigação das modalidades são citados por Dall’Aglio-Hattnher (1995, p.71-2).

realmente considerados no estudo das modalidades, Coracini (1991) postula, então, as seguintes teses, que citamos, tendo em vista a importância que atribuem à enunciação:

- a) a linguagem e os sujeitos que a utilizam (dentro de um grupo social) não cessam de construir o universo referencial, criando "modelos de realidade" relativamente arbitrários, com relação aos quais (e apenas com relação a eles) se torna possível determinar o valor de verdade/falsidade do que se enuncia;
- b) todo enunciado se acha inscrito no interior de um quadro enunciativo do qual é preciso partir se se deseja descrever seu funcionamento alético;
- c) a modalidade, enquanto engajamento do sujeito-enunciador, preexiste ao texto resultante do discurso, isto é, precede a própria elaboração textual (modalidade implícita). Decorre daí a primazia da enunciação em relação às unidades lingüísticas;
- d) a modalidade pode manifestar o ponto de vista do enunciador apresentando-se textualmente implícita ou através de "marcas" modais;
- e) as "marcas modais" em si não determinam *a priori* o ponto de vista do sujeito-enunciador nem as interpretações possíveis: sua presença ou ausência aponta apenas para uma possível interpretação do texto;
- f) as modalidades constituem verdadeiras estratégias retórico-argumentativas, na medida em que pressupõem uma intencionalidade discursiva, não podendo ser isoladas do ato de fala em que estão inseridas (CORACINI, 1991, p. 120).

Uma vez apresentada a forma como consideramos as modalidades, podemos partir para o seu exame no discurso da auto-ajuda. Antes, porém, apresentamos sucintamente as principais modalidades investigadas pelos estudos lingüísticos.

Tipologia das modalidades

De um modo geral, os estudos sobre as modalidades se referem, pelo menos, a três tipos de modalidades: as aléticas ou aristotélicas, as epistêmicas e as deônticas. As aléticas, primeiras descritas pelos lógicos, referem-se ao eixo da existência e, assim, determinam o valor de verdade das proposições. Como os enunciados de uma ciência podem ser necessariamente verdadeiros ou possivelmente verdadeiros e não simplesmente verdadeiros, o necessário e o possível são os dois principais modos que podem afetar uma proposição. A partir desses dois modos, definem-se o impossível, contrário do possível, e o contingente, contrário do necessário.

Neves (1999-2000) destaca que a modalidade alética, relacionada ao mundo ontológico, fundamental no equacionamento veridictório das proposições e, assim, central na lógica, é periférica nas línguas naturais. Afinal, como observa,

são poucos claros, no discurso, casos de sentenças que sejam apenas aleticamente modalizadas e, de facto, é improvável que um conteúdo asseverado em um acto de fala seja porta-

dor de uma verdade não filtrada pelo conhecimento e pelo julgamento do falante. Isso significaria a existência de proposições independentes do contexto de enunciação, restritas a uma organização lógica interna de termos e relacionadas a mundos possíveis dentro dos quais seriam, ou não, verdadeiras (NEVES, 1999-2000, p.101-2).

Com esse esclarecimento, podemos entender porque a modalidade alética não ocupa posição de destaque nos estudos lingüísticos, que investigam a modalidade em enunciados de línguas naturais. Assim, a modalidade alética se diferencia da deôntica e da epistêmica, que constituem, conforme veremos a seguir, “a modalidade lingüística *stricto sensu*, isto é, a modalização ocorrente e analisável nos enunciados efetivamente produzidos” (NEVES, 1996, p.172).

A modalidade deôntica, relacionada aos valores de permissão, obrigação e proibição, refere-se ao eixo da conduta; portanto está “condicionada por traços lexicais específicos ao enunciador ([+controle]) e, de outro lado, implica que o enunciatário aceite o valor de verdade do enunciado, para executá-lo” (NEVES, 1996, p.172).

Segundo Lyons (1977), a modalidade deôntica se aplica a uma proposição relacionada à necessidade ou à possibilidade de atos realizados por agentes moralmente responsáveis, porém o que esta proposição descreve não é um ato propriamente dito, mas o estado-de-coisas que será obtido se o ato em questão for cumprido. Comparando a modalidade deôntica à epistêmica, o autor observa que a necessidade deôntica (a obrigação) é sempre derivada de alguma fonte ou causa (uma pessoa, uma instituição, um conjunto de princípios morais ou legais, ou até mesmo alguma compulsão interna).

A modalidade epistêmica, por sua vez, refere-se ao eixo do conhecimento e envolve os seguintes conceitos: certo, provável, contestável e excluído. Quirck (1985, apud NEVES, 1996, p.172), afirma que a modalização epistêmica pode ser entendida como o “julgamento humano do que é possível acontecer”. Tendo em vista a importância da modalidade epistêmica para a presente investigação, apresentamos no próximo item, em linhas gerais, como ela foi descrita em alguns trabalhos funcionalistas.

Finalmente, podemos ainda falar na existência de um outro tipo de modalidade, dinâmica, proposta por Palmer (1979). Comparando os tipos de modalidade que investiga na língua inglesa, Palmer faz o seguinte comentário a respeito dessa modalidade:

Nós podemos, talvez, especular sobre as formas como os diferentes tipos de modalidade podem estar relacionados. Se considerarmos um evento ou uma proposição como um EC⁸, nós começamos com a modalidade epistêmica que apenas afirma que tal EC é possível ou necessário. A modalidade dinâmica sugere, no entanto, que há circunstâncias no mundo real que tornam possível ou necessária a realização desse EC. Com a modalidade dinâmica neutra, essas circunstâncias são gerais (e talvez o termo “circunstancial” seja melhor que neutra para indicar isso), enquanto com a modalidade dinâmica orientada para o sujeito elas são características do sujeito. (PALMER, 1979, p.39)

⁸ Estado-de-coisas.

Com a modalidade dinâmica orientada para o sujeito, Palmer, inspirado em Von Wright (1951), considera a expressão da possibilidade como uma capacidade/ habilidade, contrariando a lógica aristotélica, que relaciona a expressão da capacidade à modalidade alética.

Tratando desse tema, Palmer (1979) adverte que, embora normalmente apenas os seres animados tenham habilidades, essa modalidade dinâmica também se aplica a seres inanimados, indicando que eles têm as qualidades necessárias ou o “poder” para provocar a realização de um evento.

Num trabalho mais recente a respeito dessa modalidade, o autor esclarece que uma frase como “João pode falar italiano” expressa o que parece ser uma afirmação factual não-modal, pois “não envolve nem a atitude nem a opinião do falante (exceto a de que se trata de uma verdade), mas apenas afirma que João tem a habilidade de falar italiano” (PALMER, 1986, p.102). Com esta constatação, Palmer admite que a modalidade dinâmica poderia ser descartada da tipologia das modalidades, mas sugere a sua manutenção em função de sua importância para a compreensão do significado dos verbos modais, como o verbo *poder*, conforme veremos mais adiante.

A modalidade epistêmica

Dall’Aglio-Hattnher (1995) apresenta um estudo que, considerando a organização simultânea da sentença como mensagem e como evento de interação, segundo modelo funcionalista de estrutura frasal proposto por Hengeveld (1988, 1989) e Dik (1989), analisa detalhadamente os mecanismos segmentais de expressão da modalidade epistêmica em Português, revelando seus efeitos de sentido. De acordo com a autora, isso foi possível graças à adoção do modelo de análise funcionalista, que lhe permitiu identificar diferentes instâncias da modalização, bem como as diversas qualificações que atuam em cada uma das camadas da estrutura frasal.

Nesse trabalho, sustentando, como Nuyts (1993), que a modalidade epistêmica está dentro do âmbito de incidência da evidencialidade, a autora descreve a modalidade epistêmica de uma forma não-fragmentada, considerando-a globalmente como a expressão de uma avaliação feita pelo falante. Mais exatamente, a autora demonstra que, por meio da modalização epistêmica, o falante avalia como certa ou possível a realidade de um EC ou a veracidade de uma proposição, o que faz a partir do conjunto de conhecimentos e crenças que possui. Segundo as intenções comunicativas que tenha, o falante pode explicitar ou não a fonte desses conhecimentos, que podem ser um saber pessoal (saber que só o falante tem) ou um saber partilhado (saber comum).

Definindo o eixo do epistêmico como um *continuum* entre o certo e o possível, Dall’Aglio-Hattnher (1995) verifica que a língua portuguesa dispõe de meios para expressar uma gradação muito sutil entre esses extremos e que a variedade de formas existentes para um mesmo valor acaba dificultando ainda mais o estabelecimento de

graus nítidos no que se refere à noção de possibilidade. Sendo assim, separa os modalizadores epistêmicos em dois grandes grupos, segundo o efeito de sentido produzido seja uma indicação de certeza ou de possibilidade, mas adverte que a passagem de um grupo a outro é feita sem ruptura, tendo em vista que “entre o certo e o possível, a adesão do falante varia numa progressão contínua” (DALL’AGLIO-HATTNHER, 1995, p.92).

A investigação de Dall’Aglio-Hattnher (1995) difere de outros importantes trabalhos funcionalistas sobre a modalidade epistêmica – como, por exemplo, Hengeveld (1988, 1989), Dik (1989), Palmer (1979, 1986)⁹ – que a apresentam de uma forma fragmentada.

Nesses estudos, as noções ligadas ao eixo do conhecimento se dispersam em subtipos diferentes de modalidades, o que não é, conforme demonstra o trabalho de Dall’Aglio-Hattnher (1995), o único caminho possível para um tratamento adequado da modalidade epistêmica. Por outro lado, é importante destacarmos que, embora a considere como uma categoria individualizada, Dall’Aglio-Hattnher (1995) desvenda as diferentes funções desempenhadas pela modalidade epistêmica na situação de interação. Desse modo, revela que, quando o falante qualifica epistemicamente uma proposição, ele não só a avalia como certa ou possível, mas também se posiciona com relação a essa avaliação. Já no caso da modalização epistêmica de um EC, o falante o descreve como certo ou possível, mas sem manifestar sua posição com relação a essa avaliação. No primeiro caso, a função da frase que está sendo encarecida é a interpersoal e, nesse caso, é a representacional.

A tese central do trabalho de Dall’Aglio-Hattnher (1995) é a existência de uma correspondência entre o grau de comprometimento do falante e o nível em que atua o modalizador epistêmico. A autora verifica que, quando a qualificação epistêmica está no nível da predicação, o falante descreve a possibilidade de ocorrência de um EC sem a indicação das evidências e apresenta a qualificação como independente da sua avaliação; daí que não se compromete com a verdade de seu enunciado. Por outro lado, quando a qualificação epistêmica está no nível da proposição, o falante revela que assume seu enunciado, responsabilizando-se pelo que diz; “nesse caso, o comprometimento do falante é expresso em diferentes graus, segundo as diferentes evidências apresentadas” (DALL’AGLIO-HATTNHER, 1995, p.132).

Posteriormente, a autora aprofunda a investigação sobre a relação entre a modalidade epistêmica e a evidencialidade, esta última definida essencialmente como a indicação da fonte de informação a partir da qual o falante qualifica a proposição. Dall’Aglio-Hattnher (2001) nos adverte que a evidencialidade, assim como a modalidade, recebe conceituações muito variadas, a ponto de ser definida por alguns autores que a investigam como a atitude do falante em relação à informação veiculada pela proposição, o que, conforme foi dito, é uma definição possível para a categoria das modalidades.

⁹ Para uma apresentação mais detalhada dessas propostas, remetemo-nos a Dall’Aglio-Hattnher (1995).

Examinando um conjunto de trabalhos que remetem, cada um a sua maneira, à discussão sobre a relação entre modalidade epistêmica e evidencialidade, Dall'Aglio-Hattnher (2001) verifica, então, que estes seguem, de um modo geral, duas tendências: ou consideram a evidencialidade como uma categoria gramatical englobada pela modalidade epistêmica ou entendem que a evidencialidade é uma instância semântica superior e indispensável à qualificação modal epistêmica. A partir daí analisa, num vasto conjunto de textos, as construções epistêmicas e evidenciais na língua portuguesa, considerando duas dimensões semânticas diferentes: a avaliação do falante sobre o valor de verdade da sua afirmação (o domínio modal) e a indicação do tipo de evidência que o falante tem para fazer sua afirmação (o domínio evidencial). Com essa análise, a autora conclui que a evidencialidade é mesmo um domínio

semântico não só diferente da modalidade epistêmica, mas também hierarquicamente superior a ele. De acordo com Nuyts (1993, p.496), podemos dizer que “sem evidência, nenhuma avaliação de probabilidade de um estado de coisas é possível; pode-se então apenas dizer que não se sabe”. Reforçando essa posição, concordamos com DeHaan (1997) ao afirmar que, embora os dois processos expressem a atitude do falante em relação ao enunciado que produz, evidencialidade e modalidade epistêmica são claramente diferentes: **enquanto os julgamentos epistêmicos são baseados no grau de certeza que o falante tem sobre o conteúdo enunciado, os evidenciais indicam as fontes a partir das quais o falante obteve a informação enunciada** (DALL'AGLIO-HATTNHER, 2001, p.58-9; grifo nosso).

Com o trabalho de Dall'Aglio-Hattnher (2001), entendemos que muitos itens lexicais do português, até então classificados como modalizadores¹⁰ (por exemplo, os verbos *achar*, *crer*, e *acreditar*, na primeira pessoa do singular; o verbo *dizer*, quando usado com sujeito indeterminado ou seguido de “se”, numa estrutura de voz passiva; o verbo *parecer*, na terceira pessoa do singular etc.), passam a fazer parte do conjunto dos evidenciais.

Na verdade, a contribuição do trabalho de Dall'Aglio-Hattnher (2001) vai mais além. Assumindo, “nos termos de Hoff (1986), que, por meio da evidencialidade, o falante indica a evidência que está disponível para assegurar a confiabilidade da informação veiculada”, a autora acredita na possibilidade de se estabelecer “uma tipologia dos evidenciais a partir da observação dos diferentes modos pelos quais o falante teve acesso às evidências que ele apresenta” (DALL'AGLIO-HATTNHER, 2001, p.21) e, assim, avança na investigação do tema ao analisar a expressão da evidencialidade em português, utilizando como parâmetro os valores evidenciais propostos por Wilett (1988). Com isso, revelam-se não só quais desses tipos de evidenciais se encontram na nossa língua, mas também os seus efeitos de sentido.

¹⁰ Veja, por exemplo, Neves (1996).

Análise dos dados

Feitas as considerações expostas, partimos para o exame da modalidade na literatura de auto-ajuda. Tendo em vista que a evidencialidade é uma categoria superior à modalidade epistêmica, optamos por não analisar os evidenciais presentes no *corpus*, o que estenderia em muito os nossos objetivos. Também não examinamos aqui as ocorrências de modais deônticos, cuja análise não contribuiria para alcançarmos os nossos objetivos. Considerando a hipótese que formulamos na introdução, o nosso foco é a análise dos modais epistêmicos¹¹.

As asserções

Ao investigar a modalidade no texto de Lair Ribeiro (1992), notamos a predominância de enunciados afirmativos nos quais não se encontram modais epistêmicos. Trata-se de esclarecimentos que o enunciador faz a respeito de diferentes aspectos do mundo que nos cerca, a respeito da vida, da realidade etc., conforme os três exemplos abaixo, selecionados ao acaso, dada a enorme quantidade de enunciados do mesmo tipo encontrados no *corpus*:

- (01) Nada impede você de continuar querendo e ambicionando mais coisas. (RIBEIRO, 1992, p.10)
- (02) Você tem na vida o que escolher. (RIBEIRO, 1992, p.17)
- (03) A realidade é algo subjetivo. (RIBEIRO, 1992, p.21)

A ausência de modais nessas asserções não significa que se trate de enunciados sem modalidade; afinal, como vimos anteriormente, até “a frase menos modalizada comporta uma modalidade mínima” (CERVONI, 1989, p. 53), ou, como esclarece a quarta tese de Coracini (1991, p.120), “a modalidade pode manifestar o ponto de vista do enunciador apresentando-se textualmente implícita ou através de ‘marcas’ modais”. Então, como “é improvável que um conteúdo asseverado em um acto de fala seja portador de uma verdade não filtrada pelo conhecimento e pelo julgamento do falante” (NEVES, 1999-2000, p. 101), podemos dizer que essas asserções são enunciados com modalidade implícita.

Investigando a modalidade no discurso científico, Coracini (1991) esclarece que a modalidade implícita, muito frequente nesse tipo de discurso, desempenha nele um

¹¹ Além dessa ressalva, esclarecemos que, embora a modalização seja um “fenômeno que se processa em todos os níveis de organização da linguagem” (DALL’AGLIO-HATTNER, 1995, p.3), a modalidade da auto-ajuda é investigada aqui somente por meio de itens lexicais (nomes, verbos, adjetivos, advérbios e locuções) modalizadores. Descartamos, portanto, a análise do modo e do tempo verbal. Como essas categorias verbais estão presentes em quase todos os enunciados do *corpus*, sua consideração dificultaria muito a realização deste trabalho.

duplo papel: "a) o de convencer, pelas afirmações, da verdade que está sendo enunciada; b) o de camuflar a 'origem' enunciativa: afinal, aparentemente, é o enunciado quem diz, o fato que se apresenta e não o sujeito-enunciador" (CORACINI, 1991, p.123).

Assim, percebemos que a ausência de um modal, especificamente de um epistêmico, é um recurso que confere credibilidade ao conteúdo desses enunciados, pois eles se apresentam como afirmações que independem do falante, ou melhor, de sua avaliação. Com isso, esses enunciados afirmativos podem ser mais aceitáveis para os interlocutores.

A respeito da ausência de modais, Kerbat-Orecchioni (1977 apud CORACINI, 1991), analisando a questão da modalidade numa perspectiva pragmática, afirma que tal ausência deve ser entendida como parte de uma intencionalidade subjacente, ou seja, trata-se de um recurso que visa causar no co-enunciador a impressão de objetividade e neutralidade, favorecendo a veracidade do conteúdo asseverado.

Alexandrescu (1966 apud KOCH, 1993) também investiga os efeitos de sentido da modalidade implícita. Para esse autor, a ocultação da modalidade epistêmica sempre deixa um rastro: embora a enunciação continue existindo, o locutor finge esquecê-la, criando a impressão de que não manifesta nenhuma atitude com relação a ela, de que seu ato é neutro e de que o valor de seus enunciados é objetivo. A ocultação modal é, nesse sentido, companheira de uma "retórica do neutro" em que o locutor, *para melhor convencer por meio do seu enunciado*, oculta sua enunciação, pois, mascarando sua hesitação, torna seu enunciado mais facilmente aceitável pelo interlocutor.

Entendemos, portanto, que a ocultação da avaliação epistêmica nos enunciados em questão lhes imprime neutralidade, aumentando-lhes a *veracidade do conteúdo asseverado* e, conseqüentemente, a credibilidade.

Entretanto, enquanto os autores citados entendem a ocultação da modalidade como uma estratégia argumentativa, que atende às intenções do sujeito-enunciador, nós colocamos a questão num outro nível, assumindo que se trata de algo mais forte do que uma busca por credibilidade (embora sem deixarmos de reconhecer que isso seja um efeito de sentido obtido a partir das afirmações sem modais epistêmicos): trata-se, na verdade, de uma determinação discursiva, ligada ao conjunto de restrições semânticas que constituem o discurso da auto-ajuda, o que aponta para a confirmação da hipótese que formulamos, isto é, que a manifestação da certeza é mesmo um dos traços semânticos desse discurso.

Lembrêmos que Dall'Aglio-Hattner (1995) define o eixo do epistêmico como um *continuum* entre o certo e o possível. Assim, podemos supor que, quanto maior a certeza do sujeito-enunciador a respeito do que diz, menor a necessidade de utilização de epistêmicos, pois, no ponto extremo da certeza, o que se encontra é um "enunciador que avalia como verdadeiro o conteúdo do enunciado que produz, apresentando-o como um asseveração (afirmação ou negação), **sem espaço para a dúvida e sem nenhuma relativização**" (NEVES, 1996, p.179, grifo nosso).

Portanto, concluímos que a manifestação da certeza pode ocorrer também de uma

forma não-marcada, isto é, quando não há modalizadores epistêmicos, como no caso das asserções em questão. Nessas, o sujeito-enunciador se compromete com a verdade do que diz de um modo diferente: ao invés de explicitar que considera certo o conteúdo do seu enunciado, o falante descarta os modalizadores epistêmicos, apresentando seu enunciado como uma verdade indiscutível. Afinal, não há nada mais certo do que aquilo que se afirma como algo que independe de quem o disse, isto é, independente de sua avaliação. Neves (1996, p.186) reforça essa tese, quando nos lembra que “facilmente se atribui maior grau de certeza/evidência/precisão a enunciados sem marcas atitudinais que revelam passagem pelo conhecimento e julgamento do falante”.

Por outro lado, vimos pelo trabalho de Dall’Aglio-Hattner (2001) que a avaliação epistêmica é, na verdade, hierarquicamente inferior à evidencial, tese defendida especialmente por Nuyts (1993), segundo o qual as relações evidenciais estão alojadas nas bases cognitivas da linguagem, o que significa dizer que a *evidencialidade atua na origem de qualquer situação enunciativa*. Assim,

todo julgamento modal está baseado em uma evidência; o que pode variar, é a qualidade da evidência que se tem. Como o próprio autor afirma, “sem evidência, nenhuma avaliação de um estado-de-coisas é possível – pode-se, então, simplesmente dizer que não se sabe” (DALL’AGLIO-HATTNER, 2001, p.9-10).

A partir dessa tese de Nuyts (1993), que considera a evidencialidade como um componente básico da enunciação, Dall’Aglio-Hattner (2001) afirma que a qualificação epistêmica é feita a partir do conjunto das evidências – conhecimentos e crenças que o falante possui – que pode ou não ser explicitado. Os evidenciais indicam que tipo de evidência está disponível para assegurar a confiabilidade do enunciado. Desse modo,

se o falante escolhe indicar a fonte do saber que seu enunciado transmite, ele oferece a seu interlocutor a possibilidade de avaliar por si próprio a confiabilidade dessa informação. A avaliação da verdade de uma proposição será feita, então, com diferentes graus de adesão do falante, segundo as diferentes fontes de informação apresentadas, que podem ser um relato de terceiros, uma percepção visual ou auditiva, uma inferência ou suposição do próprio falante.

O falante também pode optar por não indicar o tipo de evidência de que dispõe, se o conhecimento subjacente à sua avaliação for do domínio comum ou, principalmente, se ele quiser fazer parecer que é um conhecimento compartilhado. Dessa forma, a qualificação epistêmica incide sobre um estado de coisas que é considerado certo ou possível segundo uma avaliação apresentada como independente da crença do falante (DALL’AGLIO-HATTNER, 2001, p.10-11).

Com esses esclarecimentos, e tendo em vista principalmente o fato de a *evidencialidade atuar na origem de qualquer situação enunciativa*, entendemos, então, que atua também nos contextos em que não está explícita. Assim, a respeito das asserções da auto-ajuda que estamos analisando, podemos dizer que se trata também de

um caso de ocultação da evidencialidade, isto é, do conjunto de conhecimentos a partir dos quais o falante realiza a sua avaliação epistêmica. Como não indica o tipo de evidência de que dispõe, o sujeito-enunciador impede seu interlocutor de avaliar por si próprio a confiabilidade da informação, e confere ao conteúdo do enunciado, como efeito de sentido dessa ocultação, a aparência de que se trata de um conhecimento comum, de uma verdade conhecida, o que, certamente, contribui para a sua aceitação.

Tendo em vista que a nossa perspectiva é a da Análise do Discurso de linha francesa, sugerimos, então, que, em se tratando de discurso, o conjunto de conhecimentos e crenças a partir dos quais um sujeito-enunciador pode fazer uma asserção está relacionado ao lugar de onde enuncia, isto é, um lugar discursivo; dito de outra forma: ser sujeito-enunciador de um discurso (no caso, da auto-ajuda) significa, entre outras coisas, assumir um certo conjunto de crenças, comprometer-se com certas verdades. Assim, embora as asserções pareçam independentes das crenças do sujeito-enunciador, sua validade enquanto verdade está circunscrita aos limites do(s) discurso(s) no(s) qual(is) circula, o que, obviamente, não é assumido nem colocado em questão por esse sujeito discursivo; daí, a ocultação da evidencialidade.

Quanto ao *saber* a partir do qual os enunciados são formulados, Kerbrat-Orecchioni (1977 apud CORACINI, 1991) tem, *mutatis mutandis*, um ponto de vista parecido ao que apresentamos, sustentando que mesmo os enunciados gerais e universais (referentes a verdades universais, científicas) são verdades apenas com relação a um sistema de crenças, um ponto de vista, um certo modo de apreensão do real¹².

Portanto, no caso das asserções da auto-ajuda, não é apenas a ocultação da modalidade o que lhes garante credibilidade. Também a ocultação da evidencialidade produz esse efeito. Nesse sentido, podemos parafrasear o esclarecimento de Neves (1996) apresentado acima, segundo o qual no extremo da certeza não há espaço para a dúvida nem para a relativização, dizendo que aí não há espaço para os evidenciais (que, indicando o tipo de evidência que está disponível para assegurar a confiabilidade do enunciado, subordinam automaticamente a aceitação desse enunciado à credibilidade que tal evidência desfruta com o interlocutor) nem para os epistêmicos – nem mesmo os de certeza – que, de uma forma mais ou menos intensa, retomam o sujeito-enunciador, oculto na sombra de um enunciado que apresenta como se fosse independente do seu julgamento. O sujeito-enunciador, por estar tão certo do que diz (tendo em vista que se trata de uma crença discursiva), dispensa o emprego de qualquer evidencial e de qualquer marcador epistêmico, apresentando o que diz como algo inquestionável, que independente de sua crença e de sua avaliação.

¹² Talvez fosse melhor dizer que esses enunciados dependem dos parâmetros estabelecidos pelas disciplinas em cujos interiores são formulados, para não reduzirmos tudo a uma questão de crença, tendo em vista que os enunciados de uma ciência são formulados também a partir dos métodos, regras e procedimentos aplicados por ela.

O poder do poder da auto-ajuda

Fazendo o levantamento dos itens lexicais modalizadores, encontramos 58 ocorrências do auxiliar modal *poder*, que passamos a analisar nas próximas linhas, tendo em vista que se trata do modalizador mais freqüente do *corpus*.

Koch (1981), desenvolvendo um estudo semântico-pragmático desse verbo modal, na perspectiva de uma gramática comunicativa, enfatiza o potencial comunicativo do Português, enquanto sistema lingüístico, ao explorar a polissemia desse auxiliar. Segundo a autora, esse é um dos “modais que, em língua portuguesa, apresenta maior número de matizes de significado, quer do ponto de vista puramente semântico, quer sob o ângulo de sua força ilocucionária” (KOCH, 1981, p.103). Do ponto de vista semântico, o verbo *poder* exprime os seguintes valores: a) permissão; b) possibilidade; c) capacidade (física, moral ou legal) ou habilidade. Seguindo a terminologia apresentada neste trabalho, no item “tipologia das modalidades”, temos respectivamente: modalidade deôntica, modalidade epistêmica e modalidade dinâmica. Koch (1981) esclarece também que, em certos enunciados, ocorre ambigüidade entre poder-possibilidade, poder-capacidade e poder-permissão. Assim, entendemos que, em função do valor polissêmico do modal, é preciso buscar no contexto em que é empregado elementos que revelem a leitura adequada¹³.

No caso em questão, o “contexto” é o discurso da auto-ajuda. Essa literatura, de um modo geral, prega que cada indivíduo é o responsável pelo próprio destino, pois tem o poder, a capacidade de atrair coisas boas ou ruins de acordo com a atitude mental e que, portanto, também tem o poder de mudar os aspectos da vida com os quais não está satisfeito. Por isso, imaginamos que o emprego do auxiliar *poder* como modal dinâmico, que exprime capacidade, deveria ser freqüente no *corpus*, o que realmente se confirmou (de acordo com o que podemos conferir, mais adiante, na Tabela 1). Assim, entendemos que em enunciados como:

(04) Qualquer um pode aprender a aumentar tremendamente a sua capacidade mental. (RIBEIRO, 1992, p.25)

(05) Você pode mudar a sua vida. (RIBEIRO, 1992, p.59)

com relação ao emprego de *poder*, recebem as seguintes leituras, respectivamente: (04) “Qualquer um tem a capacidade de/a habilidade de/as condições para aprender a aumentar tremendamente a sua capacidade mental”, ou “Qualquer um consegue aprender a aumentar tremendamente a sua capacidade mental”; (05) “Você tem a

¹³ Entendemos melhor a importância do contexto para a leitura adequada dos modais, retomando o quinto postulado de Coracini (1991, p.120): “as marcas ‘modais’ em si não determinam *a priori* o ponto de vista do sujeito-enunciador nem as interpretações possíveis: sua presença ou ausência aponta apenas para uma possível interpretação do texto”.

capacidade/a habilidade/o poder de mudar a sua vida”, ou “Você consegue mudar a sua vida”.

Lembremos que, segundo Palmer (1979), a modalidade dinâmica sugere que há circunstâncias no mundo real que tornam possível ou necessária a realização de um EC; com a modalidade dinâmica orientada para o sujeito – que é a presente nos exemplos em questão – essas circunstâncias são *características do sujeito*. Sendo assim, os exemplos (04) e (05) podem ser entendidos da seguinte forma, respectivamente: (04) “Qualquer um é tal que consegue aprender a aumentar a sua capacidade mental”, “Qualquer um tem tais propriedades que consegue aprender a aumentar a sua capacidade mental”, ou “Qualquer um tem a capacidade de aprender a aumentar a sua capacidade mental”; (05) “Você é tal que consegue mudar a sua vida”, “Você tem tais propriedades que consegue mudar a sua vida”, ou “Você tem a capacidade de mudar a sua vida”.

Se fizéssemos uma leitura epistêmica, teríamos as seguintes paráfrases: (04) “É possível que qualquer um aprenda a aumentar a sua capacidade mental”; (05) “É possível que você mude de vida”. Nesse caso, o sujeito-enunciador estaria avaliando a possibilidade de ocorrência de um EC, isto é, manifestando incerteza a respeito do que diz. Embora essa leitura seja perfeitamente possível para esses enunciados, se estivessem em outros contextos, ou mesmo fora de contexto, na literatura de auto-ajuda ela se enfraquece em função de outros enunciados desse discurso¹⁴ que nos conduzem à leitura dinâmica. Uma vez que o sujeito-enunciador desse discurso prega aos seus leitores que eles acreditem no próprio potencial para mudar de vida, alcançar o sucesso etc., como uma condição para que seus anseios e projetos se realizem, seria muito improvável que ele, na condição de divulgador de um saber¹⁵, manifestasse incerteza a respeito das teses que apresenta.

Assim, passamos a investigar a possibilidade de uma leitura dinâmica também para aqueles enunciados nos quais a leitura epistêmica seria mais óbvia. Desse modo, um enunciado como

(06) Você pode ser hoje uma pessoa bem diferente do que era há cinco ou dez anos atrás. (RIBEIRO, 1992, p.25)

pode receber as seguintes leituras: (i) É possível que você seja hoje uma pessoa bem diferente do que era há cinco ou dez anos atrás (poder = possibilidade; valor epistêmico); (ii) Você é tal (ou “tem tais propriedades”) que consegue/que tem as condi-

¹⁴ Lembremos que, na AD, o sentido das palavras, das expressões e dos enunciados se configura no interior das formações discursivas que as empregam, a partir das relações que estabelecem com outras palavras, expressões e enunciados desse mesmo discurso. A esse respeito, ver Pêcheux (1988).

¹⁵ Lair Ribeiro (1992) chama esse saber de “a Ciência do Sucesso”.

ções para ser hoje uma pessoa bem diferente do que era há cinco ou dez anos atrás (poder = capacidade; valor dinâmico).

O enunciado em questão aparece inserido no seguinte contexto: “É preciso dar oportunidade para que as pessoas e as coisas possam mudar. Inclusive você. Você pode ser hoje uma pessoa bem diferente do que era há cinco ou dez anos atrás”. Parafraseando, temos: “é preciso dar oportunidade para que as pessoas e as coisas *consigam/tenham condições de mudar*”. Percebemos, portanto, que o sujeito-enunciador está se referindo à não fixidez das situações, ao fato de que elas têm condições de serem alteradas; assim, em função do contexto em que se encontra o enunciado (06), entendemos que a leitura dinâmica lhe é mais adequada.

Quando expusemos as características da modalidade dinâmica orientada para o sujeito, vimos que, embora normalmente apenas os seres animados tenham habilidades, Palmer (1979) entende que ela também se aplica a seres inanimados, indicando que eles têm as qualidades necessárias ou o “poder” para provocar a realização de um evento. Sendo assim, incluímos entre esses enunciados que admitem dupla leitura, aqueles cujo sujeito é um ser inanimado. Vejamos um exemplo e as suas leituras possíveis:

(07) O azar pode ser sorte. (RIBEIRO, 1992, p.103) = (i) É possível que o azar seja sorte; (ii) O azar é tal que tem condições de ser sorte.

Para o exemplo (07), a leitura dinâmica – a leitura (ii) – pode parecer pouco esperada. Entretanto, essa leitura nos parece autorizada em função de certos enunciados que encontramos no *corpus*, como:

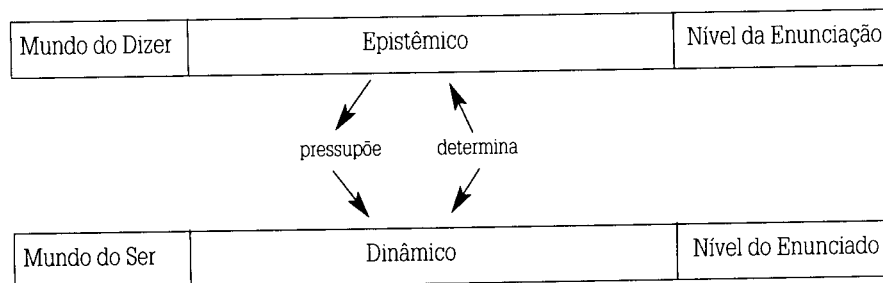
(08) A realidade é algo subjetivo. (RIBEIRO, 1992, p.21)

(09) O segundo problema de ilusão é pensarmos que “o que é sempre é”. (RIBEIRO, 1992, p.25)

Assim, ao afirmar “o azar pode ser sorte”, o sujeito-enunciador está, especialmente, tratando de uma das características, das propriedades do “azar” (mais exatamente, de sua mutabilidade, de sua condição de ser alterado) e não apenas manifestando uma incerteza a respeito do que diz. É como se estivesse dizendo a seus leitores: “diante do poder da mente, nada na vida é definitivo, conseguimos alterar todas as situações, conseguimos até mesmo transformar uma situação ruim, isto é, uma situação de *azar*”. Por outro lado, como a literatura de auto-ajuda insiste na importância da crença, uma outra paráfrase adequada para o enunciado (07) também seria: *Para quem acredita, o azar é sorte*. Desse modo, embora não estejamos descartando a leitura epistêmica de enunciados como o exemplo (07), acreditamos que o contexto no qual se encontram conduz também à leitura dinâmica.

Na verdade, essa possibilidade de uma dupla leitura epistêmica e dinâmica tem seus fundamentos além do discurso da auto-ajuda, pois existe mesmo uma relação

muito especial entre essas modalidades, que conduz a nossa atenção para a relação enunciado e enunciação. A esse respeito, reportamo-nos a Neves (1999-2000, p.100), segundo a qual “as quatro modalidades representam realces perceptivos da fronteira entre enunciação e enunciado”. Para cada modalidade, há uma orientação diferente, o que a autora esclarece a partir de um esquema, do qual reproduzimos a seguir, de uma forma simplificada, a parte que se refere às modalidades epistêmica e dinâmica¹⁶:



Pelo esquema, notamos que os modais dinâmicos levam verticalmente aos epistêmicos. Essa relação, de acordo com a autora, nasce do fato de que, do ponto de vista pragmático, os epistêmicos pressupõem os dinâmicos: alguém crê que alguém fará algo, porque está capacitado para isso. Já numa visão horizontal, o epistêmicos afetam o mundo do dizer (o crer), enquanto os dinâmicos afetam o mundo do referente, pois o fazer é uma faceta do ser.

Nesse mesmo trabalho, Neves (1999-2000) comenta os resultados de pesquisa que fez sobre o valor polissêmico dos verbos modais no Português contemporâneo. Analisando textos escritos, verifica que o verbo *poder* é empregado essencialmente (em 75% dos casos) como epistêmico.

Com os esclarecimentos que encontramos no trabalho de Neves (1999-2000), podemos dizer que o discurso da auto-ajuda segue uma tendência contrária à maior parte dos discursos correntes a partir dos quais os sujeitos enunciam, que são, provavelmente, bem menos otimistas que o discurso da auto-ajuda. Esse discurso desperta, ou melhor, revigora no verbo *poder* o matiz de sentido dinâmico que se encontra por trás do seu valor epistêmico. Embora o valor dinâmico sempre esteja presente nos empregos epistêmicos do verbo *poder* (conforme o esquema apresentado por Neves (1999-2000), ele não se manifesta necessariamente em qualquer discurso, ao contrário do que acontece com o discurso da auto-ajuda, que resgata esse valor, o que provoca, certamente, um enfraquecimento no valor epistêmico deste auxiliar como recurso para manifestar incerteza.

Tendo esclarecido as leituras que fizemos do verbo *poder*, apresentamos a seguir a Tabela 1, na qual se encontra o levantamento do seu emprego no *corpus* analisado.

¹⁶ No esquema que apresenta, a autora trata também da relação entre a modalidade deontica e a alética.

Tabela 1: Emprego do verbo poder

Valor	Nº de ocorrências	%
Deontico	02	03,5%
Exclusivamente epistêmico	09	16%
Epistêmico e Dinâmico	11	19,7%
Dinâmico	34	60,8%
Total	56	–

A tabela nos revela que, no *corpus* analisado, é mais freqüente o emprego de *poder* com valor dinâmico, enquanto seu emprego como modalizador epistêmico é baixo, o que aponta para a confirmação da hipótese que fizemos a respeito da manifestação da dúvida como sendo um traço semântico rejeitado pelo discurso em questão. Reforça essa confirmação o fato de que o *poder* epistêmico, em nenhum dos casos encontrados, faz parte de um enunciado que se refere a alguma das teses da auto-ajuda. No que se refere à temática da auto-ajuda, são enunciados que se referem a temas, por assim dizer, periféricos, provavelmente mais ligados à construção do texto em que se encontram do que ao discurso da auto-ajuda em si.

Portanto, a baixa ocorrência de *poder* com valor epistêmico no *corpus* reforça nossa hipótese inicial, tendo em vista que se trata de uma manifestação de incerteza local, ligada às questões textuais. A esse respeito, vale a pena lembrarmos que “texto” e “discurso” são realidades diferentes e que, embora muito ligadas – afinal, é nos textos que os discursos se manifestam – não devem ser confundidas. Além disso, conforme veremos no próximo item, quando emprega esse modalizador, **o sujeito-enunciador não assume como sua a incerteza presente em seu enunciado.**

A modalidade epistêmica

Finalmente, analisamos neste item os modalizadores epistêmicos presentes no *corpus*. Para tanto, apresentamos inicialmente um levantamento de todos os modalizadores que encontramos.

Tabela 2: Classificação dos modalizadores presentes no corpus

Tipo de modalizador	Nº de ocorrências	%
Epistêmico/Dinâmico	11	11,4
Epistêmico	18	18,8
Deontico	33	34,4
Dinâmico	34	35,4
Total	96	–

Conforme mostra a tabela, o número de modalizadores presentes no *corpus* é pequeno: em 112 páginas, existem somente 96 modalizadores, dos quais apenas 18 são epistêmicos (menos de 20% das ocorrências). A tabela seguinte apresenta-os divididos conforme a camada da frase em que se encontram (predicação ou proposição).

Tabela 3: Classificação dos modalizadores epistêmicos segundo a camada frasal em que atuam

Nível de atuação	Nº de ocorrências	%
Predicação	10	55,6
Proposição	08	44,4
Total	18	—

Embora o número de ocorrências de epistêmicos de proposição seja bastante próximo ao de predicação, verificamos que a qualificação epistêmica de um EC é o que predomina com 10 ocorrências. Dessas, nove são do verbo auxiliar *poder*, conforme apresentado na Tabela 1. Segundo vimos no trabalho de Dall'Aglío-Hattner (1995), a qualificação epistêmica de um EC se apresenta como independente da avaliação do falante; "desta forma não há nenhuma manifestação do comprometimento do falante com a verdade de seu enunciado" (DALL'AGLIO-HATTNER, 1995, p. 132), o que "constitui poderoso recurso para sugerir distanciamento; com isso o falante, adquirindo foros de isenção, obtém dar maior autoridade a suas declarações" (NEVES, 1996, p. 181). Por isso, embora as ocorrências em questão sejam manifestações de possibilidade, elas não se apresentam como manifestações de incerteza do falante em si, que se esquia desse comprometimento, **apresentando a possibilidade como algo que independe dele**, o que parece ser mais um indicio da pertinência da hipótese que formulamos.

Quanto à qualificação epistêmica de proposição, todas as ocorrências do *corpus* são de advérbios, o que também reforça a nossa hipótese tendo em vista que, embora nesse tipo de qualificação epistêmica o nível do comprometimento do falante seja maior do que no caso da qualificação epistêmica de predicação, em se tratando de efeito de sentido, temos o mesmo resultado, pois, conforme postula Nuyts (1993), a qualificação expressa por advérbios modalizadores é recebida pelos interlocutores **como independente da avaliação do falante**.

Ou seja, não há no *corpus* modalizadores que manifestem incerteza assumida pelo sujeito-enunciador. Aliás, embora tenhamos optado por não investigar os evidenciais, notamos que não há no *corpus* verbos de opinião e crença (como *achar*, *crer* e *acreditar*) que, empregados na primeira pessoa do singular, são os principais recursos de manifestação de dúvidas e incertezas assumidas pelo falante, tendo em vista que a evidencialidade que eles indicam é uma crença ou inferência do próprio falante¹⁷. Também

¹⁷ A esse respeito, reportamo-nos a Dall'Aglío-Hattner (2001, p. 57).

estão totalmente ausentes construções com efeito de sentido semelhante, como “eu tenho a impressão de que”, “parece-me que”, “penso que” etc. Como indicam que a inferência é do próprio falante, esses evidenciais intensificam o grau de incerteza do enunciado. Assim, existem no *corpus* registros de incerteza, mas não de incerteza assumida pelo sujeito-enunciador quanto às teses da auto-ajuda. Notamos que os advérbios modalizadores, assim como o que aconteceu com o emprego epistêmico do verbo *poder*, se encontram em enunciados periféricos ligados a explanações sobre as teses da auto-ajuda, mas não em enunciados que as apresentam. Nos enunciados que trazem especificamente essas teses não há nenhuma manifestação de incerteza, isto é, o sujeito-enunciador desses enunciados não diz “talvez você consiga mudar de vida”, “provavelmente o poder da mente funciona”, “quem sabe Deus nos ajuda se tivermos fé” etc. Pelo contrário, no que se refere à exposição das fórmulas dessa literatura, o que notamos é a presença de um sujeito-enunciador bastante convicto do que diz.

Enfim, encontramos na análise que desenvolvemos um conjunto de sinais que apontam para a confirmação da hipótese de que a manifestação de certeza é um dos traços que constituem o discurso da auto-ajuda, ao passo que a manifestação da dúvida é um dos que rejeita. Essa confirmação se apóia especialmente no fato de que não encontramos nenhum registro de incerteza assumida pelo sujeito-enunciador dos enunciados analisados que, certo do que diz, sempre se distancia de seus enunciados quando há neles marcas do possível (isto é, do que não é dado como certo, como garantido). Trata-se, portanto, de um sujeito-enunciador que foge do terreno da incerteza, aumentando a credibilidade do que diz.

BRUNELLI, A. F. Modality in self-help books. *Alfa*, São Paulo, v.47, n.2, p.117-137, 2003

- **ABSTRACT:** *Based on Maingueneau's discourse theory (1998), this paper tackles modality in self-help books. The analysis reveals that instantiation of certainty is one of its outstanding semantic features.*
- **KEYWORDS:** *French discourse analysis; self-help counseling literature; modality.*

Referências bibliográficas

CERVONI, J. *A enunciação*. São Paulo: Ática, 1989.

CORACINI, M.J. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: Educ; Campinas: Pontes, 1991.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. *A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor*. 1995. 163f. Tese (Doutorado em Letras: Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1995.

_____. Modalidade e evidencialidade: forma e função. Relatório Científico. FAPESP/UNESP, 2001. 59p.

- DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. et al. Uma investigação funcionalista da modalidade epistêmica. In: NEVES, M.H.M. (Org.) *Descrição do português: definindo rumos de pesquisa*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001. p.103-143.
- DIK, S. *The theory of functional grammar*. Dordrecht: Foris, 1989.
- HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish. *J. Semantics*, Oxford, v.6, p. 227-69, 1988.
- _____. Layers and operators in functional grammar. *J. Linguistics*, Cambridge, v. 25, p.127-57, 1989.
- HOFF, B. J. Evidentiality in the Carib: particles, affixes and a variant of Wackernagel's Law. *Lingua*, North-Holland, v.69, p.49-103, 1986.
- KOCH, I. G.V. O verbo poder numa gramática comunicativa do Português. *Cadernos da PUC: Arte e Linguagem*, São Paulo, n.8, p.103-113, 1981.
- _____. A questão das modalidades numa nova gramática da língua portuguesa. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, n.8, p.227-36, 1986.
- _____. *Argumentação e linguagem*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. v.2
- MAINGUENEAU, D. *Semantique de la polemique*. Lausanne: L'Age d'homme, 1983.
- _____. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1989.
- _____. *Gênese du discours*. Tradução manuscrita de Sirio Possenti. Campinas: [S.l.], 1998.
- NEVES, M. H. M. A modalidade. In: KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- _____. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. A modalidade: um estudo de base funcionalista na língua portuguesa. *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra, v. 23, p.97-123, 1999/2000.
- NUYTS, J. Epistemic modal adverbs and adjectives and the layered representation of conceptual and linguistic structure. *Linguistics*, Hawthorne, v.31, p.933-69, 1993.
- PALMER, F.R. *Modality and the english modals*. New York: Longman, 1979.
- _____. *Mood and modality*. New York: Cambridge University Press, 1986.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- RAJAGOPALAN, K. Sobre a eficácia comunicativa de verbos performativos na negativa. *Série Estudos*, Uberaba, n.9, p.30-38, 1983.
- RIBEIRO, L. *O sucesso não ocorre por acaso*. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 1992.
- WILLET, T. A cross-linguistic survey of the grammaticalization of evidentiality. *Studies in Language*, Dordrecht, v.12, n.1, p.51-97, 1988.
- WRIGHT, G. H.von. *An essay in modal logic*. Amsterdam: North Holland, 1951.

A PERÍFRASE CONJUNCIONAL “SÓ QUE”: INVARIÂNCIA E VARIANTES

Sanderléia Roberta LONGHIN-THOMAZI¹

- RESUMO: O objetivo deste trabalho é descrever o comportamento lingüístico da perífrase *só que* em dados do português falado e escrito. Para tanto, contemplo duas perspectivas: a invariabilidade e a variabilidade de *só que*. A primeira se refere, entre outras coisas, ao sentido básico de cancelamento de pressuposição pragmática; e a segunda, ao fato de *só que* assumir, conforme as condições de uso, cinco acepções de sentido, que têm características lingüísticas distintas.
- PALAVRAS-CHAVE: *Só que*; coordenação; pressuposição pragmática; argumentação.

Introdução

Apesar de dispor de um conjunto de partículas para assinalar as relações de adversidade, oposição ou contraste (*mas, porém, contudo, todavia, no entanto etc.*), a língua portuguesa criou a perífrase *só que*, um item conjuncional de natureza coordenativa, que tem a propriedade de estabelecer, entre os segmentos que articula, um tipo particular de contraste, que será devidamente qualificado ao longo deste trabalho. O exemplo (01) traz uma ocorrência de *só que*:

(01) Você pede desculpas a seu marido, mas ele continua brigando. Você traz flores para sua esposa, **só que** ela não o perdoa no ato. Infelizmente, ação e reação instantâneas só acontecem na física. (KANITZ, 2001, p. 20, grifo nosso)

Como tantas outras perífrases conjuncionais formadas por “base + que”, *só que* é produto de um mecanismo de produção de conjunções muito mais amplo, que vem se

¹ Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP – Brasil. Pesquisadora da FAPESP (Programa “Jovens Pesquisadores em Centros Emergentes”). E-mail: longhin-thomazi@bol.com.br.

definindo há séculos e que, a qualquer momento, pode produzir conjunções novas, a partir da reinterpretação de material lingüístico disponível no repertório da língua. Trata-se, mais especificamente, de um processo de criação lingüística bastante antigo, e ainda muito produtivo, que consiste em combinar a partícula *que* com palavras de diferentes categorias, para a formação de perífrases conjuncionais.

Neste trabalho, meu objetivo é descrever o comportamento lingüístico de *só que* em dados do português falado e escrito². Para tanto, vou contemplar dois aspectos: a invariância e as variantes de *só que*. A invariância diz respeito às características que são constantes em todas as ocorrências de *só que* como, por exemplo, o sentido básico que a perífrase estabelece entre os segmentos que une. Já a variância, por outro lado, diz respeito ao fato de que, dependendo das condições de uso, *só que* pode assumir cinco diferentes acepções de sentido, cuja análise depende, em grande parte, da consideração de aspectos relacionados à orientação argumentativa e à distribuição de informação.

Invariância

Para caracterizar a invariância de *só que*, retomo parte dos critérios que, em trabalho anterior (LONGHIN, 2003), utilizei para evidenciar que *só que* é uma conjunção coordenativa. Esses critérios foram extraídos de um texto de Charles Bally (1965), intitulado *Trois formes caractéristiques d'énonciation: phrase coordonnée, phrase segmentée, phrase liée*, no qual identifiquei a possibilidade de atribuir à combinação de orações um caráter gradual, explicável pela concorrência de vários fatores. Embora antiga, a proposta de Bally traz para o estudo das orações compostas uma contribuição extremamente original, já reconhecida antes por Ducrot (1977), Koch (1987), Guimarães (1987) e Carone (1988), e tem entre outras vantagens a de lançar mão de noções de ordem semântica para distinguir três formas de combinar orações, que o autor denomina Coordenação, Segmentação e Soldadura.

O caráter peculiar da abordagem de Bally (1965) já aparece na própria noção de oração, que é desvinculada da representação, a que estamos acostumados, que estabelece uma distinção sintática entre sujeito e predicado gramaticais. Para o autor, toda oração é um ato de enunciação completo, que se presta a uma caracterização tipicamente funcional, a saber, é suscetível de bipartição em dois segmentos de importância comunicativa diferente: o **tema** e o **propósito**. O tema é definido como o ponto de

² O material de fala foi composto a partir da seleção de várias amostras. Do PEUL, tomei dois *corpora*: "Amostras do português falado no Rio de Janeiro" (APF), organizado por Paiva (1999), e o "Banco de Dados Interacionais" (DBI), organizado por Roncarati (1996). Do NURC (material reunido em disquete), utilizei a amostra mínima, o chamado *corpus* comparilhado do Projeto Gramática do Português Falado, que inclui dados procedentes de cinco capitais. Além disso, pesquisei um conjunto de narrativas de experiência pessoal (NEP), que integra o acervo ainda não publicado da UNESP/S.J. Rio Preto, e que foi constituído nos anos de 1991 a 1994. O material de escrita foi composto pela seleção dos números semanais da revista *Veja*, referentes aos anos 32 a 35.

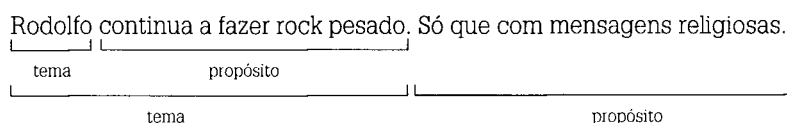
partida ao qual é acrescentado o propósito, que é o centro de interesse da comunicação. A sequência (**tema**)/**propósito** corresponde ao padrão habitual, mas é possível prever enunciações formadas apenas pelo propósito.

A coordenação semântica, nos moldes de Bally (1965), deve satisfazer duas condições prévias: dados os segmentos A e B, eles serão coordenados se (i) A constituir um ato de enunciação completo, capaz de funcionar de forma independente; e, (ii) B constituir o propósito de A. Aplicadas aos enunciados com *só que*, essas condições explicam duas características que invariavelmente são apresentadas por essa perífrase, a saber:

(a) *Só que* articula segmentos autônomos. Num enunciado “A, *só que* B”, A constitui um ato de enunciação capaz de funcionar sozinho, independentemente da presença de B. Por exemplo, em (02), o segmento A (“Rodolfo continua a fazer rock pesado”) é autônomo e comporta em si um tema (“Rodolfo”) e um propósito (“continua a fazer rock pesado”).

(02) Rodolfo, ex-Raimundos, continua a fazer rock pesado. **Só que** com letras cheias de mensagens religiosas. (MARTINS, 2002, p.117, grifo nosso)

(b) *Só que* introduz a informação mais importante. Num enunciado “A, *só que* B”, B constitui o propósito de A, prevalecendo, dessa forma, o padrão habitual em que o tema é seguido pelo propósito. Isso equivale a afirmar que o segmento A, ao mesmo tempo que se presta à análise em tema/propósito, é também tomado como tema de B; e que o segmento B introduzido por *só que* acrescenta ao discurso a informação mais importante ou saliente, aquela que, do ponto de vista contextual, é geralmente **nova**, no sentido de não ter sido considerada antes.



Além disso, Bally (1965) propõe que, particularmente na coordenação, o primeiro segmento (tema) é sempre retomado no segundo (propósito), ou melhor, que B contém um “representante” de A, em razão de uma retomada de base anafórica. Ora, se ao pronunciar A, o locutor faz o ouvinte considerar um conjunto de informações que servirá de suporte para a introdução de uma nova porção de informação trazida por B, então é natural que A e B compartilhem informações; caso contrário, não teria justificativa a união desses elementos. Esse critério de Bally (1965) ajuda a explicar mais uma característica de *só que*, que descrevo em (c):

(c) Os segmentos unidos por *só que* sustentam uma relação coesiva. Existe entre os elementos unidos por *só que* uma relação coesiva, que é essencialmente

anáforica: o enunciado introduzido por *só que* toma o enunciado precedente como tema, retomando explicitamente um de seus constituintes, como é o caso de “os trombadinhas”, no exemplo (03), ou retomando, por meio de associações que envolvem cálculo de sentido, uma informação implícita, que é reconstruída via inferenciação³, através da mobilização dos contextos lingüístico e cognitivo. Este é o caso de “caldo”, no exemplo (04) que, embora não tenha sido mencionado antes, pode ser inferido a partir do conhecimento comum que os interlocutores têm de canja.

(03) Essas crianças estão aprendendo a conseguir o que querem na marra, como se não existisse lei. Desse ponto de vista, elas foram igualadas pelo MST aos trombadinhas que amedrontam os cidadãos dos grandes centros urbanos. **Só que** em geral os trombadinhas não têm família, ao contrário dos pequenos sem-terra. (REFORMA..., 2000, p.50, grifo nosso)

(04) Doc: Como é que é? Cê sabe como é?
L1: é o pato assim... ele vem o pato cozido feito uma espécie de canja... **Só que** o caldo é justamente uma água misturada com uma farinha. (NURC/DID-328-RJ)

Em outras palavras, o enunciado introduzido por *só que* tem a dupla função de recuperar ou reativar uma informação dada, por meio da remissão a elementos já mencionados antes ou a elementos inferíveis do contexto; e de predicar sobre essa informação dada, acrescentando informação nova.

Outro critério que, para Bally (1965), é relevante para explicar a coordenação é a relação de sentido. Segundo o autor, a colocação de dois enunciados lado a lado é justificada, antes de mais nada, pelo sentido que emerge dessa colocação, mesmo na ausência de qualquer marca explícita de conexão. Deste critério resulta a última característica que atribuí a *só que* sob o rótulo de invariabilidade:

(d) *Só que* estabelece entre A e B uma relação de contraste. A relação de sentido que emerge da articulação com *só que* consiste num tipo de contraste que decorre da quebra ou cancelamento de uma **pressuposição**, entendendo-se por “pressuposição”, em sentido pragmático, toda informação que é tomada pelo falante como conhecimento comum entre os participantes da interação. Ou, nas palavras de Stalnaker (1972, p.390), “pressupor uma proposição no sentido pragmático é aceitar como certa a sua verdade, e supor que os outros envolvidos no contexto façam o mesmo”.

Com o intuito de refinar a noção de cancelamento de pressuposição pragmática, faço uma breve revisão de três trabalhos que, de alguma maneira, abordam esse as-

³ Nessas ocorrências em que a retomada é condicionada pragmaticamente, temos um tipo de relação similar aos casos de “anáfora associativa” ou “anáfora semântica” que, segundo Koch (2002, p.107), “consiste numa configuração discursiva em que se tem um anafórico sem antecedente literal explícito, cuja ocorrência pressupõe um *denotatum* implícito, que pode ser reconstruído, por inferência, a partir do contexto precedente”.

sunto. Heine *et al.* (1991), por exemplo, explicam que o cancelamento de pressuposição ou “quebra de expectativa”, para me valer de sua terminologia, acontece nas situações em que há uma divergência entre o que é afirmado e as expectativas “normais” dos participantes (ou seja, tudo que é avaliado, esperado ou assumido como padrão característico do mundo com o qual o falante tem familiaridade). Já Dijk (1977), em outra linha de investigação, analisa o papel de certos conectivos contrastivos que promovem a quebra de expectativa, salientando que tais partículas apresentam três características essenciais: (i) podem sinalizar circunstâncias em que as propriedades e os cursos dos eventos contrastam com as expectativas “normais” do mundo; (ii) podem indicar estados ou eventos meramente inesperados ou indesejados; ou ainda, (iii) podem expressar a não satisfação de condições possíveis, prováveis ou necessárias. Dik (1989), por sua vez, propõe que o contraste por quebra de pressuposição ocorre quando o falante cancela uma pressuposição do ouvinte, ao efetuar mudanças na informação pragmática deste. Essas mudanças consistem em acréscimo, substituição ou eliminação de parte de informação.

Em resumo, dadas as características que invariavelmente são encontradas nos enunciados articulados por *só que*, é possível propor para a perífrase uma definição mais geral, a saber: *só que* é um item conjuncional que une um enunciado autônomo a uma circunstância nova, não considerada até o momento, estabelecendo entre eles um sentido básico, fortemente pragmático, que é produto do cancelamento de uma pressuposição comum aos participantes na interação comunicativa. Esse sentido básico, que está subjacente a todas as ocorrências de *só que*, é especificado conforme condições contextuais, resultando nas várias acepções de *só que*, que descrevo a seguir.

Variantes: as acepções de *só que*

Só que pode assumir cinco acepções de sentido, que denominei: *só que* marcador de diferença; *só que* marcador de refutação; *só que* marcador de surpresa; *só que* marcador de contra-argumentação; e, *só que* marcador da não-satisfação de condições. Não se trata de categorias discretas. Pelo contrário, há casos que poderiam se enquadrar em mais de um tipo. Além disso, essa classificação não permite dar conta de todos os empregos de *só que* encontrados.

***Só que* marcador de diferença**

Só que marcador de diferença se fundamenta em uma comparação de igualdade⁴

⁴ As expressões que mais comumente são usadas para introduzir a comparação são: *é como (se)...*, *tudo como...*, *é similar a...*, *parece...*, *o mesmo acontece...*, *também é...*, *tão... quanto*, *é igual a...*, *tem os mesmos...*, *lembra um...*, *são semelhantes...*, *é mais ou menos como...*

entre dois elementos: inicialmente o locutor apresenta as similaridades existentes entre eles, para então cancelar as pressuposições criadas por essas similaridades. Ao lançar mão da comparação, o locutor realiza uma sequência de estratégias de caráter altamente pragmático:

- (i) busca no mundo um conjunto de informações que julga compartilhado pelo(s) interlocutor(es) e o transforma em uma espécie de “modelo” para aquilo que vai comunicar, visando com isso facilitar o processamento das informações;
- (ii) assinala a diferença entre o que é comunicado e o modelo evocado, recorrendo a um enunciado introduzido por *só que*, que traz uma informação geralmente nova, não considerada antes;
- (iii) (com a marcação de diferença), cancela parte das expectativas ou pressuposições que foram despertadas no(s) interlocutor(es).

Essas estratégias estão evidentes no exemplo (05), em que para explicar a receita do arroz-doce, a locutora evoca o “modelo” do arroz comum (“faz igual a um arroz comum”), que inclui determinados procedimentos, associados a um número de ingredientes, tais como, alho, sal, óleo e água. Depois de igualar as duas receitas, a locutora utiliza um enunciado com *só que* para marcar a diferença, que está na exclusão de apenas dois dos ingredientes.

(05) A: Eu nunca fiz arroz-doce...

B: Faz igual a um arroz comum, **só que** sem alho e sem sal. (PEUL/BDI)

(RONCARATI, 1996, p.50, grifo nosso)

A marcação de diferença se dá pela adição de informação nova, que pode representar tanto um acréscimo de informação ao modelo evocado, como também uma substituição ou exclusão de parte de informação do modelo. Em outras palavras, por meio dos enunciados encabeçados por *só que* marcador de diferença, o locutor promove um cancelamento de pressuposições, através uma das três operações seguintes:

Adiciona informações ao modelo: o locutor avalia que o interlocutor possui uma informação incompleta, à qual precisa ser acrescida uma nova porção de informação que julga relevante. Como exemplo, considere (06), em que os elementos envolvidos na comparação são os sintomas da gripe australiana e os sintomas das gripes comuns (na verdade, os últimos são evocados para explicar os primeiros). A porção de similaridade, que certamente é partilhada pelos interlocutores, corresponde à “febre alta, dores e mal estar geral”, e a diferença trazida pelo *só que*, que vai cancelar as pressuposições ao adicionar um dado relevante, está na força dos sintomas da gripe australiana.

- (06) Os sintomas da chamada gripe australiana são semelhantes aos de qualquer outra – febre alta, dores por todo o corpo e mal-estar geral. **Só que** mais fortes. (POLES, 2000, p.70, grifo nosso)

Substitui parte do modelo: o locutor avalia que do modelo assimilado pelo parceiro é preciso rejeitar uma parte e substituí-la por outra. É isso que acontece em (07), em que a receita do estrogonofe é usada como modelo para a realização de uma outra receita, cujos ingredientes para o preparo são os mesmos, com exceção do creme de leite, que é substituído pelo requeijão. Análise similar vale para (08).

- (07) [É do mesmo jeito] (hes) Não, com <re-> -é com requeijão, é. É o estrogonofe – do mesmo jeito que faz o (est) estrogonofe. **Só que** em vez de você colocar o creme de leite, você coloca o requeijão. (PEUL/APF-E29)
(PAIVA, 1999, p. 188, grifo nosso)

- (08) A número 1!!! A música é a mesma, o mesmo o ritmo febril das imagens que se sucedem, o mesmo o gesto de fazer o número 1 erguendo o dedo indicador. Tudo como no anúncio da cerveja. **Só que**, em vez da cerveja, o que se tenta vender é a candidata. Sai a Brahma, entra Roseana Sarney. (TOLEDO, 2002, p.114, grifo nosso)

Exclui parte do modelo: o locutor avalia que, a partir do modelo assimilado, o interlocutor pode desenvolver uma expectativa equivocada e, por isso, exclui parte dele, sem pôr nada no lugar. Em (09), mais um exemplo relativo à culinária, para explicar o preparo da torta de bacalhau, o locutor toma como modelo o processo de preparação do pudim de pão. Segundo ele, é “tudo o mesmo processo”; a diferença está na exclusão do açúcar.

- (09) A: A senhora faz como se fosse é a torta de bacalhau fazendo- assim (hes) usando o mesmo processo do pudim de pão.
B: É?
A: O pão molhado no leite, o bacalhau desfiadinho, tudo o mesmo processo, **só que** não põe o açúcar, e fica muito bom. (PEUL/APF-E35)
(PAIVA, 1999, p.165, grifo nosso)

Em síntese, o contexto em que esse tipo de *só que* aparece é sempre o mesmo: para explicar X, o locutor evoca um modelo Y, ao qual X é comparável em quase tudo. Depois de considerar o modelo Y em sua totalidade, o locutor rompe parcialmente com o conteúdo de Y, por meio da adição, substituição ou exclusão de informação, tornando clara a diferença entre X e Y.

Só que marcador de refutação

É característico de contextos em que o locutor desmente, nega ou contesta uma informação explícita ou implicitamente veiculada antes, e fornece a seguir a informação que julga correta. Nessa acepção de *só que*, predomina uma estrutura que associa uma refutação a uma retificação, necessitando apenas da presença de um conjunto opositivo que, para o exemplo (10) abaixo, é o par *enfarte vs. veia entupida*.

- (10) oh:: o senhor tá com infarti... tem que ir prá Rio Preto... que aqui num tem aparelhagem que precisa... ele me levou no hospital... na Santa Casa... aqui de Rio Preto... fiquei dez dia internado... cinco dia no CTI... ligado nos aparelho... aí depois eu fui pro quarto... fiquei em observação... aí:: me liberaram... vortei... prá trabalhá fiquei um tempo que eles me deram... trabalhei mais... resto do mês... aí eu vortei a senti mal de novo... **Só que** aí já num era infarti.. aí já era... é:: é... uma veia entupida... (NEP/91)

Em virtude da negativa explícita, essa acepção de *só que* comporta uma **polêmica imaginária**, nos termos propostos por Vogt e Ducrot (1980). Para esses autores, qualquer enunciado negativo pressupõe uma asserção prévia e implícita, que é atribuída a um possível enunciador, de modo que quando o locutor enuncia não-X, necessariamente se faz enunciar X, ao qual ele vai se opor. Assim, o locutor traz para seu discurso uma enunciação virtual, pela qual não se responsabiliza, para então rejeitá-la. Sob essa análise, o significado dos enunciados com *só que* marcador de refutação é **polifônico**⁵: há mais de uma voz presente na enunciação e o cancelamento de pressuposições se dá a partir do conflito instalado entre essas vozes.

Em (10), ao dizer “só que aí já não era infarti”, o locutor refuta o enunciado positivo correspondente, “aí era infarti”, enunciado este que não é dito de forma explícita, mas que é facilmente recuperado se admitirmos que ele é mobilizado por um outro enunciador, dentro daquele discurso. A ocorrência pode ser interpretada assim: o locutor conta que teve um enfarte e que passou por um período de internação até se recuperar e voltar ao trabalho. A seguir, acrescenta que, depois de um tempo, voltou a se sentir mal novamente. Nesse contexto, é possível que um interlocutor virtual pressuponha pragmaticamente: “então você teve outro enfarte”. O locutor, tendo avaliado essa possibilidade, adianta-se e recusa essa suposição, que sequer foi proferida. Não estando satisfeito, ele ainda justifica essa recusa, fornecendo a informação correta “aí já era uma veia entupida”.

⁵ Segundo Ducrot (1983), a polifonia decorre do fato de o locutor apresentar, em seu ato de enunciação, um ou vários enunciadores, que podem ou não se identificar com ele. Trata-se, em outros termos, da possibilidade de reconhecer em um enunciado a presença de enunciadores (interlocutores, terceiros, opinião pública), que se manifestam de pontos de vista diferentes.

O exemplo (11) abaixo é mais uma ocorrência de *só que* de refutação. Neste caso, o alvo da refutação é a informação pressuposta “a Petrobrás foi privatizada”, claramente contida no primeiro enunciado. Semelhante ao exemplo anterior, também transparece aqui a preocupação do locutor em ser maximamente informativo. Prova disso é que, para ele, não basta recusar uma porção de informação, mas é necessário justificar essa recusa, o que ele faz por meio da introdução de informação nova: “a única intenção do governo é transferir parte das ações para o público”.

- (11) A Procuradoria da República no Amazonas abriu um Inquérito Civil Público para apurar o “processo de privatização da Petrobrás”. **Só que** o governo não vendeu nem pretende vender a estatal. Quer apenas transferir na bolsa uma parte de suas ações para o público. (GOIS, 1999, p.32, grifo nosso)

***Só que* marcador de surpresa**

Só que marcador de surpresa é típico de situações em que o imprevisto, o inesperado, o indesejado ou o incompatível contrasta com o que é considerado “normal” no mundo dos interlocutores. Trata-se, em outras palavras, de circunstâncias em que o que se esperava não aconteceu, ou que aconteceu justamente o que não se esperava ou desejava. Por exemplo, nas ocorrências em (12), *só que* cancela pressuposições na medida em que introduz fatos inesperados numa linha discursiva que tinha uma direção certa, previsível, baseada no conhecimento comum existente entre os participantes.

- (12) a gente tinha combinado de passar o carnaval na praia né... então ia eu... duas amigas minhas e o namorado de uma delas... aí a gente tinha combinado pra sair as oito... da noite né... **só qui** começou a maior chuva... aí meu pai começou a implicar... não vocês não vão agora não... é perigoso né. [...] e saímos né... pra viajar assim com a maior chuva né, com aquela maior tempestade... aí quando a gente tinha andado assim umas quatro horas mais ou menos... a chuva já tinha parado... **só qui** tinha um galho... no meio da estrada. (NEP/94)

***Só que* marcador de contra-argumentação**

O conceito de argumentação utilizado neste trabalho é aquele da Teoria da Argumentação, proposta teórica que teve origem nos escritos dos lingüistas Jean-Claude Anscombre e Oswald Ducrot (1976), e que foi aplicada com sucesso em dados do português, particularmente nas décadas de setenta e oitenta. Tal proposta consiste numa

teoria semântica centrada em aspectos pragmáticos do sentido, que rejeita qualquer tentativa de análise em termos lógicos.

A tese de Ducrot (1977, 1981) é que usamos a linguagem sobretudo para fins **argumentativos**: a todo momento pretendemos atuar sobre nossos interlocutores, com intuito de obter deles determinadas respostas linguísticas ou não linguísticas. Argumentar é, para ele, utilizar um enunciado A com a finalidade de justificar um enunciado B, reconhecendo-se em A um argumento, e em B, uma conclusão. O autor afirma que os argumentos têm uma orientação, ou seja, servem para legitimar uma ou mais conclusões. E é justamente por meio da orientação argumentativa que o locutor fornece indicações de como deseja que seu enunciado seja interpretado.

A argumentatividade, diz Ducrot (1977), está inscrita na própria gramática das línguas, que dispõem de marcas linguísticas explícitas destinadas a indicar a orientação argumentativa dos enunciados. A essas marcas, em geral de natureza conjuncional ou adverbial, Ducrot (1977) reservou os termos conectores e operadores argumentativos. Tais partículas desempenham um papel crucial na construção dos sentidos, uma vez que sinalizam o argumento mais forte ou mais fraco, tendo em vista uma conclusão.

Um dos méritos da abordagem argumentativa foi o de explicitar que algumas conjunções não se restringem à função sintático-semântica de ligar sentenças, mas também desempenham a função argumentativa de indicar o peso que as sentenças têm, enquanto argumentos, para possíveis conclusões. Entre os resultados mais significativos alcançados no estudo das conjunções está a análise do *mas* (considerado o operador argumentativo por excelência), em enunciações do tipo *A mas B*. Ducrot (1977) conseguiu explicar que o contraste que emerge dessa estrutura resulta do fato de se tomar A e B como argumentos a favor de conclusões opostas, respectivamente, *r* e *não-r*, e de se admitir B como argumento mais forte em favor de *não-r*, do que o é A em favor de *r*. Dessa forma, a seqüência *A mas B*, tomada em sua totalidade, é orientada argumentativamente em favor de *não-r*. Mais recentemente, com a reformulação da teoria, Ducrot (1983) deixa de lado a idéia de argumento mais forte e prefere falar que o locutor negligencia A para se apoiar apenas em B. A força argumentativa superior atribuída a B é, segundo ele, somente a justificação dessa decisão.

Meus dados revelam que há três situações em que *só que* funciona como suporte para uma contra-argumentação. Na primeira, exemplificada em (13), o locutor dá legitimidade a uma conclusão, mas depois a descarta em favor de uma conclusão contrária:

- (13) A gente começa a cantar escondido, aí como todo mundo começa a rir, aí ela percebe, sabe? É, deixa eu ver mais quem? Tem o Carlos de ciências- ciências. (aos) [ele] ele é legal, assim, sabe? **Só que** eu não vou muito com a cara muito com a cara dele não. (PEUL/APF-Adr63c)
(PAIVA, 1999, p. 171, grifo nosso)

Nessa ocorrência, o enunciado "Carlos é legal" argumenta em favor da conclusão "todos, inclusive o locutor, gostam do Carlos". Mas não é essa a conclusão legitimada, pois esse argumento, na verdade, não é do locutor. Provavelmente, ele é atribuído a outro(s) enunciator(es). Trata-se, portanto, de mais um caso em que a "voz do outro" tem lugar nos enunciados com *só que*: o locutor reconhece a validade do argumento "do outro", incorpora esse argumento em seu discurso, mas de maneira alguma adere a ele. Sua conclusão definitiva pressupõe um argumento decisivo contrário àquele do enunciator.

É esse tipo de contra-argumentação que explica o exemplo (01), mencionado na introdução. Nele, o argumento "você traz flores para sua esposa" sugere uma conclusão como "ela deve perdô-lo", e o segmento introduzido por *só que* sugere uma conclusão contrária: "ela não o perdôa no ato". Nesse exemplo, diferentemente do anterior, é preciso recuperar o argumento decisivo que aparece no final: "infelizmente, ação e reação instantâneas só acontecem na física".

Na segunda situação, a contra-argumentação é resultado do conflito entre o julgamento do locutor e uma linha discursiva que remete a um *topos*. Segundo Ducrot (1983), os *topoi*, conceito emprestado e adaptado de Aristóteles, são regras características do discurso, que sustentam a argumentação, mostrando os caminhos necessários para a interpretação do enunciado. Em outros termos, os *topoi* são trajetórias interpretativas, quase nunca explicitadas, que ao evocarem princípios gerais admitidos por uma comunidade linguística, permitem legitimar a correspondência entre um argumento e uma conclusão. Em (14), por exemplo, a argumentação é sustentada por um *topos*, segundo o qual o protótipo de sala apresenta as seguintes peças: sofá, abajur, televisão, mesa de centro, carrinho etc. O locutor, ao descartar a mesa de centro e o carrinho, rompe parcialmente com esse *topos*, e isso representa uma quebra nas expectativas dos possíveis interlocutores.

(14) E- Mas mais ou menos, como é que você vai querer que seja?

F- Bom, eu <pre-> na parede maior, não é? Um sofá, assim, tipo isso daqui assim: é fazer um quadrado. Botar uma poltrona lá, outra poltrona na outra e botar um abajur, qualquer coisa assim, sabe? (hes) Televisão. **Só que** eu não gosto nem de mesinha de centro e nem carrinho. (PEUL/APF-Adr63c)
(PAIVA, 1999, p.176, grifo nosso)

Por fim, a última situação em que *só que* pode funcionar como suporte para a contra-argumentação é exemplificada em (15), em que "falta professor" e "as professora num sabe entender a gente" são argumentos que contrastam com a conclusão, mencionada antes, de que o locutor não tem nada contra o colégio:

(15) Doc: O que você diz do colégio?

Inf: Num tenho nada contra não, **só que** falta professor né, e às vezes as pro-

fessora num sabe entender a gente, porque no último ano nós tamos quase tudo reprovado na oitava série. (PEUL-APF-Adr63c)
(PAIVA, 1999, p.183, grifo nosso)

Nesse exemplo, o locutor lança mão de um expediente muito comum no discurso preconceituoso, em que se tem enunciados do tipo “não é que eu seja racista, mas...”. É uma estratégia em que o locutor apresenta primeiramente uma opinião de caráter atenuador (“não tenho nada contra não”), pela qual preserva sua própria face (KOCH, 1997), para depois explicitar seu verdadeiro julgamento.

Só que marcador da não-satisfação de condições

Nessa acepção de *só que*, o cancelamento de pressuposição decorre do desacordo entre a vontade ou necessidade de ser ou de fazer algo e o não cumprimento, por alguma razão, de pelo menos uma das condições necessárias. Isso pode ser verificado no exemplo (16), em que ao revelar que tem vontade de ter filhos, mas não pode por causa do problema da mulher, o locutor põe em balança dois argumentos que autorizam conclusões inversas: “a vontade de ter filhos” orienta para a maior probabilidade de ter filhos e cria expectativas no interlocutor, enquanto “a mulher tem problema” orienta, negativamente, para a impossibilidade de ter filhos. Servindo-se da estrutura com *só que*, o locutor dá a entender que o segundo argumento tem uma força argumentativa superior, quebrando assim as pressuposições do interlocutor.

(16) E: Vem cá! (hes) Você tem vontade, assim de ter filhos algum dia?

F: Tenho. Isso eu tenho vontade.

E: Tem?

F: **Só que** a mulher, aí não pode. Ela tem problema, sabe? (PEUL/APF-E25)

(PAIVA, 1999, p.58, grifo nosso)

Conclusão

Para interpretar os enunciados coordenados por *só que* é necessário reconhecer que a perífrase acrescenta a um enunciado prévio e autônomo uma circunstância nova, não mencionada, que é suficiente para cancelar pressuposições comuns aos participantes da interação. Esse esquema básico de funcionamento, identificável em todas as ocorrências de *só que*, é o que chamei de invariabilidade. Acontece que, nos diferentes contextos de uso, cancelar implica, entre outras coisas, comparar, refutar, surpreender e argumentar, do que resultam os vários tipos de *só que*, que chamei de variabilidade.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. The conjunctive Brazilian Portuguese periphrasis "só que": (in)variance. *Alfa*, São Paulo, v. 47, n. 2, p.139-152, 2003.

- **ABSTRACT:** *This paper describes the linguistic behavior of the spoken and written Brazilian Portuguese periphrasis "só que". Two points of view are taken into account: both its invariance and the variance. The first deals with its basic meaning of cancelling pragmatic presupposition; and the second, due to particular usage conditions, distinguishes five different senses couched in different linguistic environments.*
- **KEYWORDS:** "Só que"; coordination; pragmatic presupposition; argumentation.

Referências bibliográficas

- ANSCOMBRE, J.; DUCROT, O. L'argumentation dans la langue. *Langages*, Paris, v.42, p.5-27, 1976.
- BALLY, C. *Linguistique générale et linguistique historique*. 4.ed. Berne: Éditions Francke, 1965.
- CARONE, F. *Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes*. São Paulo: Ática, 1988.
- DIJK, T. van. *Text and context*. London, New York: Longman, 1977.
- DIK, S. *The theory of functional grammar*. Dordrecht: Foris, 1989.
- Ducrot, O. *Princípios de semântica lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- _____. *Provar e dizer*. São Paulo: Global Ed., 1981.
- _____. Opérateurs argumentatifs et visée argumentative. *Cahiers de linguistique française*, Paris, v.5, p.79-108, 1983.
- GOIS, A. O petróleo é nosso. *Veja*, São Paulo, v.32, n.44, 1999. Radar, p.32.
- GUIMARÃES, E. *Texto e argumentação*. Campinas: Pontes, 1987.
- HEINE et al. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- KANITZ, S. Ação e reação. *Veja*, São Paulo, v.34, n.6, 2001. Ponto de Vista, p.20.
- KOCH, I. *Argumentação e linguagem*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1987.
- _____. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.
- _____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.
- LONGHIN, S. R. *A gramaticalização da perífrase conjuncional "só que"*. 2003. 212 f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 2003.
- MARTINS, S. E o pregador: Rodolfo ex-raimundos continua..... *Veja*, São Paulo, v.35, n.8, 2002. Artes e Espetáculos, p.117.
- PAIVA, M. C. (Org.) *Amstras do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/CAPES, 1999.
- POLES, C. Continentes de cama. *Veja*, São Paulo, v.33, n.3, 2000. Saúde, p.70.
- REFORMA agrária: mau exemplo. *Veja*, São Paulo, v.33, n.27, 2000. Brasil, p.50.

RONCARATI, C. (Org.) *Banco de dados interacionais*: programa de estudos sobre o uso da língua. Rio de Janeiro: UFRJ/CNPq, 1996.

TOLEDO, R. P. de. A candidata e a cerveja. *Veja*, São Paulo, v.35, n.5, 2002. Artes e Espetáculos, p.114.

STALNAKER, R. Pragmatics. In: DAVIDSON, D.; HARMAN, G. (Ed.). *Semantic of natural languages*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1972. p.380-397.

VOGT, C; DUCROT, O. De "magis" a "mas": uma hipótese semântica. In: VOGT, C. *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: Hucitec, 1980. p.103-128.

SÊNECA: A IMAGEM DA ASCENSÃO

Cleonice Furtado de Mendonça van RAIJ¹

- **RESUMO:** Este artigo aponta o estoicismo de Sêneca como um estoicismo de **submissão ativa**, contrariando o que comumente se associa à idéia de estóico – “impassível diante da dor e da adversidade”. Na obra do filósofo, há elementos que mostram que o mesmo parte do reconhecimento de uma natureza humana presa ao mundo objetivo, material, fazendo desse reconhecimento, contudo, o “ponto de partida” de uma ascensão a caminho da realização do que leva o homem a se tornar sábio, virtuoso. O entusiasmo pelo valor do ser humano faz o filósofo admitir a virtude como patrimônio exclusivo do homem. A virtude eleva-o à sabedoria, tornando a alma invulnerável às arbitrariedades da fortuna. O *magnus vir* é, assim, protegido pela virtude e a sabedoria é considerada sinônimo de ascensão. O espírito humano não deve, pois, negligenciar a verticalidade dos valores morais, dado ser a valorização vertical segura, essencial e de supremacia indiscutível.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Ascensão; virtude; sabedoria; Sêneca.

Introdução

Existem, na obra de Sêneca, elementos que mostram que o filósofo reconhece a natureza humana presa ao mundo objetivo, material, fazendo desse reconhecimento o “ponto de partida” de uma ascensão a caminho da realização do que leva o homem a tornar-se sábio, virtuoso. Assim, ao contrário do que comumente se associa à idéia de estóico – “impassível diante da dor e da adversidade” – (FERREIRA, 1986, p.723), o estoicismo senequiano apresenta-se como um estoicismo de **submissão ativa**.

A evocação da sabedoria e da virtude proporciona grandeza e felicidade, ocupando significativo espaço na obra de Sêneca, que, ao intensificar seu uso, estabelece a metáfora da altura e da ascensão.

¹ Centro de Linguagem e Comunicação – Faculdade de Letras – PUC – 13020-904 – Campinas – SP – Brasil. E-mail: cleovanraij@hotmail.com

O caminho da ascensão

Sêneca instaura uma conexão estreita entre **virtude, sabedoria, filosofia e ciência das coisas superiores**, admitindo serem todas possibilidades de vida humana que fortalecem o homem em sua trajetória. Virtude e sabedoria são próprias do homem que atingiu a perfeição, constituindo a filosofia e o conhecimento das coisas superiores o melhor caminho para se atingir a tão desejada meta. A sabedoria do *sapiens* senequiano é antes um talento e um modo de ser, estando, pois, acima de uma profissão ou atividade teórica. Assim, o caminho que conduz à sabedoria exige, de um lado, a aquisição da verdade pela meditação; de outro, o progresso no domínio de si mesmo mediante a prática da virtude. A sabedoria não é, portanto, inata ao homem, mas, sim, algo que este conquista com seu esforço.

Mas, em que consiste, para Sêneca, a virtude? Pode ser rastreada, no pensamento que perpassa sua obra, como o maior bem. Consiste em viver conforme a natureza (*sequere naturam*) e segundo os impulsos da razão: é preciso querê-la, aceitando-a voluntária e conscientemente. Trata-se, assim – e é esse o ponto que enfatizamos –, de uma submissão ativa: ao invés de aceitar o caráter dramático, tão inerente à vida humana, mostrando-se inteiramente submisso à natureza, cabe ao homem uma atitude ativa, atitude que o leve a aproveitar as oportunidades de felicidade que a própria condição de ser humano oferece. Na ordenação da vida, o juízo exerce, então, um importantíssimo papel. Estamos diante de um Sêneca essencialmente racionalista, dentro de uma linha socrática.

A caminhada para a **virtude** supõe luta e esforço. Para resistir a essa luta e vencê-la, o homem virtuoso deve ser forte e possuir sabedoria e impassibilidade. Sabedoria para que tenha um conhecimento autêntico dos juízos e possa agir conforme a razão; impassibilidade, para que logre resistir tenazmente aos impulsos irracionais dos afetos, que o impedem de conformar-se com a natureza e agir segundo a razão.

No imaginário senequiano, o sábio está ao abrigo dos reveses da sorte. A altitude em que se move protege-o dos maus e também das arbitrariedades da **fortuna**, cujos golpes se esgotam em vão contra um alvo fora de seu alcance. A justiça, a firmeza e a constância não são atingidas pela **fortuna**, uma vez que pertencem à harmonia estabelecida entre o sábio e a razão. Essa resistência do sábio em face dos estímulos do mundo e das investidas da **fortuna** está refletida nas clássicas fórmulas estoicas: *fortunae resistere e sustine et abstine*. O sábio não tem, portanto, que trabalhar na **natureza exterior**, mas, sim, preocupar-se unicamente com sua vida pessoal, ajustando-a ao ritmo da vida universal. Assim, a razão e a vida devem caminhar paralelamente.

Referindo-se a sucessos imprevisíveis, contingentes, casuais, a *fortuna* opõe-se a *fatum*: a sorte que diz respeito a cada coisa, em especial ao homem. O *fatum* não tolera exceção alguma. Identifica-se com o racional e necessário (SANCHEZ, 1984, p.88-89).

Sempre presente no pensamento senequiano, a **fortuna** – contra a qual trava luta contínua – é responsável por toda a angústia do filósofo diante do contingente, do fu-

gaz, do não-domável. Ao contrário da natureza, aquela não é uma entidade constitutiva do cosmos estóico; é, sim, uma coisa.

O entusiasmo pelo valor da pessoa humana leva Sêneca a admitir a virtude, sobre a qual a **fortuna** não tem domínio, como patrimônio exclusivo do homem. A virtude, para o filósofo romano, “enrijece” a alma, tornando-a invulnerável contra as investidas da **fortuna**.

Sobre a **virtude**, assim Sêneca se expressa:

Cum semel animum uirtus indurauit, undique inuulnerabilem praestat. (Helv. XIII, 2)

Desde que a virtude uma vez enrijeça a alma, ela se preserva invulnerável por toda parte. (SÊNECA, 1992, p. 85)

*O magnus vir será, pois, protegido pela virtude e a sabedoria será considerada sinônimo de **elevação**.*

Embora a idéia concebida sob o tema “grandeza de alma” deite suas raízes no pensamento grego (de Aristóteles aos estóicos, para os quais a magnanimidade é uma das virtudes, que, subordinadas à coragem, se ligam à imagem da altitude, uma vez que elevam o homem acima dos acontecimentos (GAUTHIER apud ARMISEN-MARCHETTI, 1989, p.262), outros estudiosos trataram da questão. Segundo Sanchez (1984, p.225), para o sábio, tanto o ócio fecundo de que desfruta como o ativismo que exerce devem estar a serviço da razão e da harmonia que a sabedoria cria. Ação e contemplação reciprocamente se completam e se exigem. Sanchez (1984, p.230) é categórica ao afirmar que “a sabedoria pressupõe uma adequação total do homem à natureza e uma incorporação à mesma, enquanto portadora de divindade, razão, ordem e harmonia. O sábio deve aceitar a natureza como lei suprema. Essa submissão à ordem e à harmonia do cosmos tranqüiliza seu ânimo, apazigua seus instintos irracionais, permitindo-lhe ser independente de tudo que o rodeia”. Para Campos (1965, p.309), o sábio está convencido de que a morada e a residência de seu espírito devem estar entre os deuses. Zambrano (1992, p.30) considera sábio aquele que age na defensiva, isto é, não por amor à sabedoria ou por ambicionar a verdade, mas, sim, por procurá-las como remédio para a vida.

Fica claro, diante do exposto, que o espírito humano não pode negligenciar a verticalidade dos valores morais: a valorização vertical é segura, essencial e de supremacia indiscutível.

O arquétipo da verticalidade alimenta em Sêneca uma riqueza de imagens. Na **Consolação a Hélivia**, na qual ele consola sua mãe aflita por seu exílio, o filósofo, em situação de ócio forçado, centraliza sua vida não só na contemplação dos astros em movimento contínuo, na beleza da natureza, mas também no trabalho literário, convertendo-se num autêntico praticante do exercício da virtude, na qual encontra o aperfeiçoamento moral e também a felicidade:

Sunt enim optimae, quoniam animus, omnis occupationis expers, operibus suis uacat et modo se leuioribus studiis oblectat, modo ad considerandam suam universique naturam, ueridicus, insurgit. (Helv. XX, 1)

Realmente, elas (= circunstâncias) são ótimas, porque meu espírito, livre de qualquer preocupação, entrega-se aos seus estudos prediletos e ora se deleita com estudos mais leves ora, ávido de verdade, se eleva para contemplar sua natureza e a do universo. (SÊNECA, 1992, p. 95)

Em passagens de suas **Consolações**, o filósofo romano, com frequência, associa à imagem da altura a da invulnerabilidade. Assim, na **Consolação a Márcia**, que perdera o filho Metílio, convida-a a espelhar-se em exemplos de homens e mulheres que, em situações semelhantes, deram mostras de extrema fortaleza de espírito. Entre esses, destaca o exemplo de Lúvia, nobre dama da aristocracia romana, esposa de Augusto, também atingida pela perda de seu filho Druso, mas que se mostra forte diante de tamanho sofrimento, não se deixando destruir. Ao contrário, vivera corajosamente, conservando a lembrança da morte sem menosprezar os vivos. As palavras senequianas farão com que Márcia fuja do ciclo inevitável da dor, ou seja, saia de si mesma, esqueça seu cotidiano e ocupe seu espírito com a História que dignifica e eleva o homem, uma vez que retrata grandes modelos que se fizeram sempre com os revezes da sorte.

Si ad hoc maximae feminae te exemplum applicueris moderatius, mitius, non eris in aerumnis nec te tormentis macerabis. (Marc. III, 4)

Se tomares por modelo o exemplo mais moderado, mais doce daquela excelente mulher (Lúvia), não te consumirás nas dores nem te enfraquecerás nos tormentos. (SÊNECA, 1992, p. 34)

Ainda em carta dirigida a Márcia, Sêneca convoca-a a elevar seu pensamento ao pai, Cremúcio Córdo, que, do cume celeste, expõe a crença estoica do periódico renovar-se do cosmos e tranqüiliza a filha pela situação sublime em que vive Metílio:

Cur in domo nostra diutissime lugetur qui felicissime moritur? (Marc. XXVI, 3)

Por que se há de chorar por muito mais tempo em nossa família aquele que morreu felizmente? (SÊNECA, 1992, p. 65)

[...] et, cum tempus aduenerit quo se mundus renouaturus exstinguat [...]. (Marc. XXVI, 6)

[...] e, quando chegar o tempo em que o mundo perecerá para se renovar [...]. (SÊNECA, 1992, p. 66)

Felicem filium tuum, Marcia, qui ista iam nouit! (Marc. XXVI, 7)

Feliz o teu filho, Márcia, que já conhece aquelas coisas! (SÊNECA, 1992, p. 66)

Na **Consolação a Políbio**, dedicada ao liberto de Cláudio, Sêneca demonstra a impossibilidade de o sábio ser atingido pelos golpes da fortuna, por encontrar-se instalado acima deles:

Pecuniam eriperes? Numquam illi obnoxius fui; nunc quoque, quantum potest, illam a se abigit et in tanta facilitate acquirendi nullum maiorem ex ea fructum quam contemptum eius petit. Eriperes illi amicos? Sciebas tam amabilem esse ut facile in locum amissorum posset alios substituere [...]. Eriperes illi bonam opinionem? Solidior est haec apud eum quam ut a te quoque ipsa concuti possit. (Pol. II, 3-5)

Arrebatar-lhe-ias a riqueza? Ele nunca esteve sujeito a ela; agora, também, o quanto pode, afasta-a de si e em meio a tão grande facilidade de adquiri-la nenhum benefício maior solicita dela do que seu desprezo. Arrebatar-lhe-ias os amigos? Sabias quão amável ele era, que facilmente podia substituir outros no lugar dos amigos perdidos [...]. Arrebatar-lhe-ias a boa forma? Esta está mais do que fixa a ele, para que possa ser abalada por ti. (SÊNECA, 1950, p. 99)

Sêneca associa à idéia de **altura** o desprezo que o sábio sente pelos bens exteriores. Instalado nos cimos da virtude, o sábio se encontra próximo dos deuses, vendo-os, assim, no seu mesmo nível:

Leue momentum in aduenticiis rebus est, et quod in neutram partem magnas vires habeat: nec secunda sapientem euehant, nec aduersa demittunt. Laborauit enim semper ut in se plurimum poneret, ut a se omne gaudium peteret. Quid ergo? Sapientem esse me dico? Minime. Nam, id quidem si profiteri possem, non tantum negarem miserum esse me, sed omnium fortunatissimum et in uicinum deo perductum praedicarem. Nunc, quod satis est ad omnes miseras leniendas, sapientibus me uiris dedi et, nondum in auxilium mei ualidus, in aliena castra confugi, eorum scilicet qui facile se ac suos tuentur. (Helv. V, 1-2)

Pouca importância têm os bens exteriores, e por isso que em nenhuma direção têm grandes influências, nem os favoráveis elevam o sábio, nem os adversos o abatem. Pois ele sempre se esforçou para depositar principalmente em si, para buscar dentro de si toda a alegria. O quê? Estou dizendo que sou um sábio? De modo algum! Com efeito, se eu pudesse afirmar isso, não só negaria que sou infeliz, mas declararia ser o mais feliz de todos os homens e ter sido conduzido para perto de um deus. Agora, e isto é o suficiente para acalmar todas as desgraças, eu me entreguei aos homens sábios, e não sendo ainda forte para defender-me, refugiei-me em campo alheio, ou seja, daqueles que, facilmente, defendem a si e aos seus. (SÊNECA, 1992, p. 70-71)

A oposição interior x exterior marca, fortemente, em Sêneca, a representação das relações entre a alma e o mundo.

Para os estoicos, a divindade é inerente à natureza. Deus é simplesmente o todo e, não, uma realidade distinta do mundo que vemos. Deus é o próprio mundo, é a "hegemonia cósmica", situada na esfera supra-lunar dos astros. Assim, o sábio, elevado por suas virtudes nas regiões superiores de um espaço imaginário, acaba por juntar-se aos deuses celestes.

Segundo Armisen-Marchetti (1989, p.263),

sábio e deus estão no mesmo nível em razão de uma nova organização do espaço imaginá-

rio para a sabedoria [...]. Existe, também, em torno da definição de sabedoria, um complexo de conceitos estabelecidos pelos meios lógicos do raciocínio.

Paralelamente a essa estrutura abstrata há, em Sêneca, toda uma construção figurada, por meio da qual a sabedoria é representada pela altitude, altura, sublimidade. O sábio está “acima” do vulgar e da fortuna; está ao abrigo das injúrias dos *stulti* e dos golpes da sorte, podendo “olhar do alto” os falsos valores e, à altura de seu olhar, os deuses.

Há, ao longo das **Consolações**, um contínuo jogo entre interioridade e exterioridade. Somente à alma é garantido o caráter altamente valorizador da interioridade. Já os bens exteriores, desprovidos de densidade ética, estão sujeitos aos golpes da fortuna, corrompendo o homem:

Animus est, quid diuites facit. (Helv., XI, 5)

A alma é que nos torna ricos. (SÊNECA, 1992, p. 83)

Omnia ista quae imperita ingenia et nimis corporibus suis addicta suspiciunt, lapides, aurum, argentum et magni leuatique mensarum orbes terrena sunt pondera, quae non potest amare sincerus animus ac naturae suae memor, luis ipse expers et, quandoque emissus fuerit, ad summa emicaturus. (Helv., XI, 6)

Todas essas coisas que os espíritos incultos e demasiadamente escravos de seus corpos admiram: mármore, ouro, prata, grandes mesas redondas e polidas são pesos terrenos que não pode amar uma alma pura e lembrada de sua natureza. (SÊNECA, 1992, p. 83)

Animus quidem ipse sacer et aeternus est et cui non possit iniici manus. (Helv. XI, 7)

A alma, em verdade, é sagrada, eterna e inviolável. (SÊNECA, 1992, p. 83)

Embora um espaço fechado, a alma é também uma arena de disputa de vícios e virtudes. Quando perturbada por um perigo extremo, pode-se recorrer às muralhas dos *liberalia studia* (filosofia, filologia, poesia, eloquência, história), graças aos quais o espírito se elevará, mantendo-se ocupado, em contemplação. Em defesa disso, Sêneca se coloca nas **Consolações**:

Itaque illo te duco quo omnibus qui fortunam fugiunt confugiendum est, ad liberalia studia: illa sanabunt uulnus tuum, illa omnem tristitiam tibi euellent. (Helv. XVII, 3)

Por isso, te conduzo para o lugar onde devem refugiar-se todos aqueles que fogem do destino, para os estudos liberais: eles te curarão a ferida, arrancar-te-ão toda a tristeza. (SÊNECA, 1992, p. 84)

Nunc ad illas reuertere: tutam te praestabunt. Illae consolabantur, illae delectabant: illae si bona fide in animum tuum intrauerint, nunquam amplius intrabit dolor, nunquam sollicitudo, nunquam afflictationis irritae superuacua uexatio. (Helv. XVII, 5)

Volta-te para elas (disciplinas) agora: elas te manterão a salvo. Elas te consolarão, elas te de-

leitarão; se elas tiverem penetrado sinceramente em tua alma, nunca mais entrará ali a dor, nunca a inquietação, nunca o tormento inútil de uma vã tribulação. (SÊNECA, 1992, p. 91)

Eriperes bonam valetudinem? Sciebas animum eius liberalibus disciplinis quibus non innutritus tantum, sed innatus est, sic esse fundatum ut supra omnes corporis dolores emineret. (Pol. II, 5)

Arrebatar-lhe-ias a boa saúde? Sabias que o espírito dele estava solidamente estabelecido pelos estudos liberais, com os quais não só se alimentou, mas também nasceu, de tal maneira que se elevava além de todas as dores do corpo. (SÊNECA, 1992, p. 120)

Nunc itaque te studiis tuis immerge acrius, nunc illa tibi uelut munimenta animi circumda, ne ex ulla tui parte inueniat introitum dolor. (Pol. XVIII, 1)

Agora, portanto, penetra com mais ardor nos teus afazeres, cerca-te deles com proteção do espírito, a fim de que a dor não encontre, por nenhuma parte, entrada em ti. (SÊNECA, 1992, p. 120)

É com convicção, com veemência, pois, que Sêneca fala dos *liberalia studia*, responsáveis por abrir o caminho para a eternidade: única maneira de transformar a mortalidade do homem em imortalidade. Daí a vida do sábio ser mais longa que a do homem comum, já que só o sábio está livre das leis do gênero humano.

Apoiado nesses conceitos altamente estoicos, Sêneca procura elevar o espírito de Políbio, abatido pela perda do irmão, ao destacar a situação privilegiada de que este goza:

Longissimum illi ingenii aeuum fama promisit; id egit ipse, ut meliore sui parte duraret et compositis eloquentiae praeclaris operibus a mortalitate se uindicaret. (Pol. II, 6)

A glória prometeu-lhe imortalidade; ele mesmo fez com que ele sobrevivesse na melhor parte de si e livrou-se da mortalidade com composições de ilustres trabalhos de eloquência. (SÊNECA, 1992, p. 99)

Enfatize-se, aqui, que as imagens de altitude e de ascensão – freqüentes na descrição da hierarquia social – são de rara freqüência no discurso senequiano, preocupado mais com a elevação do espírito.

Fazem parte do léxico da grandeza social os termos *fastigium* e *sumum*, simbolizando seu ápice:

*Nec quicquam pulchrius existimo quam in **summo fastigio** collocatos multarum rerum ueniam dare, nullius petere.* (Marc. IV, 4)

E nem penso haver algo mais belo do que aqueles, colocados na mais alta posição, concederem o perdão de muitas coisas, sem que o peçam de nenhuma. (SÊNECA, 1992, p. 35)

O acesso ao *fastigium* da hierarquia social é, segundo Armizen-Marchetti (1989, p.269), “raramente apresentado como fruto da ação do indivíduo, mas, sim, como um impulso da *fortuna* ou da *felicitas*”. Mais ainda: “a situação sobre o *fastigium* das hon-

rarias não é controlável somente pela vontade dos indivíduos, uma vez que as grandezas sociais são regularmente associadas à ameaça de ruína. Nas obras filosóficas, a elevação, muitas vezes, é apresentada como prelúdio à queda, razão do perpétuo sentimento de insegurança e angústia”.

Sêneca cita exemplos de pessoas ilustres:

Quid referam duorum Lucullorum diremptam morte concordiam? Quid Pompeios, quibus ne hoc quidem saeuens reliquit fortuna, ut una eademque conciderent ruina? Vixit Sextus Pompeius primum sorori superstes, cuius morte optime cohaerentis romanae pacis uincula resoluta sunt, idenque hic uixit superstes optimo fratri, quem fortuna in hoc euexerat, ne minus alte eum deiceret quam patrem deiecerat; et post hunc tamen casum Sextus Pompeius non tantum dolori, sed etiam bello suffecit. (Pol. XV, 1)

Que direi dos dois Lucílios cuja concórdia foi quebrada pela morte? Que direi dos Pompeus, aos quais uma cruel sorte não permitiu pelo menos que eles sucumbissem juntos numa mesma ruína? Sexto Pompeu sobreviveu primeiro à sua irmã, com cuja morte se desataram os laços da paz romana, que estava tão bem unida, e este mesmo sobreviveu ao seu excelente irmão, a quem a sorte arrebatou, para que não o fizesse cair de um pináculo menos alto do que caíra seu pai; e, todavia, depois dessas desgraças, Sexto Pompeu não só resistiu à dor, mas também à guerra. (SÊNECA, 1992, p. 115-116)

Considerações finais

O imaginário de Sêneca, é evidente, alimenta-se de um constante antagonismo: às alturas da ambição se contrapõem as da sabedoria. Ao descrever as honras sociais, “carrega na tinta”, retratando-as como um sentimento de angústia, de contingência, de inquietação e de ameaça. Falando de sabedoria, revela-a como o resultado de um esforço dirigido, ordenado e de segurança confiante, em torno de um projeto determinado. A ascensão espiritual coloca o indivíduo ao abrigo dos golpes da fortuna. Nessa caminhada, o próprio indivíduo é responsável por sua progressão, mesmo que ajudado por forças exteriores, freqüentemente personificadas (a filosofia, a virtude, a *sapientia*), mas não inerentes à sua própria vontade e à sua determinação. A grandeza do homem consiste, pois, em utilizar a razão, a fim de que possa viver em harmonia com a natureza, dominando as próprias paixões, o que o leva a exercer controle sobre o mundo exterior que o ameaça.

O estoicismo de Sêneca elimina, portanto, qualquer submissão séria a forças incontroláveis, não permitindo que o homem se mostre resignado diante de sua sorte. Trata-se de um estoicismo que busca a ascensão fundada na sabedoria. Assim, a glória, o fausto, as honrarias e as riquezas são o contraponto, a negação da ascensão. Embora não sejam expressão do “mal”, aprisionam o homem chamado às alturas, à ascensão, colocando-o no caminho da aparência, da materialidade, que o afastam de sua verdadeira natureza.

RAIJ, C. F. de M. van. Seneca: the image of ascension. *Alfa*, São Paulo, v.47, n.2, p.153-161, 2003.

- **ABSTRACT:** In contrast to what is commonly associated with the idea of stoicism – “impassibility towards pain and adversities” – this paper views Seneca’s stoicism as active submission. This position is supported by the observation of Seneca’s elements that reveal he recognizes human nature as bound to the objective, material word. This is just the starting point of the ascension towards achieving fulfillment of what leads man to wisdom and virtuousness. Seneca’s enthusiasm for values of man makes him admit virtuousness as man’s exclusive endowment. It is virtuousness that leads man to wisdom, and makes his soul invulnerable to the arbitrariness of fortune. *Magnus vir* is, thus, protected by virtuousness and wisdom, both considered synonyms for ascension. Accordingly, the human spirit should not neglect the verticality of moral values, since vertical valuation is safe, essential and of unquestionable supremacy.
- **KEYWORDS:** Ascension; virtuousness; wisdom; Seneca.

Referências bibliográficas

- ARMISEN-MARCHETTI, M. *Sapientiae facies: étude sur les images de Sénèque*. Paris: Les Belles Lettres, 1989.
- CAMPOS, J. *Helmantica: xix centenario de la muerte de Seneca*, Salamanca, v.16, n.50/51, p. 291-317, Mayo-Diciembre: 1965.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- SANCHEZ, M. A. F. M. *El ideal del sabio en Seneca*. Cordoba: Publicaciones del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Cordoba, 1984.
- SÊNECA. *Cartas consolatórias*. Tradução de Cleonice F. M. van Raij; apresentação Joaquim Brasil Fontes. Campinas: Pontes, 1992.
- SÊNEQUE. *Dialogues consolations*. Texte établi et traduit par René Waltz. Paris: Les Belles Lettres, 1950. T. III.
- ZAMBRANO, M. *El pensamiento vivo de Seneca*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1992.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Análise do discurso francesa, p. 117
Antonímia, p. 101
Aquisição da linguagem, p.41
Argumentação, p. 139
Ascensão, p.153
Atividade discursiva, p. 59
Base de conhecimento lexical, p. 77
Blendind, p. 9
Causalidade, p. 21
Construção de domínios nocionais, p. 21
Coordenação, p. 139
Escolaridade, p. 41
Escrita, p. 41
Espaços mentais, p. 9
Estrutura *Qualia*, p. 77
Faz-de-conta, p. 41
Homonímia, p. 77
Integração conceptual, p. 59
Internalização, p. 41
Léxico computacional, p. 77
Linguística cognitiva, p. 9
Literatura de auto-ajuda, p. 117
Metáfora, p. 9
Metaforização, p. 59
Modalidade, p. 117
Níveis de análise, p. 9
Nominalização, p.21
Oralidade, p. 41
Pressuposição pragmática, p. 139
Processamento das línguas naturais, p. 77
Processos cognitivos, p. 59
Propriedade diferencial, p.21
Sabedoria, p. 153
Sêneca, p. 153
Sinonímia, p. 101
Só que, p. 139
Subjetivação, p. 59
Thesaurus eletrônico, p. 101
Transitividade, p.21
Virtude, p. 153
WordNet, p. 101

SUBJECT INDEX

- Antonymy, p. 101
- Argumentation, p. 139
- Ascension, p. 153
- Blending, p. 9
- Causality, p. 21
- Cognitive linguistics, p. 9
- Cognitive processes, p. 59
- Computational lexicon, p. 77
- Conceptual integration, p. 59
- Coordination, p. 139
- Differential property, p. 21
- Discursive activity, p. 59
- Electronic thesaurus, p. 101
- French discourse analysis, p. 117
- Homonymy, p. 77
- Internalization, p. 41
- Language acquisition, p. 41
- Levels of analysis, p. 9
- Lexical knowledge base, p. 77
- Mental spaces, p. 9
- Metaphor, p. 9
- Metaphorical process, p. 59
- Modality, p. 117
- Notional domain construction, p. 21
- Natural language processing, p. 77
- Nominalization, p. 21
- Pragmatic presupposition, p. 139
- Qualia structure, p. 77
- Role-playing, p. 41
- Schooling, p. 41
- Self-help counseling literature, p. 117
- Seneca, p. 153
- Só que, p. 139
- Speech, p. 41
- Subjectivity, p. 59
- Synonymy, p. 101
- Transitivity, p. 21
- Virtuousness, p. 153
- WordNet, p. 101
- Wisdom, p. 153
- Writing, p. 41

ÍNDICE DE AUTORES
AUTHOR INDEX

ABREU, A. S., p. 9

BRUNELLI, A. F., p. 117

CATTELAN, J. C., p. 59

DIAS-DA-SILVA, B. C., p. 101

LONGHIN-THOMAZI, S. R., p. 139

MARTINS, M. S. C., p. 41

MORAES, H. R. de, p. 101

RAIJ, C. F. de M. van, p. 153

REZENDE, L. M., p. 21

ZAVAGLIA, C., p. 77

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

Informações gerais

A Alfa – Revista de Linguística publica trabalhos inéditos de autores da UNESP e de outras instituições nacionais ou internacionais na forma de artigos, retrospectivas, resenhas e traduções. Só serão aceitas as resenhas de livros que tenham sido publicados no Brasil, nos dois últimos anos, e, no exterior, nos quatro últimos anos. Dois membros do Conselho Editorial emitirão parecer sobre os trabalhos, aprovando-os ou sugerindo as alterações que julgarem necessárias. Em caso de um parecer ser favorável e outro contrário, o trabalho será enviado a um terceiro membro do Conselho Editorial.

Os trabalhos poderão ser redigidos em português ou em outro idioma. O *Título*, o *Resumo* e as *Palavras-chave* que precedem o texto deverão ser escritos no idioma do artigo; os que sucedem o texto, (*Título*, *Abstract*, *Keywords*), em inglês.

Preparação dos originais

Apresentação. Num primeiro momento, os autores enviarão à Comissão Editorial 3 cópias impressas do trabalho e uma cópia em disquete. Em duas dessas cópias, não deverá constar nem o nome dos autores, nem o da instituição à qual estão filiados, nem qualquer outro tipo de referência que possa identificá-los. Na terceira cópia, o nome e a instituição de filiação deverão estar presentes. O trabalho deverá ser impresso em *Word for Windows*, versão 6.0 ou 7.0, em papel tamanho A4 (21 cm x 29,7 cm), com margens superior e inferior de 2,5 cm e com margens direita e esquerda de 3,0 cm. A fonte deverá ser *Times New Roman*, tamanho 12. O tra-

balho deverá ter uma extensão máxima de 30 páginas (incluindo bibliografia) digitadas com espaçamento duplo.

A Comissão Editorial encaminhará os trabalhos para dois membros do Conselho Editorial, para julgamento. Depois da análise, os trabalhos serão devolvidos aos autores juntamente com cópia dos pareceres. Num segundo momento, quando aceitos os trabalhos, os autores introduzirão as eventuais modificações e deverão remeter, além do texto em disquete, duas cópias dos trabalhos.

Estrutura do trabalho: Os trabalhos devem obedecer à seguinte sequência: **título**, que deve ser centralizado, em maiúsculas com negrito, no alto da primeira página; **nome do autor**, por extenso e apenas o último sobrenome em maiúsculas, duas linhas abaixo do título, alinhado à direita; **filiação científica**, em nota de rodapé, puxada no final do nome do autor, constando o departamento, o nome da faculdade ou instituto, o nome da universidade (em sigla), o CEP, a cidade, o estado, o país e o endereço eletrônico do autor; **resumo** (com, no máximo, 200 palavras), duas linhas abaixo do título, sem adentramento e em espaçamento simples; mantendo-se o espaçamento simples, duas linhas abaixo do resumo deverão constar as **palavras-chave** (no máximo 7), separadas por ponto-e-vírgula. A Comissão Editorial sugere que, para facilitar a localização do trabalho em consultas bibliográficas, as palavras-chave sejam retiradas de *Thesaurus* da Linguística, ou correspondam a conceitos mais gerais da área do trabalho. Duas linhas abaixo das palavras-chave, inicia-se o **texto**, em espaçamento duplo. Os subtítulos correspondentes a

cada parte do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito sem numeração e sem adentramento; duas linhas após o término do texto, à esquerda, em negrito e sem adentramento, deverão constar **agradecimentos** (quando houver), **título** (em inglês), **abstract** e **keywords**. Duas linhas abaixo, à esquerda, em negrito e sem adentramento, deverão figurar as **referências bibliográficas**, em ordem alfabética e cronológica, indicando os trabalhos citados no texto. Após as referências, deverá figurar a **bibliografia consultada** com a indicação de obras consultadas ou recomendadas, não referenciadas no texto, também em ordem alfabética e cronológica.

Referências Bibliográficas. Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT, de agosto de 2002.

Abreviaturas. Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o *Current Contents*. Exemplos:

■ Livros e outras monografias

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.A. *Metodologia do trabalho científico*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986. 198p.

■ Capítulos de livros

JOHNSON, W. Palavras e não palavras. In: STEINBERG, C. S. *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1972. p.47 – 66.

■ Dissertações e teses

BITENCOURT, C. M. F. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino nas escolas paulista (1917-1939)*. 256f. 1988. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

■ Artigos e periódicos

ARAUJO, V.G. de. A crítica musical paulista no século XIX: Ulrico Zwingli. *ARTEunesp*, São Paulo, v.7, p.59-63, 1991.

■ Trabalho de congresso ou similar (publicado)

MARIN, A. J. Educação continuada. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE

EDUCADORES, 1., 1990. *Anais...* São Paulo: UNESP, 1990. p.114-8.

Citação no texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, em letras maiúsculas, separado por vírgula da data de publicação (BARBOSA, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: "Moraes (1955) assinala..." Quando for necessário especificar página(s), estas deverão seguir a data, separadas por vírgula e precedidas de p. (MUNFORD, 1949, p.513). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (PESIDE, 1927a) (PESIDE, 1927b). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos poderão ser indicados, separados por ponto e vírgula (OLIVEIRA; MATEUS; SILVA, 1943), e quando houver mais de 3 autores, indica-se o primeiro seguido de et al. (GILLE et al., 1960). As citações diretas, no texto com mais de três linhas deverão ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra menor (fonte 11) e sem aspas (NBR 10520 da ABNT de agosto de 2002).

Notas. Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página, as remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

Anexos e/ou Apêndices. Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

Figuras. Desenhos, gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos (em papel vegetal e tinta nanquim, ou computador); fotografias (em papel brilhante); radiografias e cromos (em forma de fotografia). As figuras e suas legendas devem ser claramente legíveis após sua redução no texto impresso de 13 x 19 cm. Devem-se indicar, a lápis, no verso: autor, título abreviado e sentido da figura. Legenda das ilustrações nos locais em que aparecerão as figuras, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e iniciadas pelo termo FIGURA.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrarem nessas normas serão devolvidos aos autores, ou serão solicitadas adaptações, indicadas em carta pessoal.

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação geral

Sidnei Simonelli

Produção gráfica

Anderson Nobara

Revisão dos textos

Maria Ilídia de

Carvalho Moura Campos

Editoração eletrônica

Flavio Peralta (Estúdio O.L.M.)

ESTA OBRA FOI COMPOSTA

EM GLYPHA LIGHT SOBRE PAPEL OFFSET 75 GR

PARA A UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, EM 2003